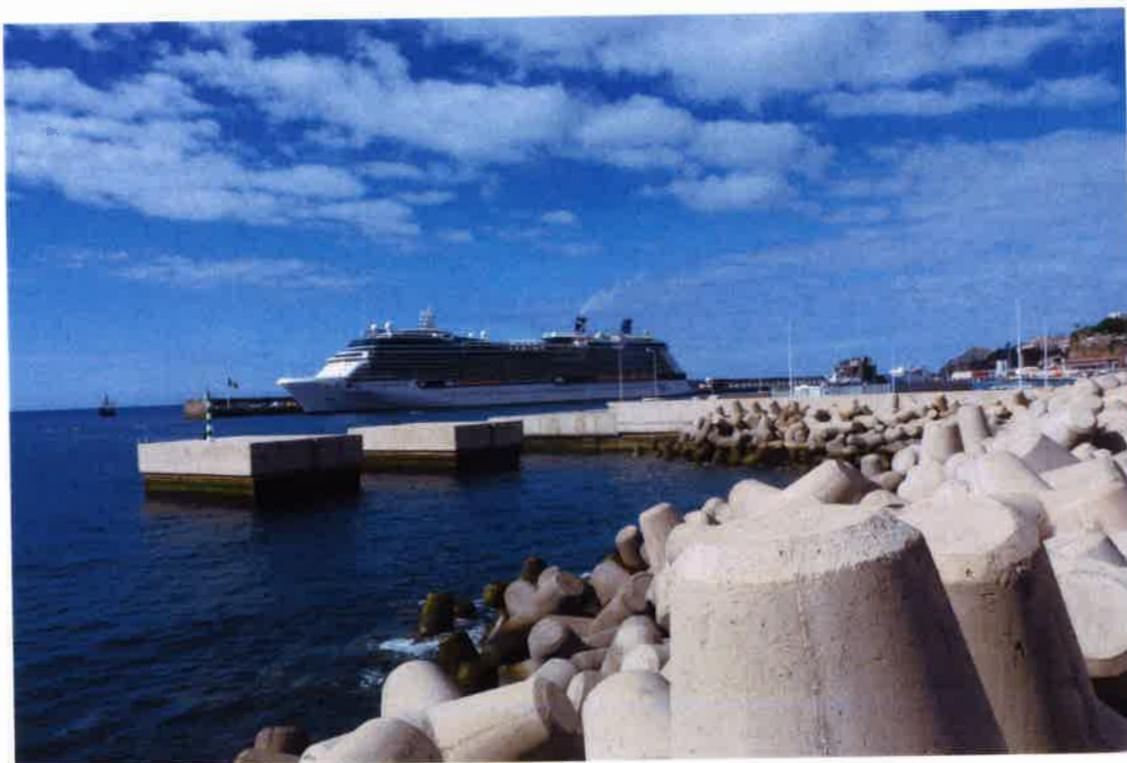


RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2019



PORTOS DA MADEIRA



0	INDICE	
1.	NOTA INTRODUTÓRIA	1
2.	EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO	4
2.1.	MOVIMENTO DE NAVIOS	4
2.2.	MOVIMENTO PASSAGEIROS PROVENIENTES DE NAVIOS DE CRUZEIROS NO PORTO DO FUNCHAL	6
2.3.	MOVIMENTAÇÃO GLOBAL DE MERCADORIAS	8
2.4.	MOVIMENTO DE AUTOMÓVEIS NO PORTO DO CANIÇAL 2019	13
3.	RECURSOS HUMANOS	15
3.1	CARATERIZAÇÃO	15
3.2	REGIME DE TRABALHO	20
3.3	ABSENTISMO	21
3.4	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	21
3.5	HIGIENE, SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO	22
3.6	AÇÃO SOCIAL	23
3.7	RESPONSABILIDADE SOCIAL	24
3.8	RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA	24
4.	GOVERNO DA SOCIEDADE	26
4.1	MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA DA EMPRESA	26
4.2	LEGISLAÇÃO PERTINENTE:	29
4.3	IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	32
4.4	FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS/REPRESENTAÇÃO	33
4.5	ÁREAS DE TUTELA E SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	34
4.6	REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES	54
4.7	EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE, POR PARTE DA APRAM, S.A.	73
4.8	ENTIDADES ENCARREGADAS DE AUDITORIA EXTERNA	74
4.9	REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	74
4.10	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	77
5.	RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.	78
6.	INVESTIMENTOS E PROJETOS COFINANCIADOS	87
6.1	EMPREITADAS	87
6.2	ESTUDOS E PROJETOS	97
6.3	PROJETOS COFINANCIADOS	100
6.4	EQUIPAMENTOS E VIATURAS	103
7.	CONCESSÕES/LICENÇAS	107
7.1	LICENÇAS	107
7.2	CONCESSÕES E LICENÇAS DIVERSAS POR ÁREA DE JURISDIÇÃO DA APRAM, S.A.	108
8.	PROTEÇÃO	130

0 INDICE

9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS.....	133
9.1 AÇÕES DE PROMOÇÃO/ÁREA COMERCIAL.....	133
9.2 COORDENAÇÃO DOS ESPAÇOS SOB JURISDIÇÃO DA APRAM, S.A.....	136
9.3 ATIVIDADES NA GARE MARÍTIMA DA MADEIRA.....	137
9.4 COMUNICAÇÃO.....	137
10. CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA.....	139
11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	141
12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS.....	157
13. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	166
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO.....	166
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	168
3. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	174
4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE.....	174
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	175
6. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	177
7. INVENTÁRIOS.....	177
8. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO.....	178
9. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO.....	180
10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	182
11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO.....	190
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	190
13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	196
14. FLUXOS DE CAIXA.....	197
15. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS.....	198
16. SECTOR PÚBLICO ESTATAL.....	199
17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	200
18.1 HONORÁRIOS FATURADOS PELO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	200

Gráficos:

Gráfico 1 – Distribuição do movimento de navios por infraestrutura portuária.....	4
Gráfico 2 – Evolução do movimento de navios por infraestrutura portuária.....	5
Gráfico 3 – Distribuição dos passageiros por segmento.....	6
Gráfico 4 – Evolução mensal da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal.....	6
Gráfico 5 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro/inter-ilhas.....	7
Gráfico 6 – Evolução do movimento global de passageiros nos portos do Funchal e do Porto Santo.....	8
Gráfico 7 – Movimento de mercadorias por infraestrutura portuária.....	8

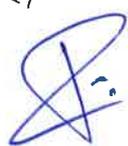
0 INDICE

IF


Gráfico 8 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária	9
Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por tipologia: importação/exportação	9
Gráfico 10 - Movimento de Contentores, por tipo	10
Gráfico 11 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação	11
Gráfico 12 – Graneis Sólidos, por portos da RAM	11
Gráfico 13 - Graneis Líquidos, por portos da RAM	12
Gráfico 14 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM	12
Gráfico 15 – Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal	13
Gráfico 16 – Movimento de Automóveis no Porto do Funchal de julho a setembro de 2019	14
Gráfico 17 – Descarga De Inertes	14
Gráfico 18 - Distribuição dos colaboradores	15
Gráfico 19– Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária	16
Gráfico 20 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais	17
Gráfico 21 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais	18
Gráfico 22 - Distribuição do efetivo por antiguidade	19
Gráfico 23 - Distribuição do efetivo por estrutura etária	20
Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho	20
Gráfico 25- Absentismo/Motivo	21
Gráfico 26 - Formação Profissional	22
Gráfico 27 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos	23
Gráfico 28 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos/não sindicalizados	25

Quadros:

Quadro 1 – Remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral	75
Quadro 2– Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração – período de 1 de janeiro de 2019 a 18 de outubro de 2019	75
Quadro 3 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração – período de 18 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019	76
Quadro 4 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.	78
Quadro 5 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.	80
Quadro 6 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas	82
Quadro 7 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.	84
Quadro 8 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas	86
Quadro 8 - Estrutura dos Gastos de Exploração	141
Quadro 9 - Rendimentos de Exploração	144
Quadro 10 - Gastos de Exploração	146
Quadro 11 - Estrutura dos Gastos de Exploração	146
Quadro 12 - Fundos Libertos	147
Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (1)	148
Quadro 14 – Situação Financeira e Patrimonial (2)	150
Quadro 15 – Fundo de Maneio	151
Quadro 16 – Rácios de Natureza Económica	151

HA PDL


0 INDICE

Quadro 17 – Rácios de Natureza Financeira 152

Fotos:

Foto 1- Fabrico dos tetrápodes..... 87
Foto 2 – Cabeços cais 1 (Pontinha) 89
Foto 3 – Forte de Nossa Senhora da Conceição..... 89
Foto 4 - Dragagem..... 90
Foto 5 - Farol Câmara de Lobos 91
Foto 6 – Cais da Ribeira Brava 92
Foto 7– Reabilitação da Proteção de Taludes da Falésia 93
Foto 8 - Reabilitação de Pavimentos, Capeamentos, Paramentos e Outros Elementos Integrantes da Estrutura do Cais..... 94
Foto 9 - Trabalhos executados em 2019..... 95
Foto 10 - Trabalhos executados no decorrer da empreitada. 96
Foto 11 – Projeto de Requalificação do Edifício e Espaços exteriores da Marina do Funchal 98
Foto 12 – Projeto Edifício de Apoio do Cais 6 99
Foto 13 – Reabilitação do Cais do Paul do Mar 100
Foto 14 – Defesa 103
Foto 15 – Portaló..... 104
Foto 16 – Viatura Ligeira Furgoneta, Elétrica..... 105
Foto 17 – Viatura Ligeira de Passageiros Elétrica/Hibrida com 5 lugares..... 105
Foto 18 – Travelift 106
Foto 19 - Empilhador..... 106
Foto 20 – Segurança portuária..... 132

O Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. agradece à comunidade portuária e, de um modo muito especial, aos seus colaboradores, o inestimável apoio, lealdade e colaboração.



PORTOS DA MADEIRA

1. NOTA INTRODUTÓRIA

PCP.
IF
S.



Baía da cidade do Funchal
31 Dezembro 1970
Fotógrafo : Peresirellos Photographos



“A segurança marítima, patrimonial e de pessoas e bens, a implementação de mecanismos que asseguram e otimizam a eficiência das operações portuárias e de programas de monitorização ambiental, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta na manutenção e procura de novos mercados no segmento de cruzeiros, foram uma constante no ano de 2019.”

40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



Foto de Fotografista
de Funchal, Arquivo "Vicentines"

1. Nota Introdutória

FCH.
/IF


1. NOTA INTRODUTÓRIA

A APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

Até 14 de outubro de 2019, foi tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. Após essa data, é tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares.

A partir de 2012, a empresa foi reclassificada, integrando o perímetro da administração pública, condicionando fortemente as suas atividades, pelo obrigatório cumprimento integral da legislativa orçamental e financeira no âmbito das empresas públicas reclassificadas,

Durante o ano de 2019, a APRAM, S.A. realizou investimentos que reporta detalhadamente no capítulo 6., integrados no PIDDAR e enquadrados na concretização da estratégia do “Compromisso Madeira@2020” no âmbito do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o período de programação 2014-2020. Simultaneamente, contribuem para a concretização dos objetivos definidos no Programa do Governo Regional para o período 2015-2019.

Na atividade desenvolvida pela APRAM, S.A., destaca-se o sector do turismo de cruzeiros, importante incrementador de rendimento para os sectores da restauração, do comércio e indústria de lazer. Neste segmento a Madeira conseguiu manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e o maior porto de cruzeiros de Portugal em termos de movimento de passageiros.

As ligações marítimas entre a Madeira e o Porto Santo bem como a manutenção da linha marítima Funchal/Portimão/Canárias, com 12 viagens, realizadas entre junho e setembro, são de primordial importância no assegurar a continuidade territorial, constituindo obrigações de serviço público, com inegáveis benefícios para a população, promovendo a mobilidade de pessoas e bens.

1. Nota Introdutória

A RAM dispõe de ligações regulares de transporte marítimo de mercadorias – cabotagem insular, com obrigações de serviço público entre os portos da Madeira e os portos do continente português.

O transporte marítimo de mercadorias é de crucial importância para um Arquipélago. A RAM importa 95% do seu consumo, representando o transporte marítimo de mercadorias 99% do mercado. Exporta parte da sua produção, em especial, no segmento de produtos tradicionais (frutas, com especial relevância para a banana, madeira de eucalipto e vinho).

O principal porto comercial de mercadorias da RAM é o porto do Caniçal. Iniciou a sua atividade em 2005 e dispõe de instalações preparadas para a movimentação e operação da carga convencional, de contentores, graneis sólidos e líquidos.

Em 2019 a APRAM, S.A. conseguiu um cash flow de exploração de 3,846 M€.

A formalização recente do Cluster Marítimo da Macaronésia, envolvendo um conjunto alargado de entidades públicas e privadas da Madeira, Açores e Canárias, constitui uma “plataforma de entendimento e comunhão de interesses”, sendo que a APRAM, S.A. é parceira em projetos de interesse comum, como sejam os projetos GAINN, com atividades no campo do LNG, Ecomarports, estudo das correntes meteo-oceanográficas, entre outros.

Em 2019 implementou-se a nova plataforma logística, designada JUL – Janela Única Logística, com o propósito de maior simplificação de procedimentos logístico portuários, tendo a APRAM, S.A. sido o primeiro porto piloto. Grande desafio para todos os profissionais da comunidade portuária, conseguido com sucesso, encontrando-se sempre em construção de novas aplicações/ferramentas e upgrade das já existentes.

A segurança marítima, patrimonial e de pessoas e bens, a implementação de mecanismos que asseguram e otimizam a eficiência das operações portuárias e de programas de monitorização ambiental, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta na manutenção e procura de novos mercados no segmento de cruzeiros, foram uma constante no ano de 2019, conforme se pode verificar pelos indicadores patentes no presente relatório de gestão, onde uma vez mais os portos

JKH.

1. Nota Introdutória

JF

da Madeira executaram plenamente a sua missão de serviço público, contribuindo para o bem comum.





PORTOS DA MADEIRA

PCP.

IF

2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO



Porto do Funchal



Navio de cruzeiros "Hanseatic Inspiration" no Porto Santo em outubro 2019



Movimentação de navios e de mercadorias no porto do Caniçal

Em 2019:

- Escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira 1 343 embarcações;
- Foram movimentadas 1 228 424 toneladas nos portos da RAM;
- Passaram pelos portos da RAM 1 320 597 passageiros.

40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



2. Evolução do Movimento Portuário

TF



2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO

2.1. Movimento de navios

Em 2019 escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira 1 343 navios, correspondendo a uma média diária de 3,7 navios.

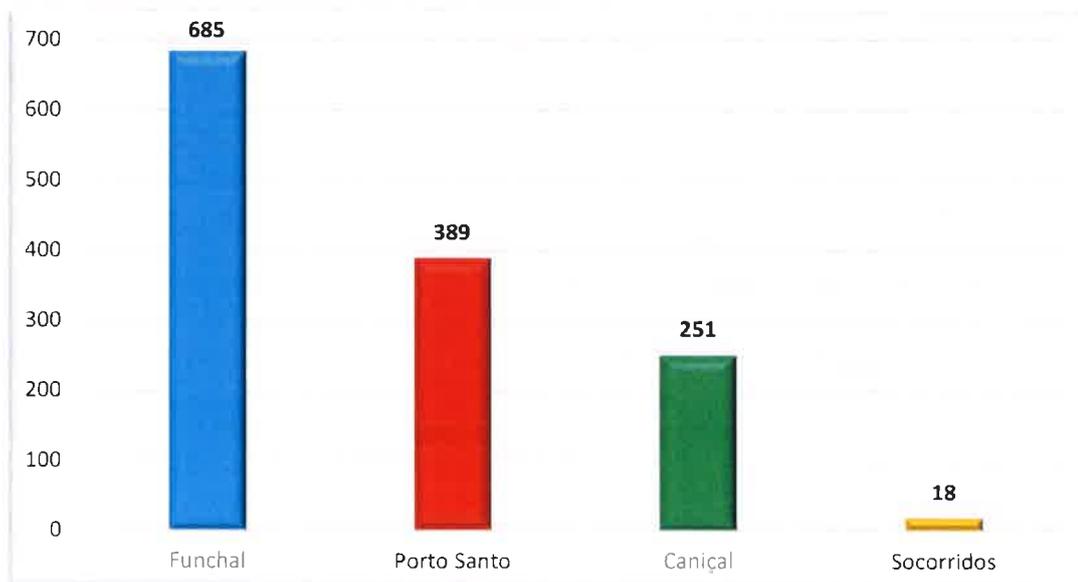
O porto do Funchal, vocacionado para navios de passageiros, contou com 685 escalas.

No porto do Caniçal atracaram 251 navios de mercadorias, maioritariamente navios de cabotagem insular com obrigações de serviço público.

Ainda no que se refere a transporte de mercadorias, no Terminal dos Socorridos atracaram 18 navios.

No porto do Porto Santo, verificaram-se 389 escalas, maioritariamente escalas do navio de transporte de passageiros e mercadorias da linha regular entre a Madeira e o Porto Santo. Para além destas, existiram atracações esporádicas de graneleiros e, em regra, quinzenalmente, o navio porta contentores no âmbito das obrigações de serviço público de cabotagem insular.

Gráfico 1 – Distribuição do movimento de navios por infraestrutura portuária

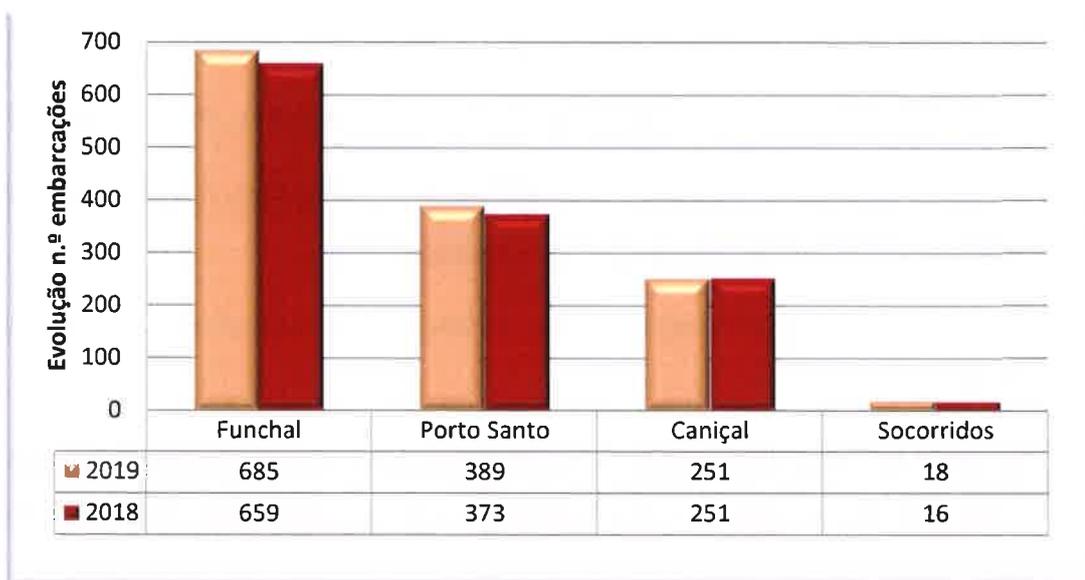


Fonte: APRAM, S.A

2. Evolução do Movimento Portuário

Comparativamente ao ano de 2018, verificou-se um acréscimo global de 44 escalas (+ 3%). A análise comparativa do movimento global de navios que atracaram nos portos da RAM, por infraestrutura portuária, encontra-se no gráfico 2:

Gráfico 2 – Evolução do movimento de navios por infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

Contamos com mais 26 navios no Porto do Funchal e 16 no Porto do Porto Santo.

Movimento de Passageiros

Em 2019 o movimento global de passageiros nos portos da RAM foi de 1 320 597 passageiros, distribuídos pelos portos do Funchal e do Porto Santo.

Por segmento de mercado:

- Navios de cruzeiro - 594 974¹;
- Tráfego Regional - 709 732²;
- Canárias/Funchal/Portimão (julho a setembro) - 15 891.

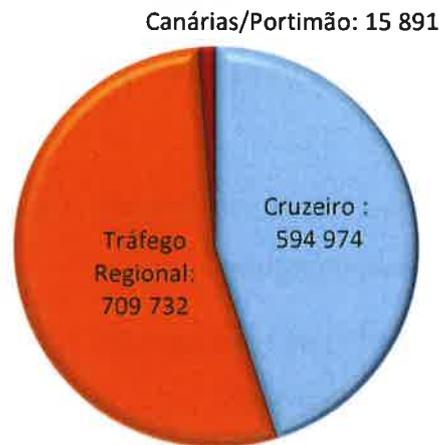
¹ Inclui passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito.

² Inclui embarque e desembarque nos portos do Funchal e Porto Santo.

P&P.
JF


2. Evolução do Movimento Portuário

Gráfico 3 – Distribuição dos passageiros por segmento



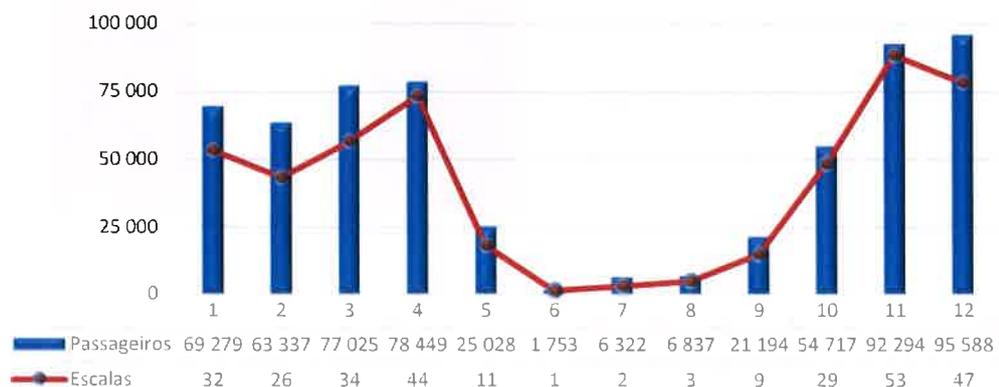
Fonte: APRAM, S.A.

2.2. Movimento passageiros provenientes de navios de cruzeiros no porto do Funchal

A Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa, tendo sido em 2019 o porto com maior registo de passageiros a nível nacional.

No ano de 2019 passaram pelo Porto do Funchal 291 navios de cruzeiro, com 591 823 passageiros, registando uma média de 2 034 passageiros por escala. Assinala-se o embarque de 3 057 passageiros e o desembarque de 2 989 passageiros, resultado do primeiro turnaround completo do porto do Funchal.

Gráfico 4 – Evolução mensal da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal



Fonte: APRAM, S.A.

FCR
LF
[Handwritten signature]

2. Evolução do Movimento Portuário

O porto do Porto Santo acolheu 7 escalas de navios de cruzeiro, nos meses de abril, maio, outubro, novembro e dezembro movimentando um total de 3 151 passageiros.

Manteve-se os mercados emissores de passageiros de cruzeiro no ano de 2019, que destacamos:

- Mercado alemão: 241 189 passageiros, i. é, 40,8% do total de passageiros (3707 em embarque e desembarque);
- Mercado inglês: 191 562 passageiros, i. é, 32,4% do total de passageiros (1 003 em embarque e desembarque).

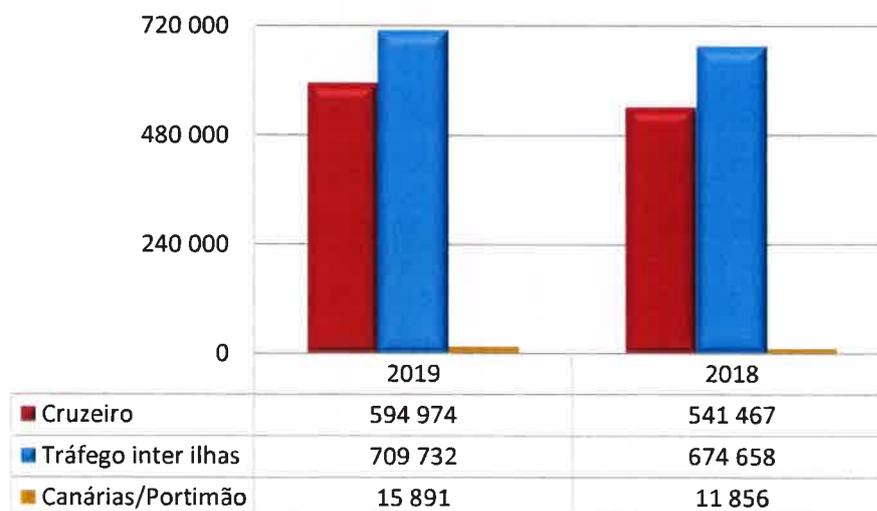
Em termos comparativos com o ano de 2018 houve um acréscimo de 53 507 passageiros provenientes de navios de cruzeiro nos portos da Região.

Nos passageiros provenientes do tráfego regional entre ilhas verificou-se um acréscimo de 17 537.

Na linha “Funchal-Portimão-Canárias”, com o transporte de 15 891 passageiros, em 12 viagens realizadas nos meses de julho a setembro, registou-se um acréscimo de 4 035 pessoas transportadas.

A evolução global dos passageiros pode ser observada no gráfico infra:

Gráfico 5 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro/inter-ilhas



Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

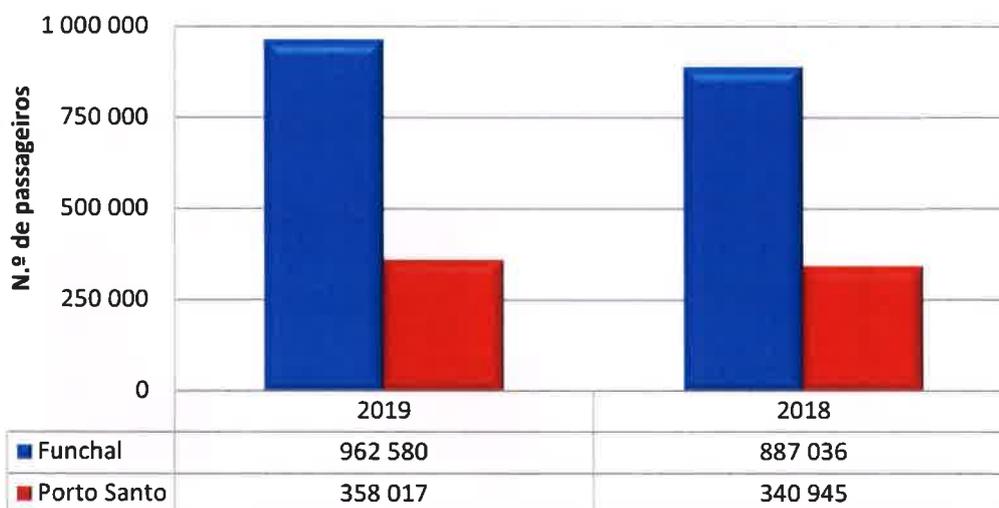
PCM

Em termos globais comparativos com o ano anterior, verificou-se um acréscimo de 75 544 passageiros no porto do Funchal e de 17 072 no porto do Porto Santo.

IF



Gráfico 6 – Evolução do movimento global de passageiros nos portos do Funchal e do Porto Santo

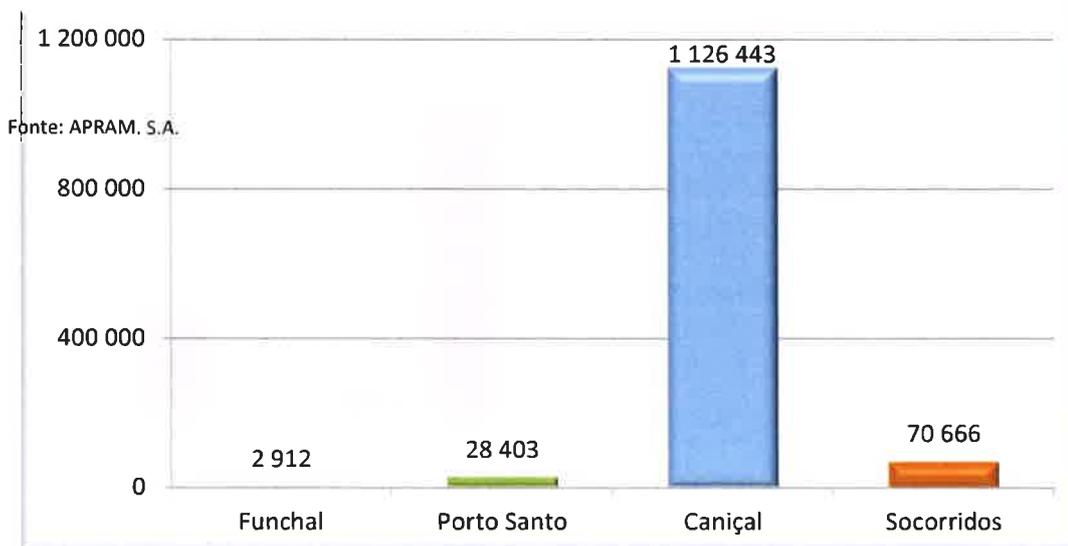


Fonte: APRAM, S.A.

2.3. Movimentação Global de Mercadorias

No ano de 2019 foram movimentadas 1 228 424 toneladas nos portos da RAM, conforme discriminação no gráfico infra:

Gráfico 7 – Movimento de mercadorias por infraestrutura portuária



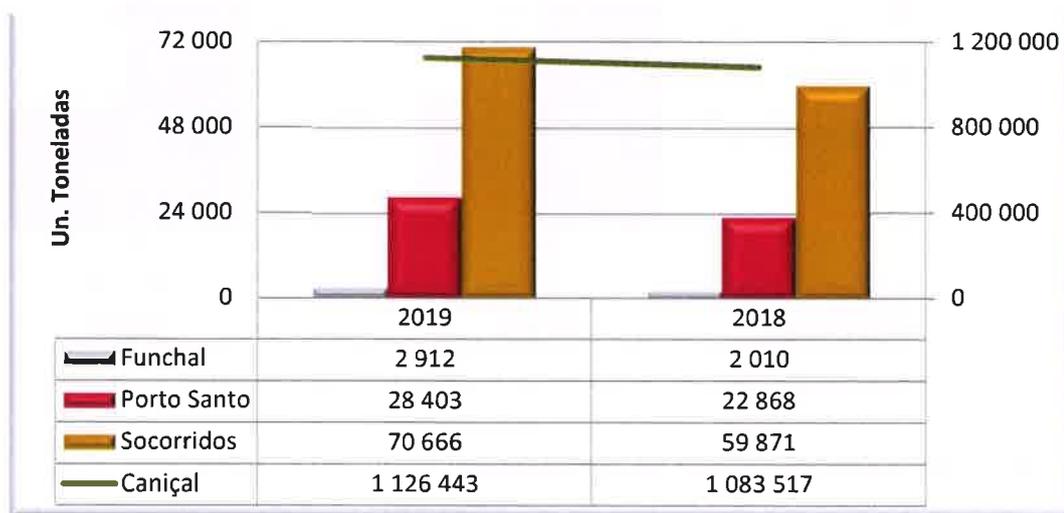
Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma variação positiva de 5% na movimentação global de mercadorias, ou seja, foram movimentadas mais 60 158 toneladas, indicador do crescimento da economia regional, embora em leve recuperação.

A análise comparativa do movimento de carga nas infraestruturas portuárias da RAM, referente aos anos 2018 e 2019, encontra-se no gráfico infra:

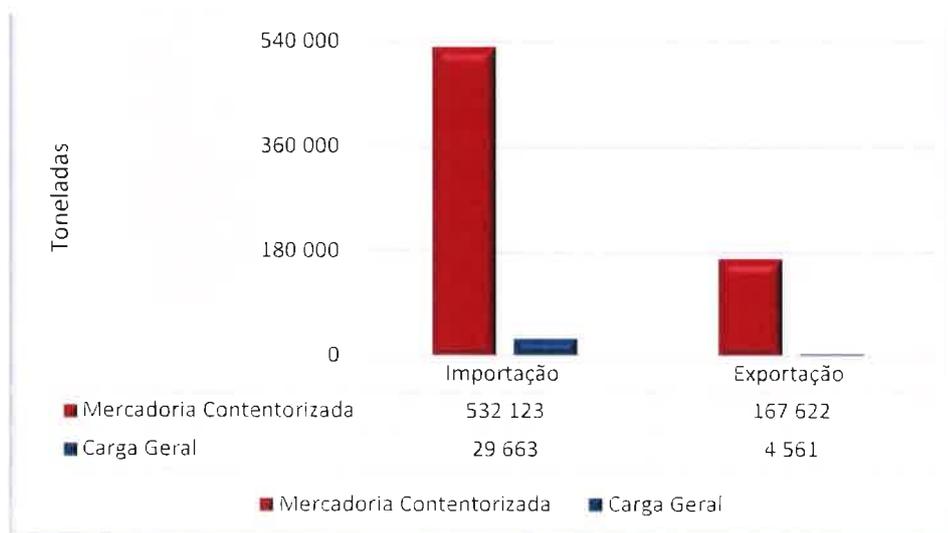
Gráfico 8 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A

No gráfico infra, apresentamos a comparação da movimentação de mercadorias, classificadas por tipologia e por importação/exportação:

Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por tipologia: importação/exportação



Fonte: APRAM, S.A.

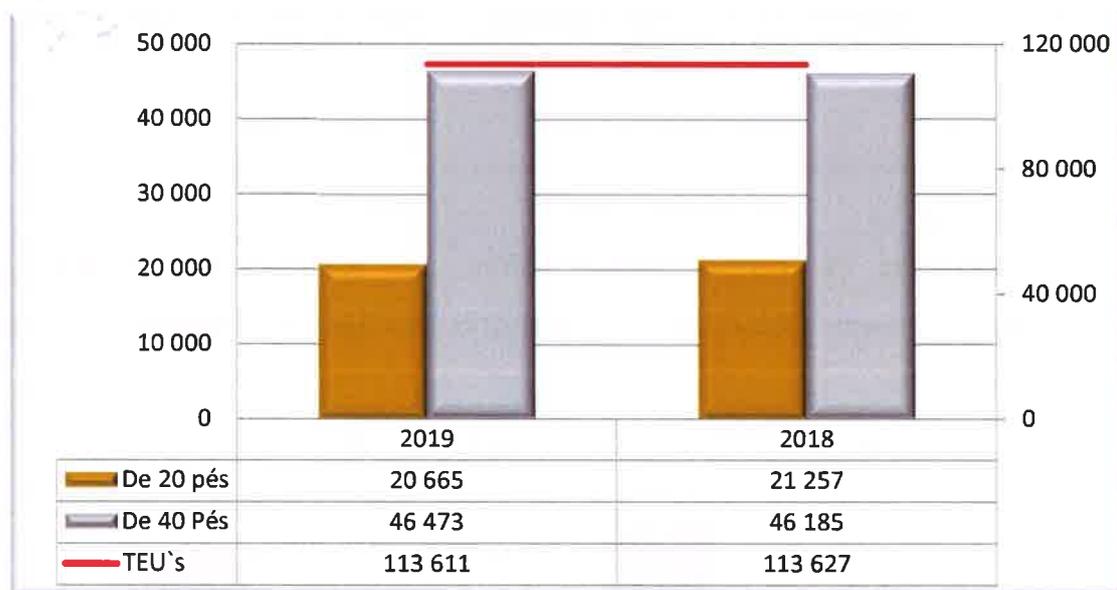
PCP.
JF
P.

2. Evolução do Movimento Portuário

Na análise comparativa da movimentação da carga contentorizada 2018-2019, verificamos um decréscimo global de 0,5% (- 304 unidades), resultante de um decréscimo de 3%, nos contentores de 20' e um aumento de 1%, nos contentores de 40'. O Shipping vem continuamente substituindo os contentores de 20' pelos de 40', por apresentarem maior rentabilidade.

Em termos globais, a movimentação de contentores, expressa em TEU's, manteve quase inalterados os valores de 2018 (- 16 TEU's), conforme se pode verificar no gráfico infra:

Gráfico 10 - Movimento de Contentores, por tipo



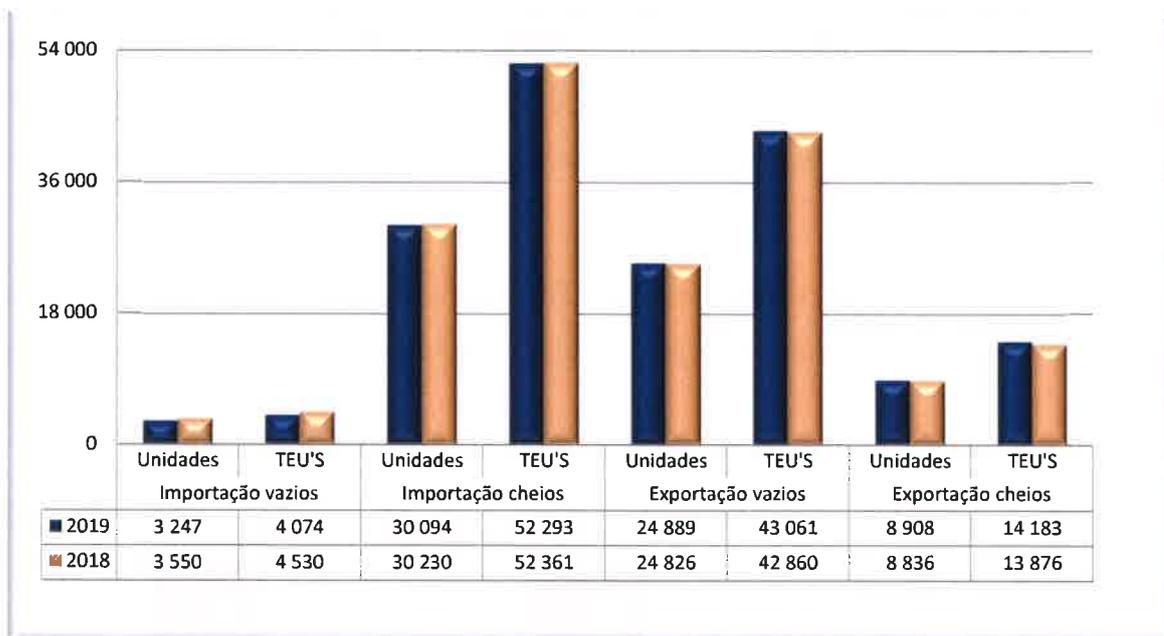
Fonte: APRAM, S.A.

Referência para o movimento de contentores cheios/vazios e sua relação com a importação exportação: 90% dos contentores importados foram cheios, enquanto que na exportação só 26% foram cheios, espelhando o desequilíbrio do transporte de carga no âmbito da cabotagem insular.

No gráfico infra, apresentamos os indicadores com maior detalhe:

2. Evolução do Movimento Portuário

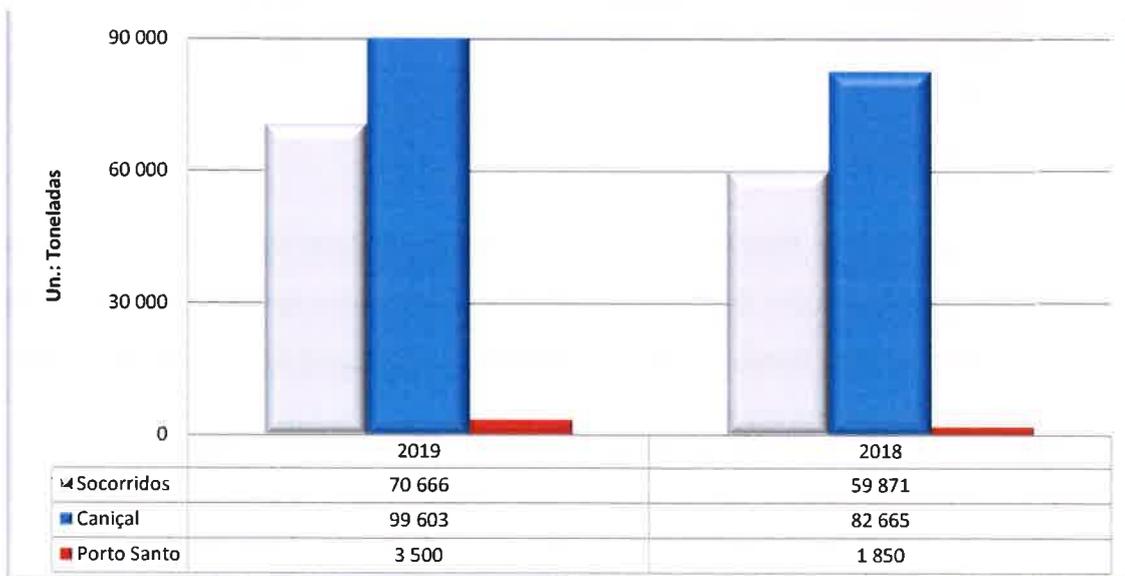
Gráfico 11 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação



Fonte: APRAM, S.A.

A importação de graneis sólidos sofreu um aumento de 29 383 toneladas, comparativamente a 2018, sendo a sua distribuição por infraestrutura portuária a seguir indicada:

Gráfico 12 – Graneis Sólidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

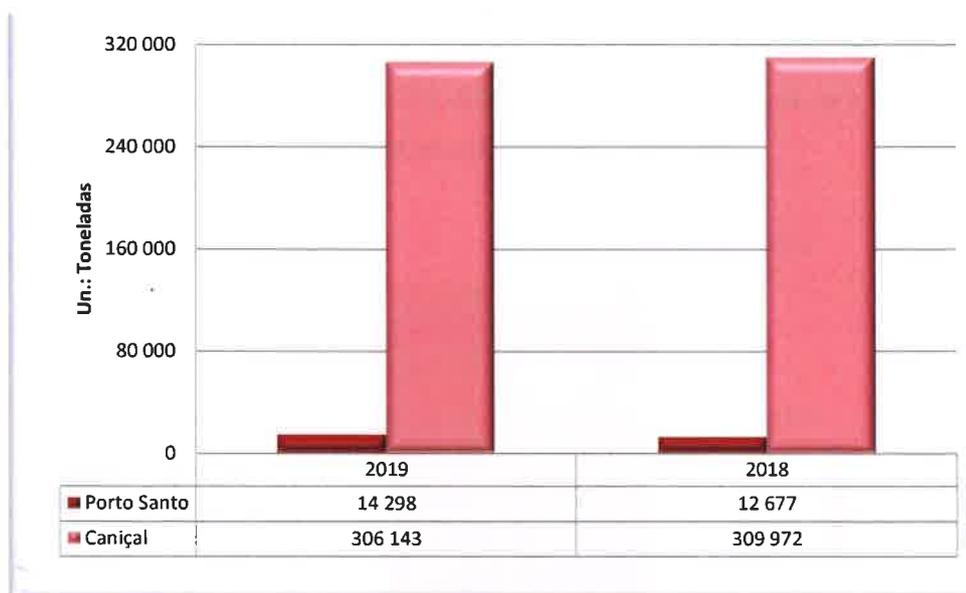
2. Evolução do Movimento Portuário

IF

A descarga de graneis líquidos registou um decréscimo em 2019 de 2 208 toneladas, comparativamente ao ano anterior.



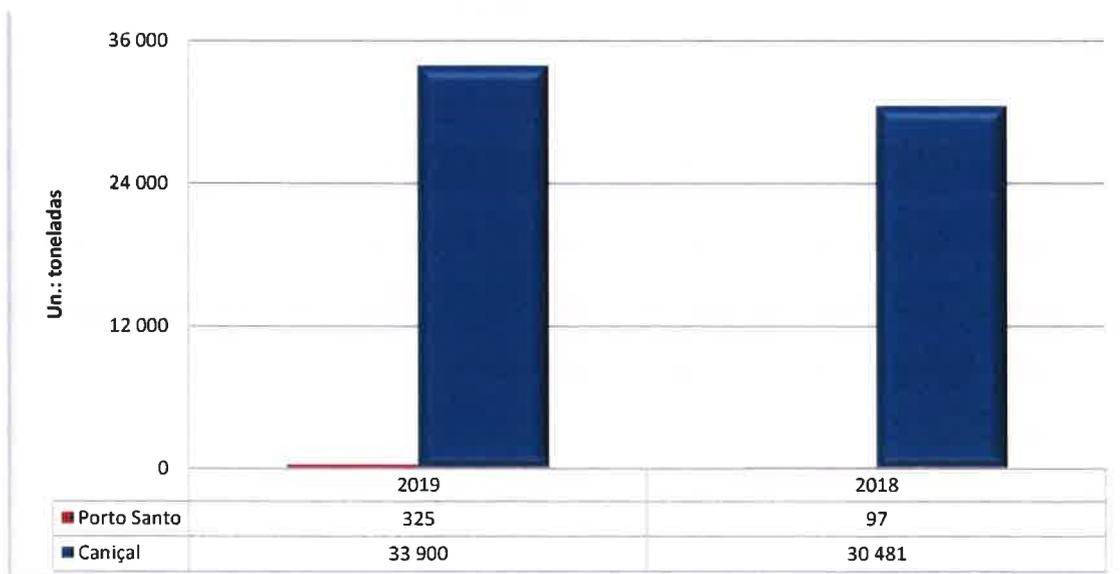
Gráfico 13 - Graneis Líquidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

A carga geral fracionada é inexpressiva face ao movimento global de mercadorias, verificando-se um incremento de 3 647 toneladas na movimentação efetuada nos portos da RAM, a que corresponde um aumento de 11% em comparação com o ano de 2018:

Gráfico 14 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

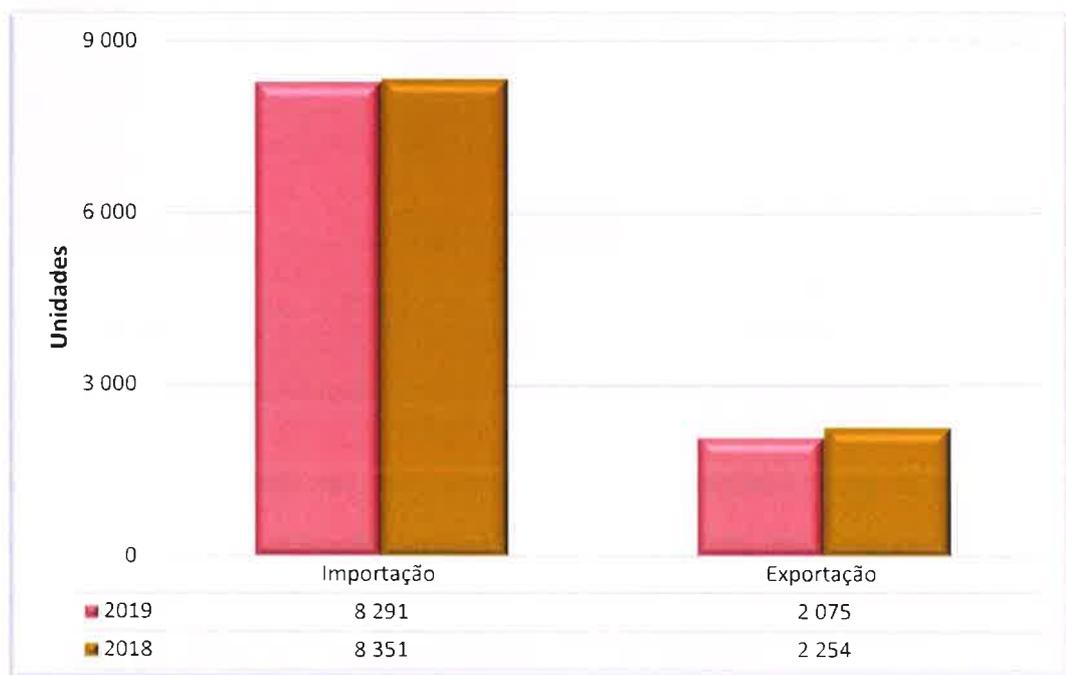
POL,
IF
P

2. Evolução do Movimento Portuário

2.4. Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal 2019

No ano de 2019 o número de veículos importados foi de 8 291, que representou um decréscimo de 1%, quando comparado com o ano anterior. Relativamente ao número de veículos que saíram da Região, o decréscimo atingiu os 8%.

Gráfico 15 – Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal



Fonte: APRAM, S.A.

2.5. Movimento de Automóveis no Porto do Funchal de julho a setembro de 2019

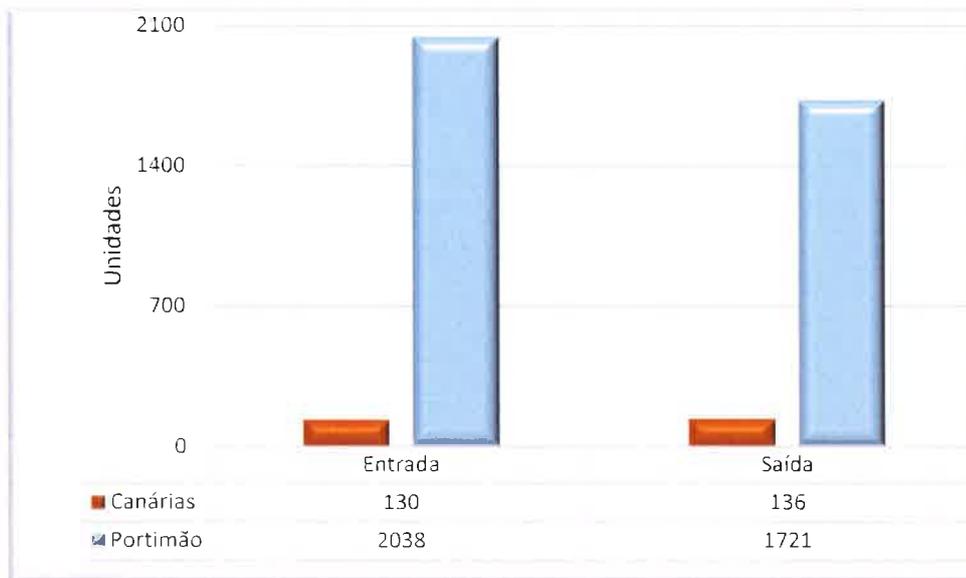
Com as ligações do navio tipo ferry, entre julho e setembro de 2019 (cerca de 3 meses de operação no verão), verificou-se a entrada de 2 168 veículos com proveniência de Portimão 1 857 veículos com destino ao Continente.

Na ligação com Canárias, essa movimentação rondou os 130 veículos por percurso.

2. Evolução do Movimento Portuário

IF

Gráfico 16 – Movimento de Automóveis no Porto do Funchal de julho a setembro de 2019

Fonte: APRAM, S.A.

2.6. Extração de Inertes

Nos terminais marítimos do Porto Novo e Anjos, sob jurisdição da APRAM, S.A. procedeu-se à descarga de inertes num total de 181 595 toneladas, representado um acréscimo de 57 661 toneladas.

Gráfico 17 – Descarga De Inertes



Fonte: APRAM, S.A.



PORTOS DA MADEIRA

PCH.
IF
8r

3. RECURSOS HUMANOS



Temos por missão assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.

40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



PCR.
JF
[Handwritten signature]

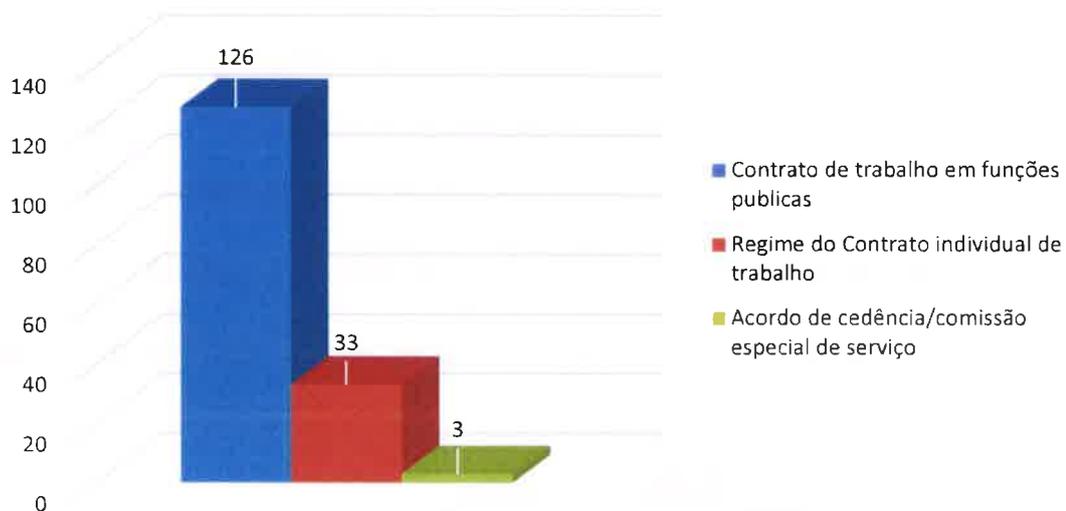
3. Recursos Humanos

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Caracterização

O efetivo total da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de dezembro de 2019 era de 162 trabalhadores, com a distribuição por vínculos e regimes laborais, conforme gráfico infra:

Gráfico 18 - Distribuição dos colaboradores



Fonte: APRAM, S.A.

No desempenho de funções nos serviços da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., encontram-se 158 trabalhadores:

- 123 transitaram dos organismos que antecederam a APRAM, S.A. e são trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas;
- 32 são contratados em regime de contrato individual de trabalho, sendo destes 6 em regime de contrato de trabalho a termo.
- 3 trabalhadores que desempenham funções na APRAM, S.A.:
 - ✓ Um em regime de comissão de serviço (Diretor de Operações Marítimo-Portuárias);

3. Recursos Humanos

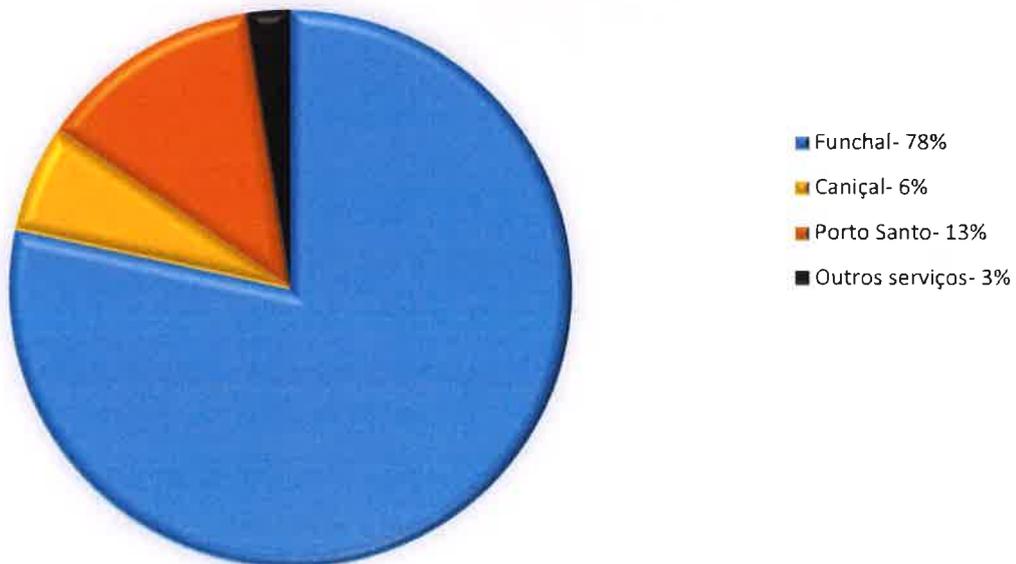
- ✓ Dois em acordo de cedência (administradores).

Do pessoal do quadro da APRAM, S.A. (159) a 31 de dezembro de 2019, quatro trabalhadores encontravam-se a desempenhar as suas funções noutros organismos e empresas da RAM, a saber: ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., Madeira Parques Empresariais, S.A., Sociedades de Desenvolvimento da Madeira (Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.) e Direção Regional da Cultura.

De realçar um decréscimo global de 13% no quadro de pessoal da APRAM, S.A., na última década (2009/2019): 7 trabalhadores ao serviço da APRAM, S.A., por motivos de: cessação de contrato de trabalho; acordo de cedência de interesse público, reforma ou morte.

A distribuição geográfica dos efetivos, por concelho, foi a seguinte:

Gráfico 19– Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

3. Recursos Humanos

No Funchal desempenham funções 127 trabalhadores, correspondente a 78% do efetivo total da empresa, embora exista pessoal que por força das funções desempenhadas, desloca-se a todas as infraestruturas portuárias dos Portos da Região Autónoma da Madeira (tripulações, pessoal técnico de pilotagem, eletricitas e pessoal de apoio técnico às operações marítimo e portuárias).

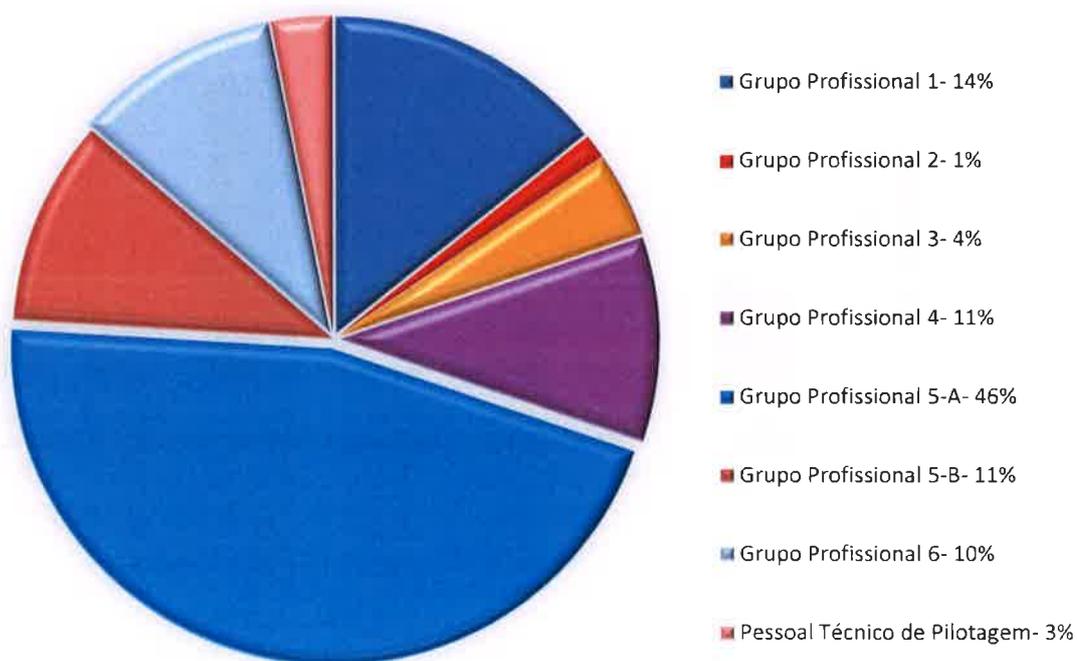
No Caniçal desempenham funções 10 trabalhadores, dois com funções administrativas e restantes com funções operacionais, representando 6 % do efetivo da empresa.

No Porto Santo, desempenham funções 21 trabalhadores, representando 13% do efetivo da empresa.

Desde a rescisão do contrato de concessão com a empresa 33/16 – Assistência Náutica, a APRAM, SA assumiu a gestão direta da marina do Porto Santo, e desta forma garante todo o apoio aos iatistas com respetivos reportes às entidades oficiais.

A distribuição do efetivo global, por grupo profissional é a indicada nos gráficos infra:

Gráfico 20 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais



Fonte: APRAM, S.A.

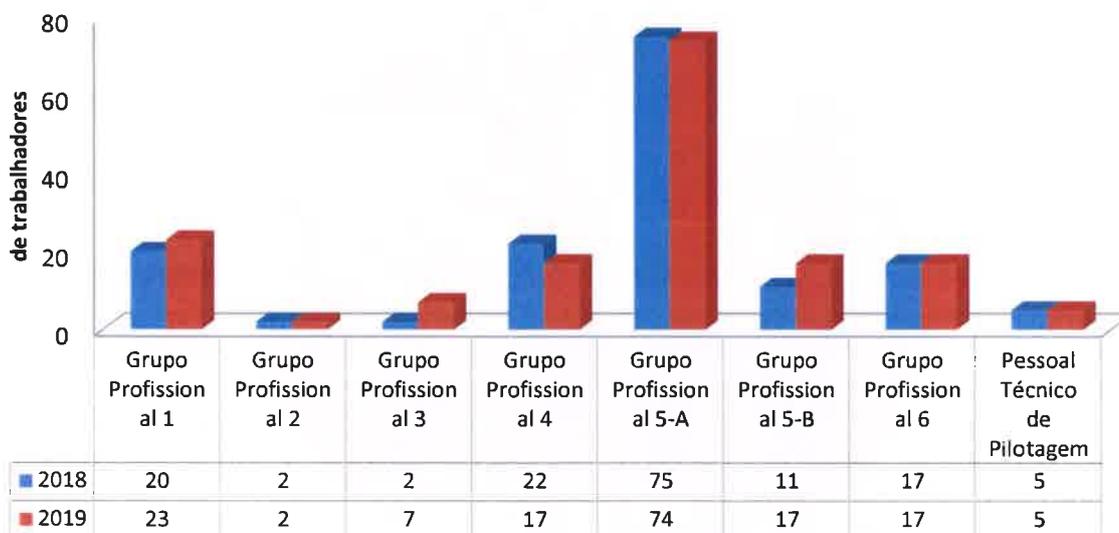
PSL.
IF
Q.c

3. Recursos Humanos

Sendo:

- GP1 – Técnicos superiores.
- GP2 – Carreira maquinista da marinha mercante e engenheiro técnico.
- GP3 - Adjunto técnico e contramestre.
- GP4 – Motorista marítimo e mestre de tráfego local, tesoureiro e técnico de informática.
- GP5 A – Técnico auxiliar, agente de exploração, operador de equipamento portuário, fiel de deposito de abastecimento, técnico administrativo e operário qualificado.
- GP5 B – Marinheiro, operador de cais, ajudante de motorista marítimo.
- GP6 – Telefonista rececionista, auxiliar de serviços, motorista ligeiros, guarda portuário, cantoneiro de limpeza.
- PTP – Pessoal técnico de pilotagem.

Gráfico 21 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais



Fonte: APRAM, S.A.

3. Recursos Humanos

Em termos de movimentação de pessoal, verificaram-se:

1. Saídas: 4, motivadas por:

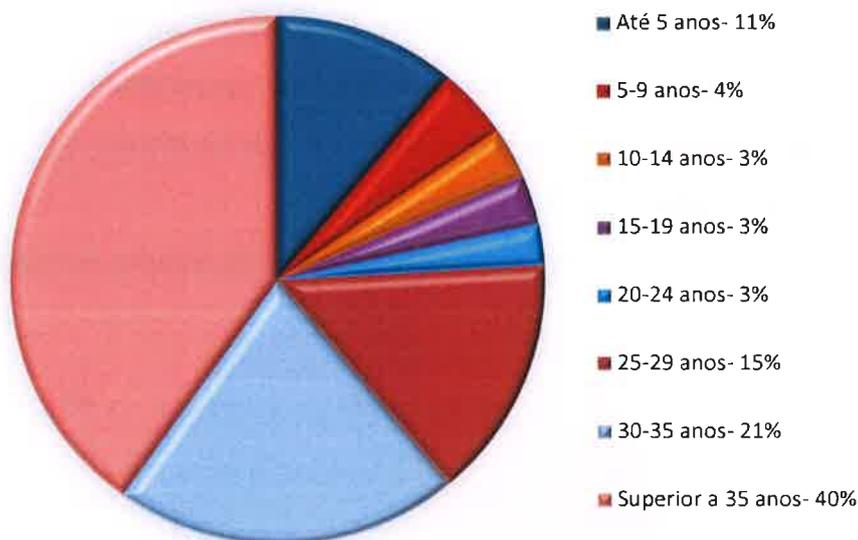
- 1 regime de acordo de cedência de interesse público.
- 2 por aposentação.
- 1 por cessação de acordo de cedência por interesse público.

2. Admissões: 11, como segue:

- 2 Regime de acordo de cedência de interesse público.
- 6 Contrato de trabalho a termo certo.
- 3 Contrato de trabalho sem termo.

3. O saldo fisiológico traduziu-se em +7 trabalhadores no universo global da APRAM, S.A.

Gráfico 22 - Distribuição do efetivo por antiguidade

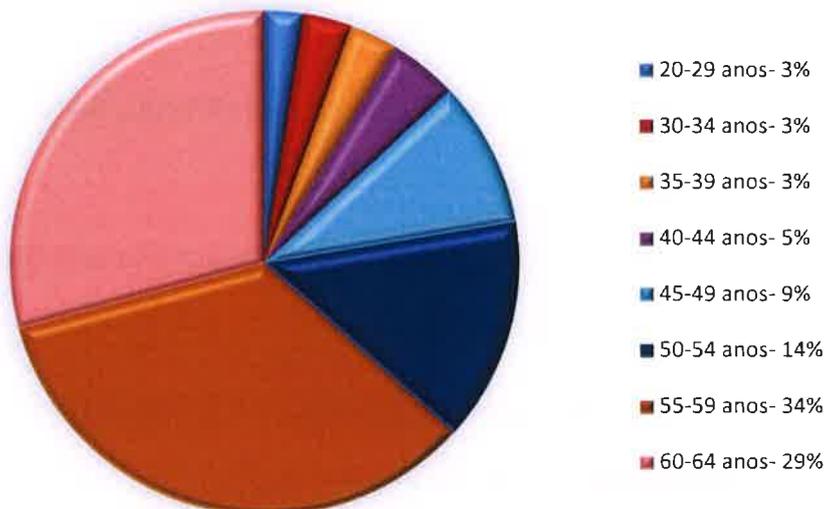


Fonte: APRAM, S.A.

A antiguidade do efetivo é bastante elevada. 76% do efetivo tem uma antiguidade média igual ou superior a 25 anos, dos quais 40% com uma antiguidade superior a 35 anos, caracterizando o envelhecimento do efetivo da APRAM, S.A..

3. Recursos Humanos

Gráfico 23 - Distribuição do efetivo por estrutura etária



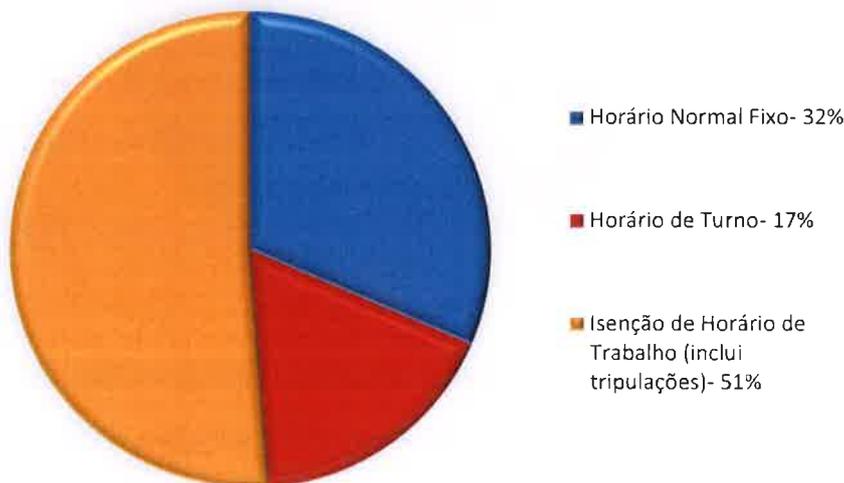
Fonte: APRAM, S.A.

A estrutura etária encontra-se em linha com a antiguidade, ou seja, 77% do efetivo tem uma idade igual ou superior a 50 anos.

3.2 Regime de Trabalho

A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade portuária de modo a manter operacionais e em segurança todas as infraestruturas portuárias sob responsabilidade da APRAM, S.A., 24 horas por dia, nos sete dias da semana.

Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho



Fonte: APRAM, S.A.

PCM,
IF

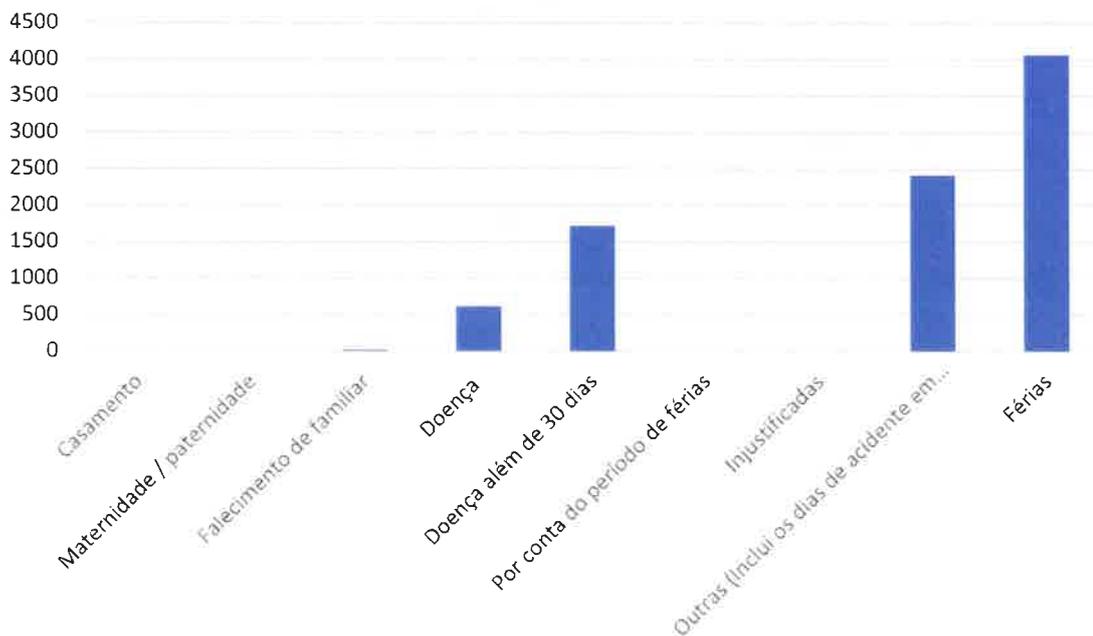

3. Recursos Humanos

No regime de isenção de horário de trabalho, para as tripulações e pessoal técnico de pilotagem, está incluída a modalidade de compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados.

3.3 Absentismo

O número de dias de faltas por doença foi de 2 352 dias. Para este valor contribuíram significativamente 3 trabalhadores que se encontram na situação de junta médica por doença prolongada que, no decurso de 2019, não prestaram qualquer dia de serviço.

Gráfico 25- Absentismo/Motivo



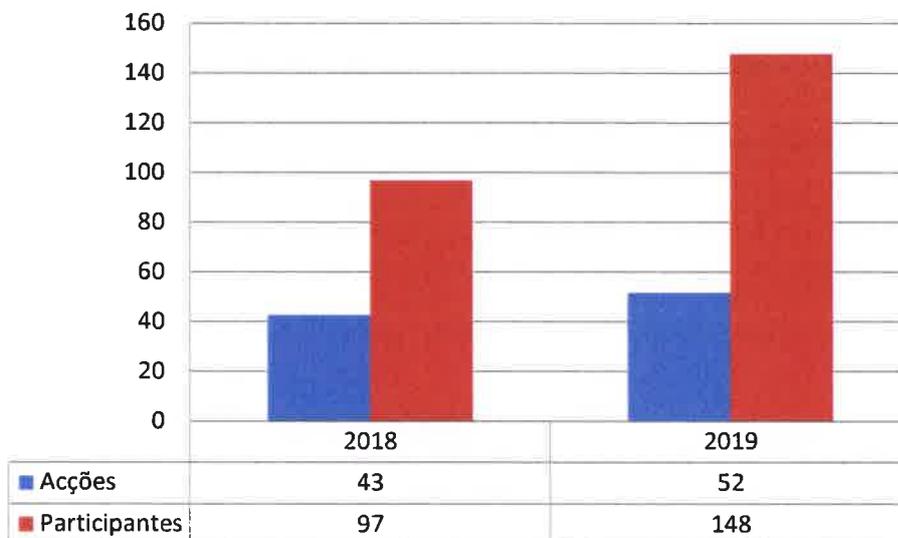
Fonte: APRAM, S.A.

3.4 Formação Profissional

Dando continuidade ao Plano de Formação da APRAM, S.A., numa forte aposta na valorização e atualização técnica de conhecimentos dos seus trabalhadores, no ano 2019, foram realizadas 52 ações de formação – 19 internas e 33 externas, com um total de 148 participantes e 2 513,5 horas de formação. Verificou-se uma taxa de participação de 97% do efetivo.

3. Recursos Humanos

Gráfico 26 - Formação Profissional



Fonte: APRAM, S.A.

O ano de 2019 pautou-se por um aumento, quer no número de participantes, quer no número de ações de formação profissional ministradas pela APRAM, S.A., com especial destaque para a formação no âmbito da implementação da JUL

3.5 Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

Neste ano, deu-se continuidade ao cumprimento dos imperativos legais em matéria de segurança, prevenção e medicina no trabalho.

Após a aprovação do regulamento para o controlo do consumo excessivo do álcool no local de trabalho, pela Direção Regional do Trabalho, têm sido efetuados testes de controlo da alcoolemia. Foram submetidos a controlo 73 trabalhadores, sem terem sido detetados testes positivos.

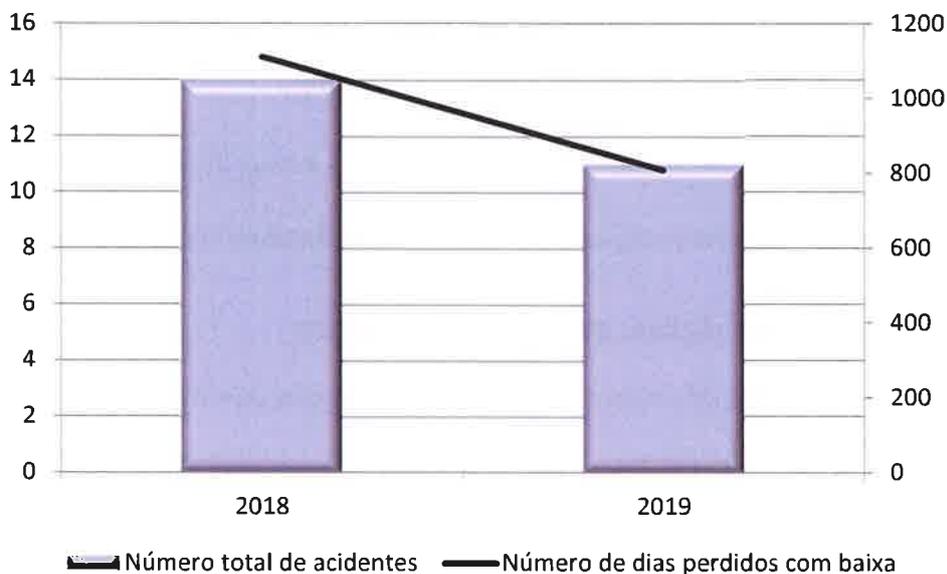
Foram realizados 475 exames médicos no âmbito da medicina no trabalho, os quais incluíram exames auxiliares de diagnóstico (visio teste, ECG...).

PCM
IF

3. Recursos Humanos



Gráfico 27 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos



Fonte: APRAM, S.A.

Verificou-se uma diminuição, no número de acidentes de trabalho.

Refira-se que dos 10 acidentes de trabalho, somente em 4 situações resultaram numa ausência superior a 60 dias (620 dias).

Todos os trabalhadores da APRAM, S.A. sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho assegurado pela Lusitânia Companhia de Seguros.

O quadro de pessoal da empresa integra ainda 2 trabalhadores portadores de deficiência

A nível de doenças profissionais, não existe nenhum caso a assinalar.

3.6 Ação Social

Mantiveram-se as situações previstas na lei, ou seja, a atribuição do abono de família, abono de família monoparental, bonificação por deficiência, subsídio mensal vitalício, incluindo o complemento extraordinário de solidariedade.

3. Recursos Humanos

3.7 Responsabilidade Social

A APRAM, S.A. possibilitou a realização de estágios curriculares a alunos dos estabelecimentos de ensino a seguir indicados:

- Escola Secundária Francisco Franco (1 estagiário);
- Programa Estágios de Verão-Direção Regional Juventude e Desporto (1 estagiário).

3.8 Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina

A participação dos trabalhadores da APRAM, S.A. em matérias laborais tem sido efetuada através dos Sindicatos representativos do setor, tendo-se realizado algumas reuniões entre a APRAM, S.A. e os sindicatos, no decurso de 2019.

As administrações portuárias do Continente, da Madeira e dos Açores, e através da APP - Associação dos Portos Portugueses negociaram com o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, o acordo coletivo/acordo de empresa.

Nos mesmos termos do acordo coletivo de trabalho, celebrado entre as administrações portuárias do continente e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, foi celebrado um Acordo de Empresa entre a APRAM, S.A. e o SNTAP, publicado no JORAM, III Série, n.º 5, de 3 de março de 2016.

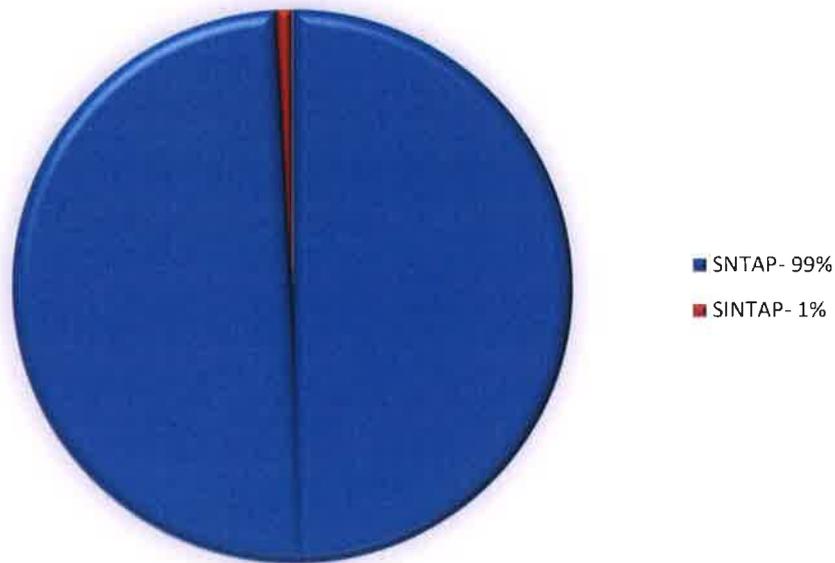
Foi efetuada a revisão do Acordo de Empresa entre a APRAM, S.A. e o SNTAP, publicada no JORAM, III Série, de 20 de setembro de 2019, em alinhamento com a revisão do acordo coletivo de trabalho, celebrado entre as administrações portuárias do continente e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias.

Os trabalhadores que não são sindicalizados puderam optar por aderir ao referido acordo.

POK,
TF


3. Recursos Humanos

Gráfico 28 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos/não sindicalizados



Fonte: APRAM, S.A

Do efetivo, 112 trabalhadores são sindicalizados, o que representa uma taxa de sindicalização de 72% e, destes, 111 são filiados no SNTAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias.

4. GOVERNO DA SOCIEDADE



A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa

40 Anos
18-08-1979
REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



  Região Autónoma da Madeira
Portos da Madeira  Museu da Escadaria da Madeira Antiga "Vicente"

4. Governo da Sociedade

PCP,
IF


4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Este capítulo dá cumprimento ao dever de informação, previsto no regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa no âmbito do setor das empresas de interesse económico geral, o cumprimento das obrigações de serviço público e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da APRAM, S.A..

4.1 Missão, Objetivos e política da empresa

O enquadramento jurídico da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de agosto. Em 2014 a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., integrou o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira, sob a forma de EPR – Empresa Pública Reclassificada.

Apresenta-se com a designação comercial de Portos da Madeira e tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Praia Formosa, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição, visando o planeamento, o desenvolvimento, a construção, a conservação e a exploração económica/financeira.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira, em prol do desenvolvimento sócio económico da RAM.

Tendo presente o objeto social, as obrigações de serviço público e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

FCM
IF
[Handwritten signature]

4. Governo da Sociedade

- **Missão:** Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.
- **Valores:**
 - ✓ Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
 - ✓ Segurança - Garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
 - ✓ Atitude – Atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
 - ✓ Inovação – Encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a proatividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas existentes, deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A. e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

PCP

IF



4. Governo da Sociedade

A APRAM, S.A. até 14 de outubro de 2019 foi tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira. Após essa data é tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares.

O ano de 2019 caracterizou-se por uma recuperação da economia regional, refletida no aumento do movimento de mercadorias nos portos da RAM, bem como um aumento dos números de passageiros de cruzeiros.

Os objetivos estratégicos, de cariz plurianual, a desenvolver pela APRAM, S.A. sustentam-se nas seguintes premissas:

- Orientações gestão gerais emanadas pelo acionista;
- Gestão articulada com a tutela³, em termos de orientações de gestão, de planeamento e de financiamento partilhado do investimento;
- Sustentabilidade da atividade desenvolvida, com crescente ênfase na segurança marítimo-portuária e na qualidade;
- Eficiência económica da atividade portuária e política de investimentos consentânea com obrigações de serviço público, orientada para a criação de condições para o abastecimento regular à RAM.

Deste modo, as orientações de gestão para o sistema portuário regional são marcadas, do ponto de vista macro, por um posicionamento estratégico orientado para a concretização dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Reforçar a competitividade dos Portos da Madeira, relevando a sua centralidade atlântica no segmento do mercado de cruzeiros;
- Participar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentado da Região;
- Assegurar as melhores práticas de atuação, que reforcem a segurança e promovam a proteção da propriedade e do ambiente;

³ Esta gestão partilhada do investimento deve-se ao facto da APRAM, S.A. ser uma EPR, tratada como serviço e fundo autónomo.

4. Governo da Sociedade

- Promover a sustentabilidade económico-financeira da Administração dos Portos enquanto garante da prestação de serviços de interesse económico geral;
- Desenvolver uma gestão valorativa do capital humano.

4.2 Legislação Pertinente:

A complexidade do enquadramento legal condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação tão diversa quanto, a título de exemplo, matérias relacionadas com segurança, ambiente, financiamento comunitário, contratação pública, seguros, regime do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, estatuto do gestor público, legislação laboral (desde o regime jurídico do trabalho portuário, CIT, contrato de trabalho em funções públicas), Regulamentos de Inscrição Marítima, concessões e licenciamentos.

Alguns regulamentos, pela sua relevância, podem ser consultados no sítio da APRAM, S.A. www.portosdamadeira.com.

Descrição sumária da legislação aplicável ao sector:

- Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1/07, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23/08: transforma a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e aprova os respetivos estatutos;
- Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9: estabelece o regime de operação portuária;
- Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12: estabelece as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;
- Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24/07: relativo à receção dos resíduos dos navios;
- Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07: integra a informação do Sistema VTS Português no sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo;
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03;



4. Governo da Sociedade

- Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11: transpõe para o direito nacional a Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10, e que aprova o Código ISPS, atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22.06;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Portaria n.º 1450/2007, de 12/11: fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08: estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2/06: Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01: Código da Contratação Pública;
- Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2/03: Estabelece o regime das contraordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuária;
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03: Atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Regulamento n.º 1/2017, de 9/02: Regulamento de funcionamento da doca de estacionamento localizada na Avenida Sá Carneiro;



4. Governo da Sociedade

- Regulamento de Exploração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais, aprovado pela Portaria da Região Autónoma da Madeira n.º 46/2012, de 30/03, retificado pela Declaração de Retificação de 21/06/2012, e alterado pelas Portarias n.º 141/2014, de 14/08, n.º 323/2017, de 1/09 e n.º 11/2019, de 9 de janeiro;
- Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais a aplicar pela utilização de parcela do domínio público da RAM (Estado) afeto à APRAM - Administração de Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., localizada na Praça do Povo, aprovado pela Portaria n.º 269/2016, de 15/07;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Código de Ética e Conduta;
- Regulamento da Atribuição e o Uso de Fardamentos e Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Regulamento de acesso à zona portuária e circulação e estacionamento na área de jurisdição da APRAM, S.A. no Porto do Funchal;
- Regulamento do Fundo de Maneio;
- Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool;
- Regulamento para a Prestação de Serviço de Táxis no Porto do Funchal;
- Regulamento que define as condições de utilização do espaço denominado Centro Náutico de São Lázaro, aprovado pela Portaria n.º 270/2016, de 15/07;
- Normas de utilização do Varadouro e Calhau do Cais de Câmara de Lobos;
- Normas de Utilização do Cais de Recreio do Porto do Funchal;
- Regulamento da Marina do Porto Santo.

4. Governo da Sociedade

4.3 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

Identificação e estrutura dos órgãos sociais – triénio 2017-2019

Os órgãos sociais foram eleitos para o triénio 2017-2019.

Mesa da Assembleia Geral

Em Assembleia Geral de 28 de dezembro de 2016 foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral que apresentam a seguinte composição:

- Presidente: Célia Andreia Nóbrega Quintal;
- Vogal: Patrícia Alexandra Fernandes Bairrada Amaro de Jesus;
- Secretário da Mesa: Miguel Ângelo Gonçalves de Faria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração integra os membros abaixo indicados, com a seguinte composição:

- Presidente: Maria Lígia Ferreira Correia⁴;
- Vogal executiva: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia⁵;
- Vogal não executivo: Roman Feliciano Neto Pinto ⁶;
- Presidente: Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva⁷;
- Vogal executiva: Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa⁸;
- Vogal não executivo: Roman Feliciano Neto Pinto⁹.

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

⁴ Eleita em assembleia geral de 28 de dezembro de 2016. Renunciou ao cargo com efeitos a 18 de outubro de 2019;

⁵ Eleita em assembleia geral de 26 de outubro de 2017. Renunciou ao cargo com efeitos a 18 de outubro de 2019;

⁶ Eleito em assembleia geral de 17 de novembro de 2017. Renunciou ao cargo com efeitos a 18 de outubro de 2019;

⁷ Eleita em assembleia geral de 18 de outubro de 2019;

⁸ Eleita em assembleia geral de 18 de outubro de 2019;

⁹ Eleito em assembleia geral de 18 de outubro de 2019.

4. Governo da Sociedade

Fiscal Único

O Fiscal Único para o triénio 2017-2019 é a sociedade Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.¹⁰, representada por Carlos António Lisboa Nunes, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas como Fiscal Único Efetivo e Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes, como Fiscal Único Suplente.

4.4 Funções exercidas noutras empresas/representação

A Presidente do Conselho de Administração Maria Lígia Ferreira Correia integrou a representação/grupos de trabalho, não remunerados, de:

- Vogal do Conselho Diretivo da APP – Associação dos Portos Portugueses;
- Vogal da Direção da AP Madeira – Associação de Promoção da Madeira;
- Representante da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;
- Representante da APRAM, S.A. na Comissão Regional de Proteção Civil;
- Representante da APRAM, S.A. Centro de Coordenação Operacional Regional;
- Representante no Conselho Regional do Turismo;
- Representante efetiva da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;
- Representante da RAM no Conselho da Náutica de Recreio.

A Vogal do Conselho de Administração Maria de Fátima Pita Carvalho Correia integrou a representação/grupos de trabalho, não remunerados, de:

- Representante da APRAM, S.A. no SITEPR – Sistema de Informação e base de dados dos Trabalhadores das Entidades Públicas Regionais;

¹⁰ Nomeados em assembleia geral de 31 de julho de 2017

4. Governo da Sociedade

- Representante da APRAM, S.A. como membro suplente no Centro de Coordenação Operacional Regional;
- Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;
- Representante da APRAM, S.A. no grupo de trabalho previsto no DL 51/2016 (pesagem dos contentores para exportação abrangido pela Convenção Internacional sobre a Segurança dos Contentores (CSC));
- Representante suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos.

A Presidente do Conselho de Administração Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva integra a representação/grupo de trabalho, não remunerado, de:

- Vogal do Conselho Fiscal da APP – Associação dos Portos Portugueses.

4.5 Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, e nos termos do artigo 11.º dos Estatutos da APRAM, S.A., tem áreas de tutela definidas:

Até ao dia 18 de outubro:

Presidente: Maria Lígia Ferreira Correia

- Planeamento e Investimentos;
- Segurança;
- Promoção, Marketing e Relações Públicas e Externas;
- Área Jurídica;
- Instalações e Equipamentos;
- Operações portuárias, Qualidade e Ambiente;
- Assegurar a articulação entre as diferentes áreas de intervenção da APRAM, S.A.;

4. Governo da Sociedade

- Competências específicas de:

Compete, ainda, à presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades daquele órgão e, em especial:

- Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
- Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.
- Sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir o Conselho, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Vogal executiva: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

- Área Administrativa e de Recursos Humanos;
- Área Financeira;
- Tecnologias e Sistemas de Informação.

Vogal não executivo: Roman Feliciano Neto Pinto - Sem pelouros atribuídos.

A partir de 18 de outubro:

Presidente: Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva

- Planeamento e Investimentos;
- Segurança;
- Promoção, Marketing e Relações Públicas e Externas;
- Instalações e Equipamentos;
- Operações portuárias, Qualidade e Ambiente;
- Assegurar a articulação entre as diferentes áreas de intervenção da APRAM, S.A.;

4. Governo da Sociedade

TF


- Outras áreas da competência do CA.:

Compete, ainda, à presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades daquele órgão e, em especial:

- Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
- Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito;
- Sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir o Conselho, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Vogal executiva: Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa:

- Área Jurídica;
- Área Financeira;
- Área Administrativa e de Recursos Humanos;
- Tecnologias e Sistemas de Informação.

Vogal não executivo: Roman Feliciano Neto Pinto - Sem pelouros atribuídos

Regime de Substituição:

- A presidente do Conselho de Administração será substituída, nas suas faltas e impedimentos pela vogal executiva, a qual, nesse caso, deterá o voto de qualidade.
- Nas suas faltas e impedimentos os membros executivos do Conselho de Administração substituem-se mutuamente.
- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, poderá ser definido outro regime de substituição por deliberação do Conselho de Administração.

4. Governo da Sociedade

O Conselho de Administração vinculava-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração, sendo uma delas a da presidente ou de quem a substitua;
- Pela assinatura de um administrador quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;
- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;
- Em assuntos de mero expediente basta a assinatura de um membro do conselho de administração.

Seguidamente é apresentada uma síntese dos elementos curriculares de todos os membros do Conselho de Administração.

Presidente do Conselho de Administração:

Maria Lígia Ferreira Correia

Formação Académica:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1985, com a média final de 14 valores, classificação de Bom;

Pós-Graduação em “Gestão de Transporte Marítimo e Gestão Portuária”, ministrada pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1996/1997.

Atividade Profissional:

De 1 maio de 2015 até 19 de junho de 2016, Presidente do Conselho de Administração do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.;

De 15 de agosto de 2008 até 20 de abril de 2015, Gerente GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda.;

De 1 de julho de 1999 até 14 de agosto de 2008 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., tendo

4. Governo da Sociedade

os pelouros de relações externas, gestão financeira e administrativa, recursos humanos, informática, marketing, estatística e património. Durante este período, exerceu as funções de vice-presidente, com o outro vogal, em regime de rotatividade anual;

De 1997 a 1999 – Nomeada em regime de comissão de serviço no cargo de vogal do Conselho de Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;

De 1991 a 1997 – Nomeada em regime de comissão de serviço no cargo de Diretora dos Serviços Financeiros e Administrativos da Direção Regional dos Portos;

De 1987-1991 – Responsável dos Serviços Financeiros e Administrativos da Direção Regional de Portos, organismo dotado de autonomia administrativa e financeira desde janeiro de 1987;

1985 – Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Finanças, da Secretaria Regional do Plano;

1986 – Técnica superior na Direção Regional de Portos do quadro de pessoal da Direção Regional dos Portos.

Atividade Académica:

Lecionou a disciplina de “Contabilidade Industrial” no Instituto Superior de Administração e Línguas da Madeira;

Foi contratada como Assistente da Cadeira de “Contabilidade I e II” na Universidade Católica Portuguesa (extensão do Funchal);

Foi contratada como Assistente da Cadeira de “Auditoria” na Universidade Católica Portuguesa (extensão do Funchal);

Foi assistente da cadeira de contabilidade geral na Universidade da Madeira.

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

Foi membro de vários júris de concursos, no âmbito da legislação referente aos mercados públicos;

PCR

IF



4. Governo da Sociedade

Foi membro do júri do concurso público de avaliação das propostas para a concessão da linha marítima de transporte de passageiros e mercadorias entre o Funchal e o Porto Santo;

Integrou a coordenação do projeto de implementação do software SAP de apoio à gestão portuária e à gestão económico-financeira;

Foi responsável na DRP pela implementação de normas e procedimentos referentes à área económico financeira e de aprovisionamento.

Formação profissional:

– Destaque para as seguintes ações:

Gestão e Gestão de Risco;

Gestão Orçamental Pública;

União Monetária e Empresas;

Finanças Regionais;

Instrumentos Financeiros;

Sistemas de Informação das Organizações;

Qualidade e Excelência dos Serviços;

Gestão por Objetivos;

Gestão Portuária;

Finanças e Controlo de Gestão;

Contratos de Concessão – Regime Jurídico das Concessionárias;

Auditoria Fiscal;

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes;

Coaching, Comunicação e Competências de Sucesso.

Psicoterapia Pessoal

MRMI

Vogal do Conselho de Administração

Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Formação Académica:

4. Governo da Sociedade

IF



Pós-Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal, Instituto Superior de Transportes, 1995/1996;

Pós-Graduação em Direito do Trabalho, Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 2004/2005;

Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração, Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, 2011/2012;

Pós-Graduação em Estudos Europeus, Variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1991/1995;

5.º ano de Língua Francesa, Alliance Française, 1989;

Licenciatura pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em Política Social, Universidade Técnica de Lisboa, 1981/1985.

Atividade Profissional:

Desde 19 de outubro de 2019 – Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., da Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

De 26 de outubro de 2017 a 18 de outubro de 2019 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De 1 de janeiro a 25 de outubro de 2017 – Técnica Superior Assessora do mapa de pessoal da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De 10 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2016 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

4. Governo da Sociedade

De 2010/05/01 a 9 de março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De 1 de Março de 2001 a 30 de abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De 1 de Novembro de 1997 a 28 de fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;

De 1 de Setembro de 1991 a 31 de outubro de 1997 - Diretora de Recursos Humanos na Direção Regional de Portos;

De 9 de Fevereiro de 1989 a 31 de agosto de 1991 - Técnica superior na Direção Regional de Portos;

De 21 de Abril de 1986 a 8 de fevereiro de 1989 - Técnica superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da ex-Secretaria Regional do Plano;

De 1984 a 1985 – Estágio profissional na UBP – União de Bancos Portugueses.

Atividade Académica:

Docente da disciplina de Geografia - Professora provisória, Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal;

Assistente convidada da cadeira de “Gestão de recursos humanos”, Universidade Católica Portuguesa.

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

Foi membro de vários júris de concursos, no âmbito da legislação referente aos mercados públicos;

Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM;

Coordenou o projeto de implementação do software SAP de apoio à gestão portuária e à gestão económico-financeira;

Foi responsável na DRP pela implementação das normas e procedimentos referentes à nomenclatura combinada dos transportes marítimos, na sequência da

4. Governo da Sociedade

harmonização estatística introduzida pela Diretiva Comunitária para o sector portuário;

Coordenou, por parte da DRP, os projetos de “Auditoria informática e elaboração do Plano Diretor de Informática” e “Auditoria de gestão da Direção Regional de Portos”.

Colaborou na elaboração dos diplomas que transformaram a Direção Regional em Instituto Público e posteriormente, em Sociedade Anónima;

Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada);

Coordenou o grupo de trabalho que procedeu à adaptação à RAM de várias legislações do sector portuário, com relevância para o Estatuto do Pessoal da Direção Regional de Portos.

Trabalhos elaborados:

“Evolução do Movimento de Cruzeiros do Porto do Funchal na última década, 1998, Secretaria Regional de Economia e Cooperação Externa;

“A Política Comunitária Marítima – a sua importância na política comum de transportes e mercado comum”, 1995, dissertação no âmbito da Pós-graduação em Gestão portuária e transporte intermodal, Centro de Documentação do ISP;

“Evolução e caracterização das embarcações registadas no Registo de Internacional de Navios da Madeira”, 1996, Centro de Documentação do ISP;

“Clima Organizacional – um estudo prático”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1985.

Vogal não executivo do Conselho de Administração

Roman Feliciano Pinto

Formação Académica

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

4. Governo da Sociedade

Diversos cursos/ações de formação, no âmbito das atividades desenvolvidas.

Experiência Profissional:

Iniciou a sua experiência profissional em 2001 como técnico comercial no então designado Banco Totta & Açores no Balcão Miguel Torga em Coimbra;

Em 2002 realizou um estágio curricular no Instituto Nacional de Estatística na Direção Regional do Centro em Coimbra onde participou na crítica ao Inquérito Anual as Empresas e, posteriormente, no Inquérito Trimestral às Empresas não Financeiras em cooperação com o Banco de Portugal;

No ano letivo de 2004/2005 foi formador da disciplina de Cálculo Comercial na então designada Direção Regional de Formação Profissional;

Iniciou a carreira pública em abril de 2004, na então designada Direção Regional do Planeamento e Finanças da Secretaria Regional do Plano e Finanças onde desempenhou funções na área dos Estudos e Planeamento passando, a partir de 2007, a desempenhar funções relacionadas com a área das finanças e dos assuntos comunitários;

Entre agosto de 2012 e janeiro de 2017, foi nomeado Técnico Especialista para prestar assessoria especializada no Gabinete da Secretaria Regional de Finanças no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, em estrita colaboração com as Direções Regionais do Orçamento e do Tesouro;

Entre fevereiro e outubro de 2016 foi nomeado Diretor de Serviços, em regime de substituição, da Direção de Serviços de Coordenação e Contabilidade da DROT;

Entre outubro de 2016 e outubro de 2017 desempenhou as funções de Adjunto do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, fazendo o acompanhamento de diversas matérias da competência da Secretaria Regional;

4. Governo da Sociedade

IF


Entre março e setembro de 2017 desempenhou, em acumulação com as funções de Adjunto do Gabinete, as funções de coordenação da Unidade de Gestão da Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública;

Entre março de 2017 e dezembro de 2017, foi nomeado vogal do Conselho de Administração do Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira;

Em Assembleia Geral do dia 17 de novembro de 2017, foi nomeado, Vogal não executivo do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

Atualmente, desde 20 de outubro de 2017, desempenha às funções de Adjunto do Gabinete de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, mantendo o acompanhamento de diversas matérias na área das finanças que transitaram da anterior Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública para a tutela da Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

Outros elementos curriculares de relevo:

Participou no grupo de trabalho responsável pela elaboração do PDES - Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira para o período de 2007 até 2013 tendo também colaborado na elaboração do PIDDAR - Programa Anual de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira e respetivos relatórios de execução para os anos de 2006 e 2007;

Participou, em representação da Região Autónoma da Madeira, no grupo de trabalho organizado pela Direção Geral de Desenvolvimento Regional para apoio à realização do Exame Territorial de Nível Nacional à Portugal realizado pela OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;

Participação ativa no acompanhamento da aplicação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e da Lei de Meios que assegura o financiamento das iniciativas de apoio

4. Governo da Sociedade

e reconstrução dos danos ocorridos na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de 20 de fevereiro de 2010;

Colaboração, como técnico da Direção Regional do Tesouro, na realização, implementação e acompanhamento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira integrando a estrutura técnica criada pela resolução n.º 69/2012, de 20 de fevereiro para assegurar a implementação e o acompanhamento das medidas previstas no referido programa;

No âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, destaca-se a participação ativa na preparação e concretização da “Operação de 1.100 milhões de euros” e da “Operação 150 milhões de euros” destinadas à regularização de dívida comercial da RAM; colaboração na realização de diversos acordos de regularização de dívidas; na atualização da Estratégia de Pagamentos da Dívida Comercial da RAM e no acompanhamento da concretização de diversas medidas previstas no PAEF-RAM;

Fez parte da estrutura de missão criada pelo Governo Regional com vista a apresentação de uma proposta de implementação de meios aéreos de combate aos incêndios na Região Autónoma da Madeira;

Fez parte do Gabinete de Apoio ao Emigrante na Venezuela criado pelo Governo Regional com vista a garantir a melhor integração e apoio aos emigrantes regressados à Região Autónoma da Madeira;

Fez parte do Grupo de Trabalho, nomeado pelo atual Ministro das Finanças, pelo Despacho n.º 8855/2017 sobre o Hospital Central da Madeira, fazendo atualmente, no âmbito das funções de adjunto do Gabinete da Vice-Presidência, o acompanhamento das questões financeiras associadas ao projeto de construção do Novo Hospital Central da Madeira;

Atualmente faz também parte da direção da ADBRAVA - Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – pessoa coletiva de natureza privada e sem fins

4. Governo da Sociedade

lucrativos, constituída em 30 de maio de 2009, tendo sido atribuído em 15 de maio de 2013 o estatuto de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social n.º 02/13, exercendo as funções de tesoureiro desde junho de 2009.

Presidente do Conselho de Administração:

Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva

Formação Académica:

Frequentou o Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Universidade Técnica de Lisboa, tendo concluído a licenciatura em Engenharia Agronómica em julho de 1993, com a classificação final de 14 valores;

Realizou o Trabalho de Fim de Curso no Departamento de Viticultura daquele Instituto (1992-93), que concluiu com a classificação final de 19 valores;

Frequentou o Curso de Pós-Graduação em Marketing, ministrado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em parceria com o Cine-Fórum, que concluiu em maio de 2005, com classificação final de 18 valores;

Frequentou o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), no total de 50 horas, ministrado pelo INA, que concluiu em abril de 2007, com a classificação final de 16,2 valores;

Possui Diploma da International Wine and Spirit Education Trust (WSET) - nível 1 e 2 (julho 2009);

Frequentou o Curso Wine Marketing promovido pelo The American College of Marbella (abril de 2014).

Atividade Profissional:

Iniciou a sua atividade profissional em dezembro de 1993, no Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), Lisboa, onde desempenhou funções de Técnico Superior na Divisão dos Cereais;

4. Governo da Sociedade

Em janeiro de 1995 ingressou na Direção Regional de Agricultura da Região Autónoma da Madeira. No desempenho das suas funções coordenou o Núcleo de Ajudas Comunitárias, integrado na Direção de Serviços de Agroindústria e Comércio Agrícola (DSAICA);

Em outubro de 2001 foi nomeada em regime de Comissão de Serviço para o cargo de Chefe de Divisão dos Matadouros na Direção de Serviços de Agroindústria e Comércio Agrícola;

Em janeiro de 2004 foi nomeada em regime de Comissão de Serviços para o cargo de Chefe de Divisão do Controlo das Ajudas à Produção e ao Rendimento, na Direção de Serviços de Agroindústria e Comércio Agrícola;

Nomeada em julho de 2005, para o cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Ajudas à Produção e ao Rendimento da Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR);

Em julho de 2006, foi nomeada Vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado, e do Artesanato da Madeira, IP;

Em agosto de 2009, foi nomeada Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP-RAM, cargo e função que desempenhou até 4 de janeiro de 2017;

Em fevereiro de 2017, foi nomeada Técnica Especialista do Gabinete do Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura;

Em 20 de outubro de 2017, foi nomeada Secretária Regional do Turismo e Cultura.

No âmbito das suas funções representou o IVBAM, entre outras:

Na Missão Empresarial que acompanhou o Comissário Europeu Dacian Ciolos ao Japão e à Coreia do Sul, organizada pela Comissão Europeia, e na qual integraram cerca de 25 representantes de produtos europeus com Indicações Geográficas (DO ou IG) dos sectores do vinho, bebidas espirituosas e agroalimentar;

4. Governo da Sociedade

PCH,

Em diversos eventos de promoção e divulgação do Vinho e do Bordado Madeira promovidos pelo IVBAM, quer no mercado nacional, quer em diferentes mercados internacionais;

IF



Como oradora, em palestras, seminários e masterclasses sobre Vinho Madeira que decorreram quer no mercado nacional, quer em diferentes mercados externos;

Na receção e acompanhamento de jornalistas, líderes de opinião e profissionais do setor vínico aquando da realização de visitas inversas à região Demarcada da Madeira;

Na Comissão de Gestão da Marca “Wines of Portugal”;

No Conselho Coordenador do “Concurso Vinhos de Portugal”, no âmbito do Protocolo de colaboração estabelecido entre o IVV, IVBAM, CNEMA, IVDP, Viniportugal e ANDOVI;

Na Associação Nacional das Denominações de Origem (ANDOVI).

Outros:

Reconhecida “Personalidade do Ano no Vinho” no âmbito dos prémios “Os Melhores do Ano 2015”, iniciativa promovida pela Revista especializada Wine que anualmente distingue personalidades e projetos na área.

Vogal Executivo do Conselho de Administração

Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa

Formação Académica:

Licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito de Lisboa em julho de 1995.

Atividade Profissional:

Iniciou estágio em advocacia em setembro de 1995, tendo-o concluído em fevereiro de 1998;

4. Governo da Sociedade

Trabalha na Administração Pública regional desde 1996, ano em que iniciou funções como Técnica Superior no Gabinete Jurídico do Centro Hospitalar do Funchal, atual Hospital Dr. Nélio Mendonça;

A 11 de janeiro de 2001 passou a exercer o cargo de Conselheira Técnica para a área jurídica do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais da RAM, sendo a responsável pelo Gabinete Jurídico daquela entidade, que integrava uma área de Estudos de Pareceres Jurídicos e uma outra de Contratos e Empreitadas, lugar onde se manteve até 2 de setembro de 2004;

De 4 de setembro de 2004 a 31 de outubro de 2008, exerceu o cargo de vogal do Conselho de Administração da sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos “Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/2004/M, de 24 de Agosto, concessionária do sistema de transferência, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos da RAM, em regime de serviço público e de exclusividade;

Exerceu ainda as funções de vogal substituta da Presidente do Conselho de Administração nas suas ausências e impedimentos;

De 2006 até ao primeiro trimestre de 2012, exerceu o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AVALER – Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos, que tem como associadas e membros fundadores a Valor Ambiente, S.A., a VALORSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), S.A. e a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto;

De 1 de novembro de 2008 a 5 de maio de 2009, exerceu, por designação em assembleia-geral, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da “Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.”;

4. Governo da Sociedade

PCR ✓

De 6 de maio de 2009 a 30 de setembro de 2009, por designação do novo Conselho de Administração da “Valor Ambiente, S.A.”, passou a exercer funções de assessoria jurídica junto deste órgão;

TF


A 1 de outubro de 2009, foi nomeada Diretora de Recursos Humanos;

A 1 de abril de 2011, transitou para a empresa IGSERV - Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., pertencente ao mesmo grupo empresarial da Valor Ambiente, S.A., passando a ocupar o cargo de Diretora de Capital Humano, onde se manteve até 14 de janeiro de 2012;

De janeiro de 2012 até 4 de janeiro de 2017, exerceu o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP – RAM, instituto público que tem por missão coordenar e executar a política de valorização e preservação da vinha, do vinho, das bebidas espirituosas, do bordado, da tapeçaria e do artesanato produzidos na Região Autónoma da Madeira, assim como da política de promoção e divulgação desses mesmos produtos a nível regional, nacional e internacional;

De 1 de fevereiro de 2017 até 19 de outubro de 2017, esteve nomeada no cargo de Técnica Especialista de Sua Excelência a Secretária Regional da Inclusão e dos Assuntos Sociais, primeiro para exercer funções de ligação do Gabinete com o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, nas áreas jurídica e de recursos humanos e mais recentemente, para prestar assessoria especializada, dentro da sua área de competência, nos setores de atuação da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais;

De 20 de outubro de 2017 até 14 de outubro de 2019, exerceu o cargo de Chefe de Gabinete de Sua Excelência a Secretária Regional do Turismo e Cultura.

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração:

Roman Feliciano Neto Pinto

Formação Académica:

4. Governo da Sociedade

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Diversos cursos/ ações de formação, no âmbito das atividades desenvolvidas.

Experiência Profissional:

Iniciou a sua experiência profissional em 2001 como técnico comercial no Banco Totta & Açores no Balcão Miguel Torga em Coimbra;

Em 2002 realizou um estágio curricular no Instituto Nacional de Estatística na Direção Regional do Centro em Coimbra onde participou na crítica ao Inquérito Anual as Empresas e, posteriormente, no Inquérito Trimestral às Empresas não Financeiras em cooperação com o Banco de Portugal;

No ano letivo de 2004/2005 foi formador da disciplina de Cálculo Comercial na Direção Regional de Formação Profissional;

Iniciou a carreira pública em abril de 2004, na Direção Regional do Planeamento e Finanças da Secretaria Regional do Plano e Finanças onde desempenhou funções na área dos Estudos e Planeamento passando, a partir de 2007, a desempenhar funções relacionadas com a área das finanças e dos assuntos comunitários;

Foi nomeado, pelo despacho n.º 31/2012, de 29 de julho de 2012 de Sua Excelência o Secretário Regional do Plano e Finanças do Governo Regional da Madeira, Técnico Especialista para prestar acessoria especializada no Gabinete da SRPF no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, em estrita colaboração com a Direção Regional do Tesouro;

Entre fevereiro e outubro de 2016 foi nomeado Diretor de Serviços, em regime de substituição, da Direção de Serviços de Coordenação e Contabilidade da Direção Regional do Orçamento e Tesouro;

Entre outubro de 2016 e outubro de 2017 desempenhou as funções de Adjunto do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças e da Administração

4. Governo da Sociedade

PCR.

Pública, fazendo o acompanhamento de diversas matérias da competência da Secretaria Regional;

Entre março e setembro de 2017 desempenhou, em acumulação com as funções de Adjunto do Gabinete, as funções de coordenação da Unidade de Gestão da Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública;

Entre março de 2017 e dezembro de 2017, foi vogal do Conselho de Administração do Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira;

Em Assembleia Geral do dia 17 de novembro de 2017, foi nomeado, Vogal não executivo do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

Atualmente, desde 20 de outubro de 2017, desempenha às funções de Adjunto do Gabinete de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, mantendo o acompanhamento de diversas matérias na área das finanças que transitaram da anterior Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública para a tutela da Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

Outros elementos curriculares de relevo:

Participou no grupo de trabalho responsável pela elaboração do PDES - Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira para o período de 2007 até 2013;

Colaborou na elaboração do PIDDAR - Programa Anual de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira e respetivos relatórios de execução para os anos de 2006 e 2007;

Participou, em representação da Região Autónoma da Madeira, no grupo de trabalho organizado pela Direção Geral de Desenvolvimento Regional para apoio à realização do Exame Territorial de Nível Nacional à Portugal realizado pela OCDE – Organização para o Cooperação e Desenvolvimento Económico;

IF


4. Governo da Sociedade

Participação ativa no acompanhamento da aplicação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e da Lei de Meios que assegura o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução dos danos ocorridos na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de 20 de fevereiro de 2010;

Colaboração, como técnico da Direção Regional do Tesouro, na realização, implementação e acompanhamento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira integrando a estrutura técnica criada pela resolução n.º 69/2012, de 20 de fevereiro para assegurar a implementação e o acompanhamento das medidas previstas no referido programa;

No âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, destaca-se a participação ativa na preparação e concretização da “Operação de 1.100 milhões de euros” e da “operação 150 milhões de euros” destinadas à regularização de dívida comercial da RAM; colaboração na realização de diversos acordos de regularização de dívidas e acompanhamento da concretização de diversas medidas previstas no PAEF-RAM;

Integrou estrutura de missão criada pelo Governo Regional com vista a apresentação de uma proposta de implementação de meios aéreos de combate aos incêndios na Região Autónoma da Madeira;

Foi membro do Gabinete de Apoio ao Emigrante na Venezuela criado pelo Governo Regional com vista a garantir a melhor integração e apoio aos emigrantes regressados à Região Autónoma da Madeira;

Fez parte do Grupo de Trabalho, nomeado pelo atual Ministro das Finanças, pelo Despacho n.º 8855/2017 sobre o Hospital Central da Madeira, fazendo atualmente, no âmbito das funções de adjunto do Gabinete da Vice-Presidência, o acompanhamento das questões financeiras associadas ao projeto de construção do Novo Hospital Central da Madeira;

4. Governo da Sociedade

Atualmente, através do Despacho 217/2019, de 6 de setembro de 2019 do Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, integra a Comissão Técnica para os processos de pré-reforma;

Atualmente faz parte também da direção da ADBRAVA - Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – pessoa coletiva de natureza privada e sem fins lucrativos, constituída em 30 de maio de 2009, tendo sido atribuído em 15 de maio de 2013 o estatuto de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social n.º 02/13, exercendo as funções de tesoureiro desde junho de 2009.

4.6 Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes

O número de deliberações do Conselho de Administração no exercício de 2019 até 18 de outubro, foi de 341. Dessa data até 31 dezembro foram tomadas mais 62 deliberações, perfazendo um total de 403 deliberações no exercício económico de 2019.

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no ano de 2019:

Governo da Sociedade:

- Submeter à aprovação da Assembleia Geral o Plano de Atividades e Orçamento para 2019 da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Propor ao acionista para a celebração de um contrato de mútuo, no valor de 20.397.567€, para fazer face ao serviço da dívida da APRAM, S.A. no ano de 2019;
- Submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2018 da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional, proposta para a atribuição de uma indemnização compensatória, na exata medida da perda de receita da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., pela eliminação da Taxa de Uso do Porto sobre a carga (TUP carga);
- Submeter à Vice-Presidência do Governo R.A.M a reprogramação dos contratos-programa celebrados entre a RAM e a APRAM, S.A. em 2016, 2017 e 2018;

PCP
IF


4. Governo da Sociedade

- Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira a minuta de celebração de contrato programa para 2019 para financiamento dos investimentos da APRAM, S.A.;
- Submeter à tutela da Proposta de Orçamento da APRAM, S.A. para o ano de 2019, elaborado nos termos da Circular n.º 4/2018/ORÇ., elaborado na ótica da contabilidade pública, devido à APRAM, S.A. ser uma EPR;
- Aprovar o regulamento de liquidação das taxas devidas à APRAM, S.A.;
- Aprovar a minuta da proposta de Portaria a submeter à tutela para alteração do Regulamento do Centro Náutico de São Lázaro atualmente em vigor;
- Notificar a PROENGEL - Projectos e de Engenharia e Arquitectura, Lda., da intenção de aplicar, uma multa no valor de € 22.000,00, ao abrigo no disposto no contrato de prestação de serviços “Elaboração dos Projetos de Reabilitação e Requalificação do Estaleiro Naval para expansão do parque de contentores do porto do Caniçal”;
- Conceder a todos os navios de cruzeiro que escalem o porto do Funchal no ano de 2019, uma tolerância de 30 minutos na TUP/navio, no primeiro período de 24 horas.
- Atribuir à Associação de Jet Ski e Motonáutica da madeira o hangar C5, localizado no Centro Náutico de São Lázaro;
- Autorizar a prorrogação da Licença n.º 32/2015/P.F. atribuída à sociedade Nini Design Centre, Lda., pelo prazo de 5 anos, a contar de 2 de novembro de 2020;
- Celebrar um Protocolo de Cooperação Técnica com o Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), tendo em vista o desenvolvimento do estudo da dinâmica do litoral e do leque aluvionar em condições climatéricas e marítimas adversas no intradorso do molhe do porto do Funchal;
- Celebrar com o Clube Naval do Funchal (CNL), um protocolo de cedência de espaço por seis meses, sem contrapartidas financeiras, para instalação de um monitor digital na Gare Marítima da Madeira;

4. Governo da Sociedade

- Aprovar nova minuta do contrato de mútuo a celebrar para fazer face aos encargos com o serviço da dívida para o ano de 2019, de acordo com as orientações de gestão da tutela;
- Aprovar do Layout do parque de contentores do Terminal Norte do Porto do Caniçal, apresentado pela OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda;
- Submeter à autorização e aprovação da Vice-Presidência a minuta de protocolo para a atribuição das indemnizações compensatórias;
- Contestar a Impugnação Administrativa ao “Concurso limitado por prévia qualificação para execução da empreitada de reforço do manto de proteção do molhe sul do Porto do Funchal”;
- Emitir parecer favorável sobre alterações convencionais inseridas no CCT (contrato Coletivo de Trabalho) aplicável às relações de trabalho portuário suplementar nos portos da Região;
- Aprovar o regulamento interno apresentado pela ETPMAR – Empresa de Trabalho Portuário, Lda.;
- Fundir a Direção de Operações Marítimo Portuárias e a Direção de Gestão de recursos e Ambiente, numa única direção, denominada Direção Marítima Portuárias, com chefia nível I;
- Fixar taxa de 2500 euros pela emissão de licença à ETPMAR – Empresa de Trabalho Portuário, Lda., para o exercício da atividade de cedência de mão-de-obra portuária;
- Autorizar a NOS Madeira a instalar um cabo de fibra ótica nas infraestruturas do portuárias do Porto Santo, para possibilitar a prestação de serviços de telecomunicações à Secil Cimentos;
- Autorizar a NOS Madeira a instalar um cabo de fibra ótica nas infraestruturas do Centro Náutico de São Lázaro, para possibilitar a prestação de serviços de telecomunicações Clube Naval do Funchal;

PCP
TF


4. Governo da Sociedade

- Ratificar a aprovação da proposta de atualização do Tarifário 2019/2020 apresentada pela Associação Marina Funchal;
- Rescindir o “Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma Parcela de Terreno no Cais de Câmara de Lobos da Instalação de um Posto de Venda de Combustíveis Líquido à Navegação” outorgado com a REPSOL, em 10 de setembro de 2004;
- Celebrar de um Protocolo de Cooperação com Horário do Funchal – Transportes Públicos, S.A.;
- Aprovar o programa do “Dia do Porto 2019”;
- Rescindir o “Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma Parcela de Terreno no Cais de Câmara de Lobos destinada à manutenção da Instalação de um Posto de Venda de Combustíveis Líquido à Navegação, constituída por um Escritório e depósito, entre a APRAM – Administração dois Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e a GALP, outorgado em 19 de maio de 2003;
- Aprovar o Programa para as Comemorações dos “40 Anos da Regionalização dos Portos da madeira”;
- Aprovar o Plano estratégico do Mercado de Cruzeiros e Mega lates 2020-2022;
- Alterar o n.º 3. do artigo 21.º do regulamento de Exploração da APRAM – Administração dois Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aprovado pelo ponto 4 da Ata n.º 38/2009, de 28 de setembro, com as alterações introduzidas pelo ponto 2. Da Ata n.º 23/2012, de 14 de junho;
- Renovar os certificados de isenção do serviço de pilotagem do piloto José Miguel Alves Carreira;
- Agradecer a todos os colaboradores, o empenho, a dedicação, a pontualidade e o compromisso com a APRAM – Administração dois Portos da Região Autónoma da Madeira, SA, por ocasião da cessação de funções do Conselho de Administração;

4. Governo da Sociedade

- Aprovar o Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e delegação de competências pelos membros do Conselho de Administração;
- Aprovar a revisão da taxa de juro aplicável ao empréstimo projeto Portos da madeira B, junto do BEI – Banco Europeu de Investimentos;

PCB
IF
[Handwritten signature]

Representação da APRAM, S.A., comissões e grupos de trabalho

Para além das comissões/grupos de trabalho mencionadas na parte inerente aos membros do Conselho de Administração, há a assinalar a seguinte:

- Nomeação do Eng.º Rui Humberto Coelho Lopes para integrar o Grupo Técnico de Acompanhamento do Projeto Europeu DESTI-SMART – “Delivering Efficient Sustainable Tourism with low-cost transport – innovations: Sustainable Mobility Accessibility and Responsible Travel”;

Adjudicação de estudos, projetos e concursos por prévia qualificação e outros:

Destaque para as adjudicações de estudos efetuadas às seguintes empresas:

- Adjudicar à empresa PPortuaria Ingeniería Y Man S.L. o estudo de “avaliação de condições das mangas de embarque e desembarque de passageiros no porto do Funchal”.

Destaque para as principais deliberações de adjudicação e aprovação dos seguintes projetos:

- Aprovar o projeto de execução referente ao lote n.º 4 apresentado pela TPF – Planege Cenor – Consultores de Engenharia e Gestão, Lda.;
- Aprovar o projeto de alteração da “Loteamento da Zona de Apoio Logístico do Porto Novo”;
- Aprovar o projeto de execução referente à área 2 (estaleiro naval do Caniçal), apresentado pela empresa PROENGEL – Projetos de Engenharia e Arquitetura, Lda, no âmbito do “Contrato de Prestação de Serviços relativo à Elaboração dos projetos

4. Governo da Sociedade

de Reabilitação e Requalificação do Estaleiro Naval para expansão do parque do Terminal de Contentores do porto do Caniçal”;

- Adjudicar a prestação de serviços relativa a “Elaboração do projeto para o Prolongamento do Molhe-Cais Exterior (molhe da Pontinha) e cais 8 do porto do Funchal” à empresa CONSULMAR – Projectistas e Consultores, Lda.;
- Adjudicar à empresa Marginal Profile, Lda. no âmbito do “Concurso Público para Aquisição de Serviços para Elaboração do Projeto de requalificação do Edifício e Espaços Exteriores da marina do Funchal”;
- Adjudicar à empresa Duarte Caldeira e Silva, Lda. a elaboração do “Projeto de Execução e Peças Processuais para a empreitada de Construção do edifício de Apoio do Cais 6 do Porto do Funchal”;
- Adjudicar à empresa Oceaning – Engenheiros Consultores, Lda. a “Elaboração do projeto de Execução e Peças Processuais para a empreitada de Reabilitação do Cais do Paul do Mar”;
- Aprovar o estudo Prévio apresentado pela empresa Duarte Caldeira e Silva, Lda., referente à “Elaboração do projeto de execução e peças processuais para a empreitada de construção do edifício de apoio do cais 6 do porto do Funchal e reabilitação da sua envolvente”;
- Aprovar o Projeto Base apresentado pela empresa Duarte Caldeira e Silva, Lda., referente à “Elaboração do projeto de execução e peças processuais para a empreitada de construção do edifício de apoio do cais 6 do porto do Funchal e reabilitação da sua envolvente”.

Destaque para as principais deliberações de adjudicação de Concursos Públicos por prévia qualificação:

- Adjudicar ao agrupamento constituído pelas empresas AFAVIAS – Engenharia e Construções, S.A. e Construtora do Tâmega Madeira, S.A., no âmbito do “Concurso

4. Governo da Sociedade

IF

limitado por prévia qualificação para a Execução da Empreitada relativa à reabilitação do cais da Ribeira Brava”;

- Adjudicar à empresa ETERMAR – Engenharia e Construções, S.A. no âmbito do “Concurso limitado por prévia qualificação para a Execução da Empreitada relativa à redefinição da entrada da marina do Funchal”,
- Adjudicar ao agrupamento TECNOVIA Madeira, Sociedade de Empreitada, S.A./ TECNOVIA Açores, Sociedade de Empreitadas, S.A., no âmbito do “Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Execução da Empreitada de Requalificação do Terraplano Nascente do Porto do Caniçal, Ilha da Madeira”;
- Adjudicar à empresa ETERMAR – Engenharia e Construções, S.A., a empreitada no âmbito do “Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Execução da Empreitada de Reabilitação do cais de Machico, Ilha da Madeira”;
- Adjudicar à empresa ETERMAR – Engenharia e Construções, S.A., a empreitada no âmbito do “Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Execução da Empreitada de Reforço do manto de Proteção do Molhe Sul do porto do Funchal”.

Adjudicações no âmbito dos sistemas de informação:

Destaque para as principais deliberações de adjudicações efetuadas às seguintes empresas:

- Adjudicar à empresa Vórtice – Equipamentos Científicos Lda. o fornecimento de componentes para as boias ondógrafo da APRAM, S.A.;
- Adjudicar à empresa Centralstore – Tecnologias da Informação, Lda. (Hard&Soft) o fornecimento de licenciamento de software office 365”;
- Adjudicar à empresa MCComputadores, S.A., o fornecimento de 6 monitores.

Empreitadas e aquisição de bens e serviços:

- Adjudicar os trabalhos integrados na “Empreitada de Requalificação e Reabilitação do cais da Ponta do Sol” em dois lotes distintos: Lote 1 – Reabilitação da Proteção de

4. Governo da Sociedade

Taludes da Falésia, à empresa AFAVIAS – Engenharia e Construções, S.A. e Lote 2 – Reabilitação de Pavimentos, Capeamentos, Paramentos e Outros Elementos Integrantes da Estrutura do Cais, à empresa ETERMAR – Engenharia e Construções, S.A.;

- Adjudicar à empresa PÉTALA ROXA – Unipessoal, Lda. no âmbito do “Concurso Público para a Prestação de Serviços de Limpeza das Instalações da APRAM, S.A.”;
- Adjudicar o Lote 1 (Hidrocarbonetos) à Varela & C^ª, Lda, Lote 2 (Águas Residuais) à Varela & C^ª, Lda e Lote 3 (Lixos) à Madeira Cartão – Sociedade de Triagem, Lda, no âmbito do “Concurso Público para Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos”;
- Adjudicar à empresa TECNOVIA Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A., a “Prestação de Serviços de Bagageiro, Limpeza e Amarração/Desamarração no porto do Funchal”;
- Adjudicar ao agrupamento AFAVIAS – Engenharia e Construções S.A./Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A. a “Empreitada de Dragagem entre o cais número seis e o cais número oito no porto do Funchal”;
- Adjudicar à empresa Cunha Bastos, Lda., a “Empreitada de Reparação e Substituição de diversos Equipamentos e Instalações Elétricas no porto do Caniçal”;
- Adjudicar à AHLERS LINDLEY, Lda., a “Empreitada relativa à reparação de passadiços flutuantes no cais de recreio do porto do Funchal”;
- Adjudicar à empresa AFAVIAS – Engenharia e Construções, S.A., a “Execução da Empreitada de Substituição de cabeços existentes nos cais 2 e 3 do porto do Funchal”;
- Adjudicar à Jardins da Tabua, Lda, a “Prestação de Serviços relativa à Plantação e substituição de plantas nos espaços verdes do porto do Funchal e reparação da rede de água”;

4. Governo da Sociedade

IF



- Adjudicar à empresa TOPOMADEIRA – Serviços Topográficos Unipessoal, Lda., a prestação de serviços de “levantamento Topográfico para efeitos de georreferenciação, dos limites das áreas de jurisdição da APRAM, S.A.”;
- Adjudicar à ETERMAR – Engenharia e Construções, S.A., a empreitada de “Reabilitação da Fachada Poente do Forte de Nossa Senhora da Conceição no Porto do Funchal”;
- Adjudicar à empresa Indutora Energia – Unipessoal, Lda., a “Prestação de Serviços de Reparação do Sistema CCTV e Fornecimento de um Painel Repetidor para Central de Detecção de Incêndios;
- Adjudicar à empresa Jardins da Tabua, Lda, a prestação de serviços de conservação/manutenção de espaços verdes no porto do Funchal;
- Adjudicar à empresa Safteng Unipessoal, Lda. a “prestação de Serviços relativo à elaboração dos planos de emergência e segurança dos portos do Caniçal e do Porto Santo e revisão do Plano de Emergência e Segurança do porto do Funchal”;
- Adjudicar à empresa NAVALTAGUS – Reparação e Construção Naval, S.A. a “Prestações de Serviços de Docagem do Rebocador Ponta do pargo”;
- Adjudicar à empresa Cimertex – Sociedade de Máquinas e Equipamentos, S.A. o fornecimento de empilhador elétrico para o Porto do Porto Santo”;
- Adjudicar o “Fornecimento de duas viaturas ligeiras, novas, para a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.”;
- Ratificar a decisão da Presidente do CA, pela autorização da prorrogação do prazo de suspensão dos trabalhos da “Empreitada de Redefinição da Entrada da Marina do Funchal” até ao dia 10 de dezembro de 2019;

Aprovação de Planos de segurança:

- Aprovar o Plano de Segurança da “Empreitada de Reabilitação e Requalificação do Cais da Ponta do Sol”;

RF
IF


4. Governo da Sociedade

- Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da Empreitada da “Empreitada de Dragagem entre o Cais número seis e o cais número oito do porto do Funchal”;
- Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Reparação e Substituição de diversos Equipamentos e Instalações Elétricas no porto do Caniçal”;
- Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Reabilitação do Terraplino Nascente do porto do Caniçal”;
- Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada “Substituição de cabeços existentes nos cais 2 e 3 do porto do Funchal”;
- Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da empreitada “Reabilitação da Fachada Poente do Forte de Nossa Senhora da Conceição no Porto do Funchal”;
- Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Redefinição da Entrada da marina do Funchal”;
- Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Reabilitação do Cais da Ribeira Brava”.

Atribuição de licenças/concessões

- Atribuir licenças de uso privativo do domínio público marítimo, sob jurisdição da APRAM S. A., localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos, a favor de: João Óscar Abreu Dos Santos, embarcação “Fragata Um”; Igor Fabiano Gomes Ferreira, embarcação “Arlindo”; Carlos Jorge Abreu, embarcação “Flor Da Madeira”; Elisabete Rubina Pereira Roque Reis, embarcação “Chareu”; Francisco José de Abreu Freitas, embarcação “Cristalina”; Jorge Nunes de Oliveira, embarcação “O Bailhinho”;
- Atribuir Licença precária para ocupação e utilização de terreno do domínio público marítimo anexo ao cais 8 do porto do Funchal para a atividade de parque de diversões a favor de Rui Carvalho para Ocupação e Utilização de Espaço (Anexo ao Cais 8) entre 15-11-2019 e 17-01-2020;

4. Governo da Sociedade

- Alterar o n.º 1 da Cláusula 4.ª da minuta da licença aprovada, pela deliberação n.º 442, de 27 de dezembro de 2018;
- Autorizar a prorrogação da “Licença precária para ocupação e utilização da plataforma n.º 5 da ZAL” emitida em 10 de novembro de 2018, pelo prazo de 6 meses, na sequência do pedido da ARINERTE - Sociedade de Exploração e Comercialização de Inertes da Madeira Lda.;
- Atribuir licença referente ao Edifício D, localizado no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para apoio sanitário do pessoal da empresa AQUABAÍA - Sociedade de Aquacultura das Ilhas, Lda., pelo prazo de um ano e atribuir licença referente à ocupação do terraplano, localizado no antigo estaleiro naval do porto do Caniçal, com uma área de 60m², para colocação de dois contentores térmicos para apoio à atividade desenvolvida pela sociedade AQUABAÍA - Sociedade de Aquacultura das Ilhas, Lda., na Baía de Abra, bem como colocação de uma grua na extremidade do molhe;
- Alterar o n.º 1 da cláusula 1.ª, da licença emitida à EMACOM – Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda. em 28 de dezembro de 2018;
- Atribuir licença à ANM - Associação Náutica da Madeira, o hangar A1, localizado no Centro Náutico de São Lázaro, com efeitos a partir do dia 1 de junho de 2019;
- Atribuir licença ao CTM – Centro Treino Mar, o hangar A2, localizado no Centro Náutico de São Lázaro, com efeitos a partir do dia 1 de junho de 2019;
- Atribuir licença ao CNF - Clube Naval do Funchal o hangar A3, localizado no Centro Náutico de São Lázaro, com efeitos a partir do dia 3 de julho de 2019;
- Autorizar a atribuição de nova licença ao Senhor Nélio Alves Calaça para ocupação de uma parcela de terreno, integrada no domínio público marítimo, sob jurisdição da APRAM, S.A., localizado na entrada à esquerda do contra molhe do porto do Caniçal, destinada à colocação de uma roulotte, para venda de comes e bebidas, a contar do dia 1 de outubro de 2019 e por 4 meses;

4. Governo da Sociedade

- Atribuir ao HPM – Hospital da Madeira, S.A. o direito de uso privativo de uma área de 2,31 m², na segunda coluna da Gare Marítima da Madeira (face nascente), para afixação de publicidade, de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2019;
- Atribuir a favor de Rui Nunes de Oliveira uma licença de uso privativo do domínio público marítimo, sob jurisdição da APRAM, S.A., localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos;
- Renovar as licenças de uso privativos, a favor de Santa Maria - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.; MW Madeira Watersports, Unipessoal, Lda.; Magic Dolphin - Actividades Marítimas, Lda.; Nautisantos - Actividades Desportivas, Lda., Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.; Douro Acima - Transportes Turismo e Restauração, Lda.; MW Madeira Watersports, Unipessoal, Lda.; Magic Dolphin - Actividades Marítimas, Lda.; Ricardo Quintal Calisto Gavina; GOGOAWAY – Unipessoal, Lda.; Santa Maria - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.; Ema Freitas & Can Lda.;
- Atribuir à sociedade Oceano Pioneiro – Unipessoal, Lda., o direito de uso privativo do posto de atracação n.º 39 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, identificado no mapa em anexo, para a atracação da embarcação ULTIMATE; à sociedade On Tales, Lda, o direito de uso privativo do posto de atracação n.º 35 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, para a atracação da embarcação MIRANDA e à Sociedade Investivários, S.A., o direito de uso privativo do posto de atracação n.º 28 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, para a atracação da embarcação S. PICA ;
- Atribuir à sociedade PIROTÉCNIA MINHOTA, Lda. o direito de uso privativo de uma parcela dominial integrada no domínio público marítimo, sob jurisdição da APRAM, S.A., com a área de 10 (dez) m², no cais de acostagem de Câmara de Lobos (plataforma), destinada à colocação de material pirotécnico para lançamento de fogo de artifício, no âmbito da “Festividade em Honra de Nossa Senhora da Conceição”;
- Diferir a prorrogação, pelo prazo de um ano, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2019 das “Licenças Precárias de Ocupação e Utilização de Espaço de Estacionamento na Doca de Estacionamento Localizada na Avenida Sá Carneiro para

PCM
TF


4. Governo da Sociedade

o Exercício da Atividade de Animação Turística”, referentes ao lote 1, respetivamente, com o espaço n.º 2 (Aléxis Freitas, Unipessoal, Lda.), com o espaço n.º 4 (Splendidepisode, Unipessoal, Lda.), com o espaço n.º 5 (Tukxi Madeira - Turismo, Unipessoal, Lda.), com o espaço n.º 7 (Luís Miguel Camacho Luís), com o espaço n.º 9 (Fátima & Aléxio, Lda.), e referentes ao lote 2 respetivamente, com o espaço A (Tukxi Madeira - Turismo, Unipessoal, Lda.), com o espaço B (Prospermaneuver, Lda.), com o espaço C (Rui Filipe Sousa, Unipessoal, Lda.), com o espaço D (Bruno José Ornelas da Costa), e com o espaço E (Fátima & Aléxio, Lda.);

- Prorrogar Licenças à Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e à Welcome Madeira – Transportes, Turismo, Restauração, Lda. para circular no porto do Funchal com um autocarro pesado de passageiros, no âmbito do exercício da atividade de animação turística e atribuição de licença à Empresa de Automóveis do Caniço, Lda. para o mesmo fim;
- Atribuir à sociedade Pirotecnia Minhota, Lda. o direito de uso privativo de uma parcela dominial integrada no domínio público marítimo, sob jurisdição da APRAM, S. A., com a área de 10 (dez) m², no cais do Porto Moniz, destinada à colocação de material pirotécnico para lançamento de fogo de artifício, no âmbito da “Passagem de ano 2019/2020”;
- Atribuir Licença precária para ocupação e utilização de terreno do domínio público marítimo anexo ao cais 8 do porto do Funchal para a atividade de parque de diversões.

Execução do orçamento/Acordos de Regularização de Dívida:

- Isentar as taxas de pilotagem e de amarração inerentes à mudança – correr ao longo do cais, ao navio “Mein Schiff 1”, na escala de 31 de dezembro de 2018 a 2 de janeiro de 2019;
- Autorizar a participação da APRAM, S.A. e autorizar o pagamento à empresa S&C Design and Visualisation S.L. no âmbito do “Seatrade Cruise Global 2019”;

4. Governo da Sociedade

- Isentar as taxas de pilotagem e de amarração inerentes à mudança – correr ao longo do cais, ao navio “AIDA Stella”, na escala de 31 de dezembro de 2018 a 2 de janeiro de 2019;
- Isentar da cobrança de taxas referente à cedência de 80 barreiras metálicas à Secretaria regional do Turismo e Cultura, no âmbito das Festas do Carnaval de 2019;
- Reduzir a Taxa Armazenagem Contentores Vazios – a) Reduzir o montante faturado à Transinsular, no valor de 9.095,80€ acrescido do IVA, em 25%; b) Reduzir o montante faturado à empresa de Navegação Madeirense, no valor de 1.173,84€, acrescido do IVA à taxa legal em 25%;
- Promover a cobrança coerciva dos valores em dívida para com a APRAM, S.A. aos clientes: Duarte Miguel Caldeira de Freitas e Paulo Miguel Freitas Abreu;
- Autorizar o plano de pagamento para a regularização da dívida do Partido Social Democrata e da Summerboard, Unipessoal, Lda.;
- Promover a cobrança coerciva do valor em dívida da Limitabitual, Unipessoal, Lda.
- Promover a cobrança coerciva dos valores em dívida da JCTours - Agência de Viagens e Turismo, S.A. para com a APRAM, S.A.;
- Proceder ao reembolso à Segurança Social do documento de cobrança n.º 1922017133000117218 referente à restituição do valor pago ao ex-trabalhador do Estaleiro Naval do Caniçal, José Manuel Caldeira, no montante de 21 568,37€;
- Conceder isenção da taxa de sobre estadia, referente à escala do navio “Pantónio” nos dias 4 a 6 de abril de 2019 no porto do Caniçal;
- Promover a cobrança coerciva dos valores em dívida, através de execução fiscal a empresa Perimadeira – Serviços Segurança, Lda., Transfundoa – Transportes, Lda., Morna, Mendonça e Schmidt, Lda., João Paulino Dantas Freitas e Pedro Bernardo Neto Camacho e CLCM-Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Promover a cobrança coerciva do valor em dívida da sociedade Morna, Mendonça e Schmidt, Lda., David Oliver King Unipessoal, Lda. e de Luís Miguel Pestana Ornelas;

4. Governo da Sociedade

- Autorizar o abate e destruição de equipamentos informáticos propriedade da APRAM, S.A.;
- Não aplicar a penalização devida pelo cancelamento da escala prevista para o dia 21 de outubro de 2019, no porto do Funchal, do navio “CELEBRITY SILHOUETTE”, “SILVER SHADOW” e “MAGELLAN”;
- Aprovar dezanove alterações orçamentais ao orçamento privativo da APRAM – Administração dos Portos da Madeira, SA, durante o ano 2019.

Recursos humanos:

- Autorizar a prorrogação do prazo de instrução do processo disciplinar instaurado a José António Pita Câmara;
- Autorizar acumulação de funções aos funcionários do quadro da APRAM, S.A.: Maria José Abreu Gonçalves; João Álvaro Maria Gomes; João filipe Gonçalves dos Reis, Moisés Marcelino Silva e Pedro António Faria de Gouveia; Mário Abel Calaça Nunes; Rui Humberto Coelho Lopes; Sérgio Nelson da Silva Ferreira; José Luís Ramos de Nóbrega; Ana Maria Gouveia Rodrigues; Maria José Faria de Sousa; Helena Rita Freitas Silva Matos; Odeta Baptista Pestana Madeira Lobo; Alexandre de França Pitão Abreu Fernandes; José Rogério dos Santos e Rui Miguel Bragança Ferreira;
- Proceder à progressão na carreira dos funcionários do quadro da APRAM, S.A., Ana Maria Gouveia Rodrigues e Duarte Filipe Pestana Santos;
- Integrar os funcionários José Rogério dos Santos; José Justino de Ornelas; José António dos Santos; João Sidónio da Silva; Sérgio Nelson S. Ferreira na carreira de contramestre, grupo profissional 3, grau 1 e base de remuneração 19;
- Mandar arquivar o processo disciplinar (001/MG/0065/2018) instaurado ao funcionário José António Pita Câmara, nos termos e com os fundamentos constantes do relatório final, datado de 15 de fevereiro de 2019;

PCJP
TF
R

4. Governo da Sociedade

- Celebrar contrato(s) de trabalho a termo certo com o piloto José António Barata Moreira Paradela, no ano de 2019 e nos períodos a indicar pelo Chefe de Serviço de Pilotagem;
- Contratar em regime de contrato de trabalho a termo certo para a carreira de Técnico Superior, o engenheiro António Acácio Ramos dos Santos;
- Autorizar a progressão na carreira dos Mestres de Tráfego Local, António Luís Rodrigues Vieira e Rui Silvestre Gomes Aguiar, grupo profissional 4, ao grau 2, Base de Remuneração 17;
- Contratar em regime de contrato de trabalho a termo certo para a carreira de Ajudante de Motorista Marítimo e carreira de Marinheiro, Carlos Renato Andrade Lume, Nuno Filipe Sá dos Santos, José Xavier Coelho Carvalho, José Manuel Sousa Alves, Pedro Miguel Luís da Silva, João Maurício Jesus Sousa;
- Atribuir aos ajudantes de motoristas marítimos Carlos Renato Andrade Lume e Nuno Filipe Sá dos Santos, o regime de isenção de trabalho e respetivo subsídio, no montante de 33% da respetiva remuneração base e um subsídio por trabalho aos sábados, domingos e feriados, no montante de 40% da respetiva remuneração base
- Converter os contratos a termo certo de: António Nelson Pestana da Silva, Susana Merícia Vieira de Jesus, Manuel Isidro Freitas, Ricardo Emanuel Quaresma Nunes e António Acácio Ramos dos Santos, em contratos definitivos;
- Contratar em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado para a carreira de Técnico Superior Dinarte João Vieira Abreu e Rui Miguel Bragança Ferreira.

Participação da APRAM, S.A. em feiras/organizações do setor:

- Autorizar a participação na feira de cruzeiros “Seatrade Cruise Global 2019”, de 8 a 11 abril, Miami – Estados Unidos da América;
- Autorizar a deslocação à 54.ª Assembleia-geral da MedCruise, de 7 a 11 de maio, em Edge Port Kusadasi – Turquia;

4. Governo da Sociedade

- Autorizar a deslocação à Seatrade Cruise Europe 2019, de 10 a 13 setembro, em Hamburg – Alemanha;
- Autorizar a deslocação à 55.ª Assembleia-geral da MedCruise, de 1 a 5 de outubro, em Juan Les Pins, Antibes – França;
- Autorizar a deslocação para participação no International Cruise Summit – ICS 2019, de 26 a 28 novembro, em Madrid – Espanha.

Contencioso:

- Adjudicar os serviços jurídicos ao Dr. David Gomes Nunes, no âmbito da Ação de processo Comum n.º 6553/18.0T8FNC, do Tribunal da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal, interposta por Nelson Filipe Melim de Vasconcelos;
- Adjudicar os serviços jurídicos a QUINTAS JARDIM FERNANDES & ASSOCIADOS, Sociedade de Advogados, SP, RL, no âmbito do Processo de Contencioso Pré-Contratual n.º 83/19.0BEFUN, até trânsito em julgado da sentença, ainda que em instâncias superiores e com necessidade de elaboração de eventuais alegações ou contra-alegações de recurso, conforme termos e demais condições constantes da proposta apresentada e que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal (Unidade Orgânica), interposto pela PROMAN - Centro de Estudos e Projetos, S.A., contra a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., e em que esta pede, designadamente, que sejam declarados nulos os atos de admissão e qualificação das candidaturas apresentadas por diversos candidatos, bem como o ato de adjudicação à CONSULMAR - Projetistas e Consultores, Lda. da prestação de serviços relativa à “Elaboração dos projetos para o prolongamento do molhe-cais exterior (molhe da pontinha) e cais 8 do porto do Funchal”, e anulação do respetivo contrato, caso este já tenha sido celebrado;
- Adjudicar os serviços jurídicos ao Dr. David Gomes Nunes, no âmbito do Processo de Liquidação de Sentença n.º 291/09.1TCFUN-A, até trânsito em julgado da sentença a proferir no âmbito do respetivo processo, ainda que em instâncias superiores e com

4. Governo da Sociedade

necessidade de elaboração de eventuais alegações ou contra-alegações de recurso, conforme termos e demais condições constantes da proposta apresentada;

- Adjudicar os serviços jurídicos ao Dr. David Gomes Nunes, no âmbito do Processo acima mencionado, até trânsito em julgado da sentença a proferir no âmbito do respetivo processo, ainda que em instâncias superiores e com necessidade de elaboração de eventuais alegações ou contra-alegações de recurso, conforme termos e demais condições constantes da proposta apresentada;
- Adjudicar os serviços jurídicos à Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, RL, os quais tem por objeto a assessoria jurídica à APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., a realizar no âmbito do contencioso tributário em curso, e não abrangido por anterior contrato, com a CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., com referência à liquidação de taxas pela APRAM, S.A. pela ocupação de área dominial no Porto do Caniçal para exploração, pela CLCM, de um Parque de Combustíveis.

Atividades filantrópicas/responsabilidade social da APRAM, S.A.:

- Deferir o pedido de apoio feito pelo Club Motard's da Madeira, isentando de qualquer taxa a utilização do espaço solicitado para a instalação de duas roulettes para apoio logístico e comes e bebes no Porto do Porto Santo para a realização da prova de Freestyle no dia 23 de março;
- Autorizar e isentar a Casa do Povo de Santa Maria Maior do pagamento de taxas pela utilização do espaço da chamada zona do heliporto e arredores para a realização da 4.ª Edição da Expo-Tropical a decorrer entre 25 e 28 de abril;
- Deferir o pedido de apoio do Clube Naval do Funchal para a realização da 4.ª Edição do "Madeira Cross Games" - competição de Cross Training nos dias 5, 6 e 7 de abril e Isenta as taxas pela utilização das áreas do heliporto, Cais de Recreio do Porto do Funchal, estacionamento do Cais 8 e um ponto de luz;
- Aprovar e Isentar do pagamento de qualquer taxa pela cedência da Praça do Povo e arredores para as comemorações do Dia Mundial da Proteção Civil;

4. Governo da Sociedade

JF



- Autorizar a ACAPORAMA e a ADRAMA para utilização da designada área do heliporto e arredores para o “Arraial das Casa do Povo da RAM”, a decorrer entre 29 de maio e 1 de junho e isenta as taxas pela utilização do espaço da chamada zona do heliporto e arredores o “Arraial das Casas do Povo da RAM”;
- Isentar a organização do pagamento de qualquer taxa pela utilização da Praça do Povo, cais 8 e respetivo estacionamento, bem como todas as zonas circundantes, para a Exposição “Madeira Classic Car Revival 2018”;
- Autorizar a utilização da zona do heliporto e entrada para o Cais 8 pela Associação de Basquetebol da Madeira;
- Autorizar a Casa do Povo do Paul do Mar a coloca barracas de comes e bebes na zona sob jurisdição da APRAM, S.A. durante a realização da XV Festa da Lapa 2019, que decorrerá entre os dias 18 a 21 de julho, no Paul do Mar;
- Autorizar a Organização do Rali Vinho Madeira a ocupar espaços sob a jurisdição da APRAM, S.A., nomeadamente Praça do Povo, Cais Norte e área do centro náutico de S. Lázaro, para as cerimónias de partida e de chegada do rali, entre os dias 23 de julho e 5 de agosto;
- Autorizar o pedido da ARVM – Associação Regional de Vela da Madeira para apoio à “Regata Discoveries Race 2019” – 7 a 11 de agosto de 2019;
- Autorizar o pedido do Clube Naval do Funchal para apoiar a regata denominada por “5ª Prova da Taça da Madeira de Cruzeiros”, que terá lugar entre os dias 14 e 18 de agosto de 2019 no Porto Santo;
- Autorizar a atracação da Nau Santa Maria no Porto Santo, entre os dias 11 e 13 de setembro próximo, no âmbito da realização do “Festival de Colombo”;
- Autorizar a Associação da Madeira Todo-o-Terreno Turístico a utilizar o estacionamento do Cais 8 para uma concentração de Land Rover’s dia 06 de outubro de 2019;

4. Governo da Sociedade

- Autorizar a Federação Portuguesa de Motonáutica a utilizar espaço do Cais 8 e espaço adjacente, bem como a área ajardinada da Praça do Povo junto ao Street Food e ao relvado do heliporto e ainda, um espaço já definido no parque de estacionamento do Cais 8, para a realização o Grande Prémio de Motonáutica Cidade do Funchal dias 31 de agosto e 1 de setembro de 2019;
- Deferir o pedido do Secretariado Diocesano da Pastoral Juvenil para utilizar espaços sob a jurisdição da APRAM para os workshops previstos na Jornada Diocesana da Juventude 2019;
- Autorizar a utilização da Praça do Povo para realização das Festas de Natal e de Fim de Ano, desde 29 de novembro de 2019 a 11 de janeiro de 2020 na sequência do pedido da Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

4.7 Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.

Nos termos das alíneas a) a g) do número 2 do artigo 3.º dos Estatutos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, a APRAM, S.A. exerce os seguintes poderes de:

- Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado ou concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;

PCF,
JF


4. Governo da Sociedade

- Administração do domínio público na área que lhe está afeta;
- Fixação de taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e Marinas, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

4.8 Entidades Encarregadas de Auditoria Externa

- Grant Thornton & Associados - SROC, Limitada;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Tribunal de Contas;
- Tribunal de Contas Europeu;
- Instituto de Desenvolvimento Regional;
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;
- Outras que, no âmbito de projetos cofinanciados, sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

4.9 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

A remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, fixada por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., encontra-se discriminada no quadro seguinte:

4. Governo da Sociedade

Quadro 1 – Remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral

Valores auferidos membros da Assembleia Geral	Senhas de Presença	TOTAL
Célia Quintal	900,00€	900,00€
Miguel Faria	750,00€	750,00€
Patrícia Bairrada	750,00€	750,00€
TOTAL	2 400,00€	2 400,00€

Fonte: APRAM, S.A.

Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, Sociedade Grant Thornton & Associados - SROC, Limitada, durante o ano de 2018, foi 14 566,80 €.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações e demais regalias sociais fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. indicadas nos quadros infra:

Quadro 2– Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração – período de 1 de janeiro de 2019 a 18 de outubro de 2019

DESCRIÇÃO	Membros Executivos		Memb. não executivo	TOTAL
	Lígia Correia	Fátima Carvalho Correia	Roman Pinto	
Remuneração base	38.072,64	38.072,64	6.680,64	82.825,92
Subsídio férias/Natal	3.965,90	3.965,90		7.931,80
Diferencial de carreira	3.113,22	3.113,22		6.226,44
Subsídio alimentação	1.860,10	1.890,00		3.750,10
Desp. representação	15.229,06	15.229,06		30.458,12
Ajudas de custo	960,48	68,04		1.028,52
CGA/S.S.	14.445,09	14.575,15	3.812,47	32.832,71
Seguros acid. trabalho	1.380,66	1.393,11		2.773,77

4. Governo da Sociedade

DESCRIÇÃO	Membros Executivos		Membro não executivo	TOTAL
	Lígia Correia	Fátima Carvalho Correia	Roman Pinto	
Passagens	4.525,90	2.060,46		6.586,36
Estadias	1.458,00			1.458,00
SUB-TOTAL SALÁRIOS	79.027,15	78.307,12	10.493,11	175.871,74
Despesas com viatura	2.608,96			2.608,96
IUC	146,79			146,79
Seguro Viatura	128,90			128,90
Gasolina/Gasóleo	338,12	682,50		1.020,62
Comunicações	943,26	176,75		1.120,01
SUB-TOTAL	4.166,03	859,25	0,00	5.025,28
TOTAL	83.193,18	79.166,37	10.493,11	180.897,02

Quadro 3 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração – período de 18 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	Membros Executivo		Membro não executivo	TOTAL
	Paula Cabaço	Isabel Figueiroa	Roman Pinto	
Remuneração base	7.727,50	6.434,70	1.670,16	15.832,36
Subsídio de férias/Natal	3.175,62	2.644,38		5.820,00
Diferencial de carreira				0,00
Subsídio de alimentação	233,73	238,50		472,23
Despesas representação	3.253,61	2.709,32		5.962,93
Ajudas de custo	432,99			432,99
CGA/S.S.	3.362,22	2.799,76	396,66	8.558,64
Seguros de acidentes de trabalho	321,36	267,59		588,95
Passagens	3.553,08	185,50		3.738,58
Estadias	1.312,00			1.312,00
SUB-TOTAL SALÁRIOS	18.507,03	17.094,25	2.066,82	42.718,68

4. Governo da Sociedade

DESCRIÇÃO	Membros Executivo		Membro não executivo	TOTAL
	Paula Cabaço	Isabel Figueiroa	Roman Pinto	
Despesas com viatura				0,00
IUC				0,00
Seguro Viatura	128,90			128,90
Gasolina/Gasóleo	415,67	284,57		700,24
Comunicações	91,88	135,73		227,61
SUB-TOTAL	636,45	420,30	0,00	1.056,75
TOTAL	19.143,48	17.514,55	2.066,82	43.775,43

Fonte: APRAM, S.A.

- Todos os Administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e ADSE, consoante a situação aplicável.
- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

4.10 Certificação legal de contas

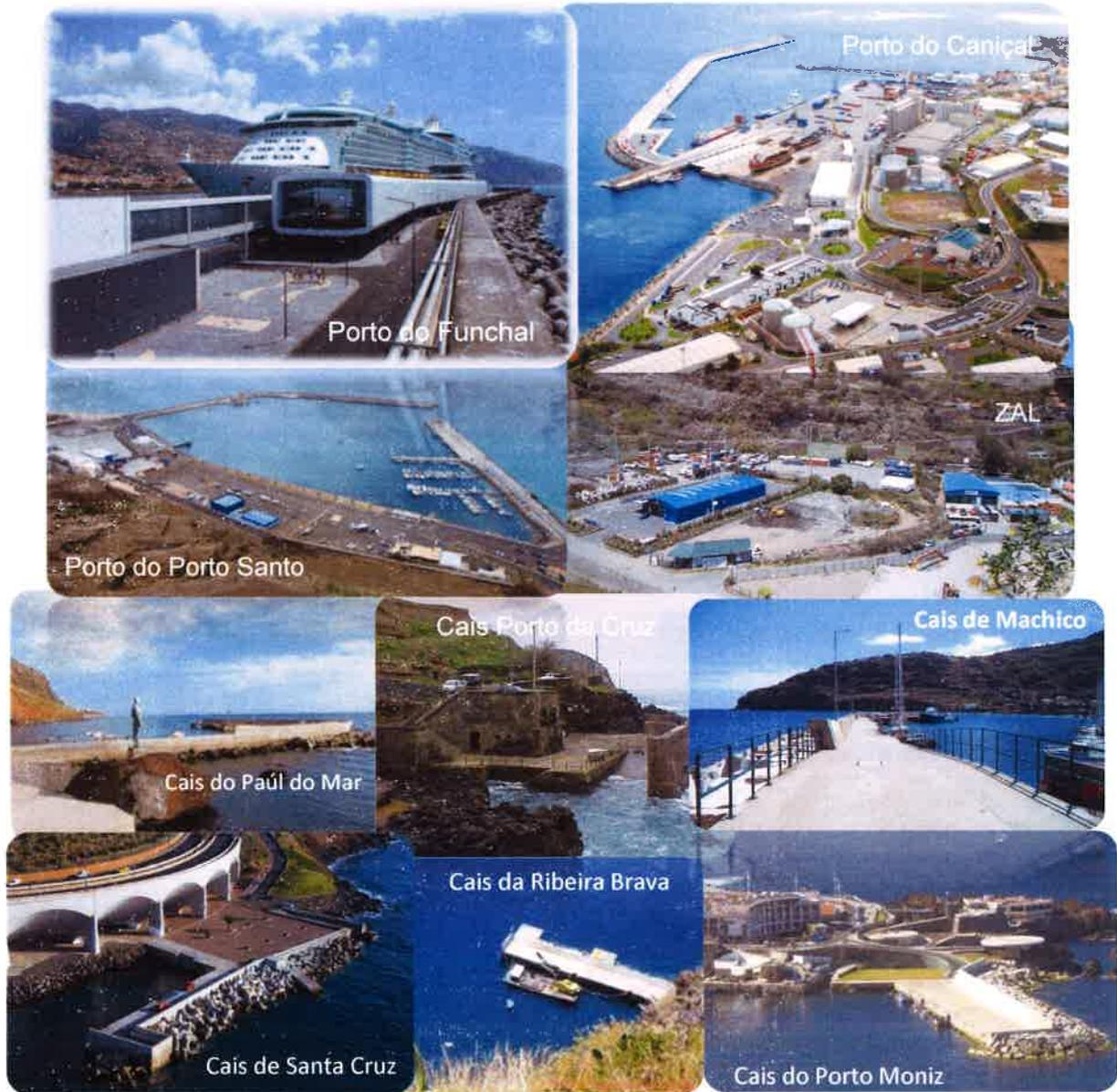
A Certificação Legal de contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, encontra-se em anexo ao presente relatório.



PORTOS DA MADEIRA

PCF
IF

5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.



A APRAM, S.A. integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR).

40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



PCF,
JF


5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

Apesar da reclassificação da APRAM, S.A. em "... 2012, só em 2014 é integrada no sector institucional da administração pública regional"¹¹, introduzindo alterações significativas nas suas obrigações, de que se destacam:

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas.

O orçamento inicial da APRAM, S.A. para o ano económico de 2019, elaborado na ótica da contabilidade pública, apresentou um valor de 47.770.930 €.

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) foi a expressa no quadro infra:

Quadro 4 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	
1. Receitas correntes	12 297 186	26%
2. Receitas de capital	35 473 744	74%
TOTAL DAS RECEITAS	47 770 930	100%
1. Despesas correntes	16 850 629	35%
2. Despesas de capital	30 920 301	65%
TOTAL DAS DESPESAS	47 770 930	100%

¹¹ Ver página 104 da proposta de ORAM 2014 - Relatório e Anexos.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

No decorrer do ano 2019, a APRAM, S.A. realizou 19 alterações orçamentais. A maior parte das alterações orçamentais constituíram meras transferências entre rubricas orçamentais, com exceção das seguintes alterações:

- 2.ª alteração orçamental – Registo de um crédito especial para fazer face aos valores que estavam previstos no orçamento do ano económico anterior, mas constatou-se a necessidade de reprogramação dos contratos programa celebrados em 2016, 2017 e 2018, uma vez que os projetos a financiar estão sujeitos a procedimentos de contratação pública, cujos prazos não foram consentâneos com a calendarização prevista;
- 6.ª alteração orçamental – Onde se registou a utilização do saldo de gerência do ano 2018 e que foi aplicado nas verbas necessárias para compensar o valor das despesas a pagar em 2019 e referentes a compromissos assumidos em 2018; a aquisição de serviços jurídicos processos no âmbito de contencioso pré contratual (Boqueirão e lancha Ilhéu de Cima); a aquisição de serviços jurídicos pela ação movida pelos trabalhadores da 33/16; a aquisição de serviços jurídicos devido ao processo do acidente no porto do Caniçal com tripulante de navio; a reparação e certificação do rebocador Boqueirão; a docagem da lancha Ilhéu de Cima; a prestação de serviço de realização de ensaios de carga e certificação de 12 passadiços nos portos do Funchal e do Caniçal; as campanhas de monitorização ambiental (IMAR); os encargos com os juros do serviço da dívida de 2019; o projeto de execução e as peças processuais da empreitada para substituição de cabeços existentes nos cais 2 e 3 do porto do Funchal; o fornecimento de um portaló de 18 m e respetivas estruturas de adaptação a bordo; o estudo para a análise das condições de operação e ensaio de manobras no porto do Caniçal e estudo de viabilidade técnica e económico-financeira das atividades de reboque e amarração nos portos da Madeira; o estudo geológico e geotécnico para a elaboração do projeto dos cabeços nos cais 2 e 3; a aquisição de equipamento para as operações de *turnaround*, designadamente "gaiolas", portaló; carros de bagagem, postes e sinalética; entre outros.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

- 12.ª alteração orçamental – Registo de um crédito especial para fazer face à aquisição e grande reparação de defensas e equipamentos para acolhimento de navios, cada vez mais de maior porte e para a época de cruzeiros, com início em outubro;
- 16.ª alteração orçamental – Registo de um crédito especial pelo reembolso das despesas pagas através de receita própria no ano 2018, cuja receita ocorreu neste ano (2019);
- 18.ª alteração orçamental – Registo de um crédito especial decorrente do aumento das receitas provenientes da atividade corrente da empresa.



A variação global do orçamento corrigido, face ao orçamento inicial foi no valor de 7.104.498 € e resulta da inscrição das verbas descritas no parágrafo anterior.

A APRAM, S.A. apresentou neste ano, receitas globais no valor de 39.422 M€, com uma taxa de execução orçamental de 72% face ao orçamento corrigido (receitas correntes – 98%; receitas de capital – 64%), conforme se pode constatar pelo mapa infra:

Quadro 5 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2019	ORÇAMENTO CORRIGIDO 31.12.2019	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2019	VARIÇÃO	
				VALOR	%
RECEITAS CORRENTES					
04 - Taxas, multas e outras penalidades					
04 01 - Taxas	10 759 896	6 453 096	6 284 533,92	168 562,08	97%
04 02 - Multas e outras penalidades	35 000	35 000	8 137,47	26 862,53	23%
05 - Rendimentos da propriedade					
05 10 - Rendas	1 452 290	2 052 290	2 004 532,43	47 757,57	98%
06 – Transferências correntes					
06 04 – Administração regional		4 156 800	4 156 800		100%
08 - Outras receitas correntes					
08 01 - Outras	50 000	50 000	39 590,96	10 409,04	79%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	12 297 186	12 747 186	12 493 594,78	253 591,22	98%
RECEITAS DE CAPITAL					
10 - Transferências de capital					
10 04 - Administração regional	14 192 009	16 485 137	5 496 530,43	10 988 606,57	33%
10 09 - Resto do mundo	804 168	804 168	372 212,05	431 955,95	46%

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2019	ORÇAMENTO CORRIGIDO 31.12.2019	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2019	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
12 - Passivos financeiros					
12 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	20 397 567	20 397 567	16 684 230,00	3 713 337,00	82%
13 - Outras receitas de capital					
13 01 - Outras	80 000	80 000	13 850,59	66 149,41	17%
16 – Saldo da gerência anterior					
16 01 – Na posse do serviço		4 361 370	4 361 369,18	0,82	100%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	35 473 744	42 128 242	26 928 192,25	15 200 049,75	64%
TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)	47 770 930	54 875 428	39 421 787,03	15 453 640,97	72%

Na parte das receitas correntes:

- Capítulo “04 – Taxas, multas e outras penalidades” – é o capítulo que tem maior peso e está diretamente relacionado com a atividade da empresa. Representou 16% das receitas, sendo estas provenientes das taxas portuárias relacionadas sobretudo com o tráfego de cruzeiros (TUP navio, pilotagem, amarração, passageiros, reboques...).

Este ano e por via da entrada em vigor da Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, foi eliminada a TUP/Carga, o que se traduziu numa redução substancial da faturação e correspondente receita da APRAM, S.A, indispensável ao seu normal funcionamento. Para colmatar esta situação, foi outorgado protocolo com o Governo Regional da Madeira para atribuição de indemnizações compensatórias;

- Capítulo “05 – Rendimentos da propriedade”, com 5%, onde se inclui a receita proveniente das licenças e concessões devidas pela exploração, ocupação e utilização de terrenos, terraplenos e edificações nas áreas sob jurisdição da APRAM, S.A.;
- Capítulo “06 – Transferências correntes”, com 11%. Neste capítulo estão registadas as transferências do Governo Regional da Madeira, pela receção de verbas de indemnizações compensatórias, nos termos do protocolo outorgado entre a APRAM, S.A. e o Governo Regional da Madeira, em consequência da eliminação da TUP carga, conforme já referido no Capítulo “04 – Taxas, multas e outras penalidades”.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Nas receitas de capital da APRAM, S.A. destaque-se o:

- Capítulo “10 – Transferências de capital”, com 15% onde se registam as transferências do Governo Regional da Madeira, para fazer face à execução dos projetos contratualizados no âmbito do Fundo de Coesão Nacional e da Lei de Meios.

Neste capítulo também são registados os projetos cofinanciados pela Comunidade Europeia, nomeadamente no âmbito do programa Madeira 14/20-FEDER;

- Capítulo “12 – Passivos financeiros”, com 42% onde se inclui as receitas do empréstimo de mútuo com o Governo Regional da Madeira, destinado ao pagamento do serviço da dívida da APRAM, S.A.;
- Capítulo “16 – Saldo da gerência anterior”, com 11%, onde se registou a utilização do saldo da gerência do ano 2018, no valor de 4.361.369,18 €.

No quadro infra constatamos o peso de cada capítulo face ao orçamento global:

Quadro 6 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2019	PESO %
RECEITAS CORRENTES		
04 – Taxas, multas e outras penalidades	6 292 671,39	16%
05 – Rendimentos da propriedade	2 004 532,43	5%
06 – Transferências correntes	4 156 800,00	11%
08 – Outras receitas correntes	39 590,96	0%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	12 493 594,78	
RECEITAS DE CAPITAL		
10 – Transferências de capital	5 868 742,48	15%
12 – Passivos financeiros	16 684 230,00	42%
13 – Outras receitas de capital	13 850,59	0%
16 – Saldo da gerência anterior	4 361 369,18	11%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	26 928 192,25	
TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)	39 421 787,03	100%

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

A APRAM, S.A. apresenta despesas globais no valor de 38,349 M€, com uma taxa de execução global do orçamento corrigido de 70% (despesas correntes: 93%; despesas de capital: 59%).

As principais rubricas do orçamento com execução, ocorreram nos seguintes agrupamentos:

- “01 – Despesas com o pessoal”: 97% de execução, resultante dos processamentos de salários, onde se inclui o subsídio de férias e de natal pago em junho e novembro, respetivamente;
- “02 – Aquisição de serviços”: 81% de execução – resultante da atividade operacional da empresa. Despesas associadas nomeadamente: a vigilância e segurança; seguros marítimos, automóveis e responsabilidade civil; aquisição de combustíveis para as embarcações, viaturas e máquinas de apoio à operação portuária; limpeza e higiene das instalações; trabalhos especializados onde se incluem os honorários dos advogados; água; eletricidade; recolha de resíduos aos navios que demandam os portos, conservação e reparação das embarcações e máquinas, bem como das instalações, entre outras despesas de caráter corrente;
- “03 – Juros e outros encargos”: 96% de execução – verbas despendidas essencialmente com os juros bancários associados ao serviço da dívida (empréstimos bancários de médio e longo prazo, bem como os respetivos swaps de taxa de juro);
- “06 – Outras despesas correntes”, com uma taxa de execução de 95% – pagamento do imposto de selo e das taxas de aval, associadas ao serviço da dívida bancária, bem como o pagamento dos demais impostos, nomeadamente: IVA, PEC, IRC, IMI, Taxas de resíduos sólidos;
- “07 – Aquisição de bens de capital”. Neste agrupamento verifica-se uma taxa de execução na ordem dos 35%, onde são registados todos os projetos de caráter duradouro (superiores a um ano) e que à partida integrarão o ativo não corrente da empresa, nomeadamente as empreitadas que são realizadas nos diversos portos, cais,

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

marinas e demais espaços sob a jurisdição da APRAM, S.A., bem como os equipamentos de apoio à operação, como por exemplo, os investimentos de grande valor e as aquisições de rebocadores, lanchas, máquinas, equipamentos e viaturas que servem de apoio à operação portuária;

- “10 – Passivos financeiros”, com 82% de execução – neste agrupamento está refletido o valor das amortizações de capital, decorrentes dos empréstimos bancários de médio e longo prazo.

Quadro 7 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENT O INICIAL 2019	ORÇAMENTO CORRIGIDO 31.12.2019	EXECUÇÃO ORÇAMENTA L 31.12.2019	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
DESPESAS CORRENTES					
01 - Despesas com o pessoal					
01 01 - Remunerações certas e permanentes	4 445 671	4 622 971	4 469 432,97	153 538,03	97%
01 02 - Abonos variáveis ou eventuais	1 460 267	1 534 967	1 508 221,91	26 745,09	98%
01 03 - Segurança social	1 770 799	1 975 299	1 872 113,23	103 185,77	95%
02 - Aquisição de serviços					
02 01 - Aquisição de bens	412 500	313 500	242 869,79	70 630,21	77%
02 02 - Aquisição de serviços	3 511 613	3 529 796	2 884 381,50	645 414,50	82%
03 - Juros e outros encargos					
03 01 - Juros da dívida pública	4 699 078	4 959 265	4 752 713,38	206 551,62	96%
03 05 - Outros (Juros e encargos tributários, compensatórios, etc.)	6 000	6 000	11,11	5 988,89	0%
06 - Outras despesas correntes					
06 02 - Diversas	544 701	782 753	744 523,40	38 229,60	95%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	16 850 629	17 724 551	16 474 267,29	1 250 283,71	93%
DESPESAS DE CAPITAL					
07 - Aquisição de bens de capital					
07 01 - Aquisição de bens de capital	225 000	464 487	294 144,96	170 342,04	63%
07 02 - Locação financeira	45 000	112 000	73 261,00	38 739,00	65%
07 03 - Bens do domínio público	15 043 513	17 460 816	5 900 338,42	11 560 477,58	34%

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO O INICIAL 2019	ORÇAMENTO CORRIGIDO 31.12.2019	EXECUÇÃO ORÇAMENTA L 31.12.2019	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
10 - Passivos financeiros					
10 06 – Empréstimos a médio e longo prazo	15 606 788	19 113 574	15 606 787,33	3 506 786,67	82%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	30 920 301	37 150 877	21 874 531,71	15 276 345,29	59%
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	47 770 930	54 875 428	38 348 799,00	16 526 629,00	70%

No que diz respeito às despesas, os agrupamentos com maior peso no orçamento são:

- “01 – Despesas com o pessoal” com 20%: Neste agrupamento reflete-se os gastos com todos os trabalhadores da APRAM, S.A.;
- “02 – Aquisição de serviços”, com 8%: Registam-se as despesas diretamente relacionadas com a atividade corrente da empresa, nomeadamente: conservação e reparação das infraestruturas portuárias que não se enquadrem como investimento de natureza corpórea; conservação e reparação de toda a frota marítima e terrestre, onde se incluem as docagens dos rebocadores e lanchas da APRAM, S.A.; gastos das instalações (água, luz, comunicações); aquisições de combustíveis, segurança, limpeza e higiene, seguros entre outras despesas;
- “03 – Juros e outros encargos”, com 12%: Juros associados ao serviço da dívida bancária da APRAM, S.A.;
- “07 – Aquisição de bens de capital”, com 16%: Neste agrupamento registam-se os investimentos com carácter duradouro e que passarão a integrar o ativo fixo da empresa;
- “10 – Passivos financeiros”, com 41%: Amortizações de empréstimos bancários, associados ao serviço da dívida da APRAM, S.A..

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Quadro 8 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2019	PESO %
DESPESAS CORRENTES		
01 - Despesas com o pessoal	7 856 768,11	20%
02 - Aquisição de serviços	3 127 251,29	8%
03 - Juros e outros encargos	4 752 724,49	12%
06 - Outras despesas correntes	744 523,40	2%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	16 474 267,29	
DESPESAS DE CAPITAL		
07 - Aquisição de bens de capital	6 267 744,38	16%
10 – Passivos financeiros	15 606 787,33	41%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	21 874 531,71	
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	38 348 799,00	100%

PCR.
IF


Verifica-se deste modo que os encargos com o serviço da dívida, correspondem a 53% do valor total dos gastos da APRAM, S.A., ficando deste modo demonstrado o elevado peso que representa nas contas da empresa.

Os gastos de auditoria, apesar de constarem nas rubricas orçamentais como despesas dos órgãos sociais, estão expressos para efeitos de SNC-AP nos gastos de Fornecimentos e Serviços Externos (Trabalhos especializados).

Por fim, importa referir que existe um saldo positivo entre o total das receitas e o total das despesas no valor de 1,073 M€, o qual deverá ser acrescido das receitas extra- orçamentais, no valor de 283 M€, totalizando o valor de 1,356 M€.

Este ano ainda não nos foi possível apresentar todos os mapas decorrentes da norma de contabilidade pública (NCP) 26 no âmbito da implementação do SNC-AP e das instruções do Tribunal de Contas, nomeadamente o ponto 1.4..



PORTOS DA MADEIRA

6. PLANO DE INVESTIMENTOS

PCP,

IF



Cais da Ponta do Sol

40 Anos
18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

IF



6. INVESTIMENTOS E PROJETOS COFINANCIADOS

Durante o ano de 2019 foram executadas várias empreitadas, fornecimentos e prestações de serviços que destacamos, de seguida, as mais relevantes:

6.1 EMPREITADAS

6.1.1. Empreitada de “Recarga do Manto de Proteção do Molhe Sul do Porto do Funchal”

Em cumprimento das boas práticas de monitorização de obras marítimas e à importância crucial do Porto do Funchal na economia regional, a APRAM procedeu à elaboração de estudos e vistorias para avaliação do estado de conservação deste porto, em particular a avaliação do estado de conservação do manto de tetrápodes e afins do Porto do Funchal, tendo detetado situações anómalas.

Iniciou o processo contratual para uma intervenção de reparação e manutenção, passando pela elaboração do projeto seguido da contratualização da respetiva empreitada.

Concluído todo o processo concursal em 2019, a empreitada foi consignada neste ano, prevendo-se a sua conclusão em 2020.



Foto 1- Fabrico dos tetrápodes.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

Descrição sumária da empreitada:

- Reperfilamento do manto de proteção com tetrápodes de 250kN (1415un), no preenchimento da “loca” existente entre o Forte S. José e o Forte da Nossa Senhora da Conceição e no preenchimento de uma cavidade localizada sob a rampa Ro-Ro.

Durante o ano de 2019 executou-se a pré-fabricação dos tetrápodes de 25 toneladas, num total de 245 unidades, correspondente a 438.859,83€ do valor do contrato de adjudicação. O valor global da empreitada é de 4.346.651,74 euros.

6.1.2. Empreitada de “Substituição de cabeços existentes nos cais 2 e 3 do Porto do Funchal”

Os cabeços de amarração nos cais 2 e 3 eram antigos, apresentando um elevado grau de deterioração e uma reduzida capacidade de carga, face à nova tipologia de navios de cruzeiros que demandam o Porto do Funchal, que garantisse a segurança de pessoas e bens.

Avaliou-se e projetou-se a substituição dos mesmos ao longo dos cais 2 e 3.

Face à forte sazonalidade da operacionalidade do Porto do Funchal e ao negócio aqui desenvolvido, planeou-se a execução dos trabalhos ao longo de três (3) anos, para não conflitar com a procura do porto pelos navios de cruzeiros.

E neste contexto, a obra só pode ser executada em época baixa (de junho a setembro), dando-se início a uma primeira fase da empreitada na época baixa de 2019.

Descrição sumária da empreitada:

- Demolições;
- Colocação das armaduras das vigas de coroamento;
- Betonagem e afagamento da viga de coroamento;
- Colocação e aperto do cabeço de amarração;

PCM,
JF


6. Investimentos e Projetos Cofinanciados



Foto 2 – Cabeços cais 1 (Pontinha)

Em 2019 os trabalhos executados orçaram em 571.662,33€, correspondendo à substituição de 28 cabeços antigos, com diferentes capacidades de carga (40 ton., 50 ton., 60 ton. e 100 ton.), por cabeços de 150 ton.

O valor global da empreitada é de: 877.449,42 euros.

6.1.3. Empreitada de reabilitação da fachada poente do Forte de Nossa Senhora da Conceição

A APRAM, S.A. atenta ao estado de conservação da fachada poente do Forte de Nossa Senhora da Conceição, procedeu à reparação da mesma, garantindo a sua estabilidade e eliminando a queda de fragmentos ou pedras.



Foto 3 – Forte de Nossa Senhora da Conceição

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

Descrição sumária da empreitada:

- Restituição pontual de alvenarias em pedra basáltica e com características semelhantes às existentes e preenchimento das juntas dos muros estruturais em alvenaria de pedra basáltica.

O valor da empreitada foi de 37.425,00 euros.

6.1.4. Empreitada de “Dragagem entre o cais número seis e o cais número oito do Porto do Funchal”

Com o intuito de melhorar as condições de segurança, de manobrabilidade e de navegabilidade no Porto do Funchal, feito o levantamento dos fundos, determinou-se avançar para a contratualização da empreitada de dragagem entre o cais 1 e o cais 8 do deste porto.

A dragagem teve início no ano de 2019, na época baixa, com conclusão em 2020. O valor estimado de quantidade a dragar é de 35.703,30 m³ de material, para que se atinja as cotas de dragagem de -8,00, (ZH), -5,00M (ZH), -3,60M (ZH) e -3,00M (ZH).



Foto 4 - Dragagem

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

JF

O valor global da empreitada é de 448.954,55€, com execução de 220.251,90€ em 2019.

6.1.5. Empreitada de reparação e reabilitação do Farol de Câmara de Lobos



O farol de Câmara de Lobos foi sujeito a uma grande intervenção de reabilitação face ao seu estado de conservação, consistindo os trabalhos em:

- Demolição total da laje de cobertura da estrutura de apoio do farol e construção de uma nova laje.
- Demolição pontual da laje térrea do átrio e restituição da mesma.
- Reparação e construção de alvenarias (acesso ao farol).
- Revestimento e pintura da estrutura de apoio do farol.
- Aplicação de salpisco nas paredes de blocos de alvenaria exterior.
- Colocação de novas serralharias de forma a substituir as antigas serralharias que se encontravam bastante degradadas.
- Substituição do sistema elétrico do farol.



Foto 5 - Farol Câmara de Lobos

Os trabalhos foram executados em 2019. A empreitada foi de 25.849,17 euros.

6.1.6. Empreitada de “Reabilitação do Cais da Ribeira Brava”

Devido aos diversos temporais que assolaram o Cais da Ribeira Brava e a sua acentuada deterioração, após vistoria e avaliação, deu-se início ao processo contratual para uma grande reparação e manutenção, de modo a evitar a provável destruição total do cais.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

A empreitada iniciou-se em 2019, com conclusão prevista em 2020.



Foto 6 – Cais da Ribeira Brava

Descrição sumária da empreitada:

- Reperfilamento do manto de proteção com antíferes de 450kN (256un) e na execução do novo muro cortina;
- Reabilitação e reparação, nomeadamente do pavimento, escadas de acesso, tampas e golas das caixas de visita;
- Reparação/colocação de guardas metálicas nas escadas de acesso ao mar;
- Colocação de novos cabeços de amarração;
- Instalação de um farolim.

Durante o ano de 2019 executou-se a pré-fabricação dos antíferes de 45 toneladas, num total de 159 unidades, bem como a escada poente de acesso ao mar, correspondendo a 701.271,11€ do valor global do contrato.

O valor global da empreitada é de 1.583.457,20 euros.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

6.1.7. Empreitada de Reabilitação e Requalificação do Cais da Ponta do Sol

O estado de conservação do cais da Ponta do Sol imponha uma urgente intervenção sob pena de estarem em risco pessoas e bens.

Após trabalhos prévios de estudos e projeto, bem como procedimentos contratuais, em fevereiro de 2019 iniciaram-se os trabalhos de reabilitação e requalificação do Cais da Ponta do Sol.

Atendendo às especificadas da empreitada, foi dividida em dois lotes, a saber:

Lote 1 – Reabilitação da Proteção de Taludes da Falésia;

Lote 2 – Reabilitação de Pavimentos, Capeamentos, Paramentos e Outros Elementos Integrantes da Estrutura do Cais.

Descrição de trabalhos realizados:

Lote 1:

- Remoção da rede do sistema de contenção dos taludes;
- Remoção de blocos rochosos em iminente perigo de queda;
- Reabilitação e prolongamento da barreira dinâmica;
- Execução da nova contenção no alçado sul e nascente da falésia;
- Refechamento superficial das fraturas;
- Colocação de uma nova rede e dispositivos em aço inox no alçado poente e sul.



Foto 7– Reabilitação da Proteção de Taludes da Falésia

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

Lote 2:

- Demolições dos pavimentos em betão e calçada;
- Demolições e remoções de todas as peças em cantaria da região;
- Restituição pontual de alvenarias em pedra basáltica e com características semelhantes às existentes;
- Preenchimento das juntas dos muros estruturais em alvenaria de pedra basáltica;
- Reabilitação dos revestimentos de muros e tetos;
- Execução das lajes térreas da plataforma de atracagem poente e plataforma superior sul com acabamento semelhante a brita lavada;
- Reabilitação, reparação e substituição das peças de cantaria da região nas escadarias;
- Reabilitação, reparação e substituição dos capeamentos em cantaria da região;
- Execução dos pavimentos em calçada madeirense, calçada em pedra lascada, calçada em paralelepípedos de basalto e calhau rolado partido com a estereotomia original;
- Reabilitação das peças metálicas antigas;
- Colocação de guardas;
- Colocação de iluminação;
- Pintura do cais à base de cal.



Foto 8 - Reabilitação de Pavimentos, Capeamentos, Paramentos e Outros Elementos Integrantes da Estrutura do Cais.

PCR.
JF


6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

As obras foram concluídas no final de 2019, pelo valor de 708.770,00€.

Esta empreitada foi cofinanciada em 85%, pelo M1420-05-2114-FEDER-000014.

6.1.8. Empreitada de “Reabilitação do Cais de Machico”

O cais de Machico, fruto dos grandes temporais que assolaram a Madeira, começou a apresentar alguns problemas.

Avançou-se para a avaliação técnica e face às conclusões, contratualizou-se um projeto de execução da empreitada de “Reabilitação do Cais de Machico”, de forma a reabilitar/reparar e proteger esta infraestrutura portuária.

A empreitada teve início em 2019, com conclusão no início de 2020.

O valor da empreitada é de 1.859.691,00€. Em 2019 executou-se 1.496.830,38€ do contrato.



Foto 9 - Trabalhos executados em 2019.

Os principais trabalhos realizados foram os seguintes:

- Reperfilamento do Manto de Proteção:

Os trabalhos consistiram na execução do reperfilamento do manto de proteção. O reperfilamento foi executado com duas camadas de blocos antíferes. A 1ª camada com blocos de 7,5ton (blocos já existentes) e a 2ª camada com blocos de 150 kN (1020un). Sob a 1ª camada foi executada uma cama em enrocamento.

PCF
IF

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

- **Intervenções de Reabilitação, Reparação Localizadas:**

Ao longo do muro cortina foram realizadas intervenções de reabilitação e reparação localizadas, nomeadamente a reparação de elementos com betão delaminado e armaduras à vista, reparação de fendas existentes no betão. Além disso foram intervencionadas as juntas entre caixotões através da bombagem de betão para o seu interior.

6.1.9 Empreitada de “Reabilitação do Terrapleno Nascente do Porto do Caniçal”

Devido aos recorrentes galgamentos ocorridos no terrapleno nascente do Porto do Caniçal, APRAM, S.A., decidiu proceder a uma intervenção com a finalidade de eliminar ou reduzir essas ocorrências.

Contratualizou-se projeto de execução da empreitada de “Reabilitação do Terrapleno Nascente no Porto do Caniçal”, tendo esta sido consignada em 2019.

Os trabalhos da empreitada decorreram normalmente sem alterações de referência, tendo terminado dentro dos prazos previstos no final de 2019.

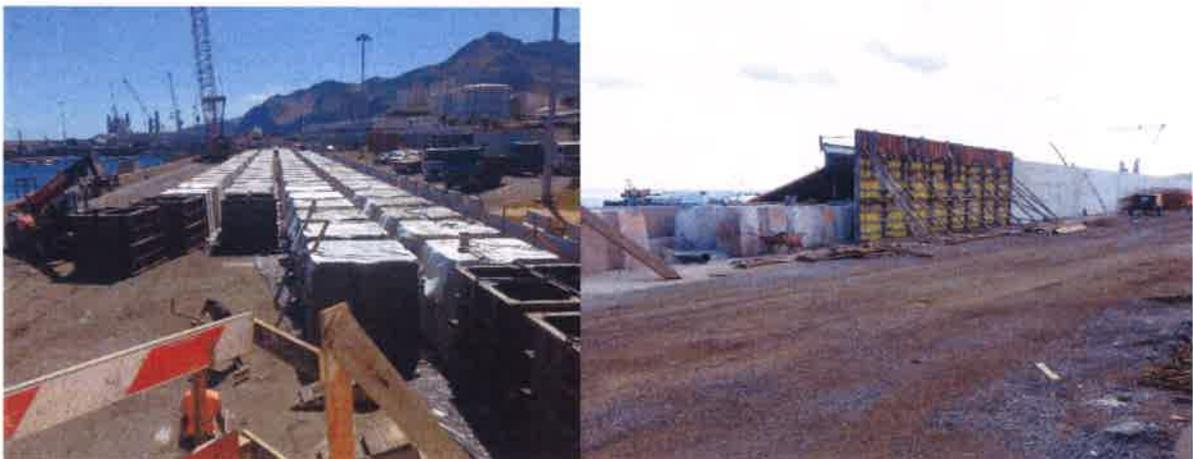


Foto 10 - Trabalhos executados no decorrer da empreitada.

Os principais trabalhos realizados foram os seguintes:

- **Reforço do Manto de Proteção:**

PCH

IF



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

Execução de uma banquetta no pé do talude do manto de proteção, do tipo “recife”, com recurso a blocos pré-fabricados de betão, do tipo antíferes, com 200kN (20 toneladas).

Para o manto de proteção foi realizado um reforço pontual com o mesmo tipo de blocos. O número total de blocos antíferes pré-fabricados foram de 321.

- **Intervenções de Reabilitação, Reparação e Reforço:**

Execução de um muro em betão para proteção do terraplano, incluindo a criação de aberturas pontuais em tubos Ø200 para drenagem em caso de temporal. Foram realizadas intervenções de reabilitação e reparação localizadas, nomeadamente a reparação de elementos com betão delaminado e armaduras à vista, reparação de fendas existentes no betão e reparação e reabilitação das tampas e golas dos sumidouros existentes e limpeza de todo o sistema de drenagem pluvial do terraplano.

- **Intervenção no pavimento:**

Realizados trabalhos da pavimentação junto ao muro executado, incluindo a pintura de sinalização horizontal.

O valor da empreitada foi de 1.200.081,73 euros.

6.2 ESTUDOS E PROJETOS

6.2.1. **Elaboração do Projeto de Requalificação do Edifício e Espaços exteriores da Marina do Funchal – Elaboração Projeto de Requalificação Edifício espaço exterior;**

A Marina do Funchal encontra-se num estado de degradação avançado para além de totalmente desajustado de toda a frente mar do Funchal, recentemente intervencionada. Pretende-se, desde há largos anos, a requalificação do Edifício e Espaços Exteriores da Marina do Funchal, em alinhamento com toda a frente mar.

Após conclusão de procedimento concursal em 2019, deu-se início ao Projeto de Requalificação Edifício espaço exterior.

Os estudos a elaborar terão as seguintes fases:

- **Fase 1 - Anteprojecto;**

TF


6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

- Fase 2 - Projeto de Execução e Elaboração das peças do concurso (programa do procedimento e caderno de encargos) para a execução da empreitada;
- Fase 3 - Assistência Técnica.

Trata-se de um projeto de grande intervenção, prevendo-se uma alteração substancial em toda área terrestre, passando pela melhoria de acessos com atenção especial às pessoas com mobilidade reduzida bem como uma ligação entre a Marina do Funchal e o Cais de Recreio do Funchal.



Foto 11 – Projeto de Requalificação do Edifício e Espaços exteriores da Marina do Funchal

Prevê-se a conclusão do projeto no decurso de 2020.

O valor do projeto é de 88.000,00 €.

6.2.2. Elaboração do projeto de execução e peças processuais para a empreitada de construção do edifício de apoio do cais 6 do porto do Funchal e reabilitação da sua envolvente

Este estudo e projeto têm como objetivo dotar o cais 6 de um edifício com condições de trabalho para as entidades envolvidas na operação dos navios de cruzeiros, cumprindo os mínimos exigidos nos regulamentos e normas internacionais respeitantes à movimentação de passageiros de cruzeiros.

A dimensão do edifício está a ser preparada para responder ao escoamento de um fluxo de passageiros máximo de 3.500 pessoas sem limitações de espaço, através de dois canais estanques, independentes, sendo um de entrada no país e outro de saída do país e

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

IF

separados pelas instalações das autoridades com competência e atribuições nas operações portuária com navios de cruzeiros.



Foto 12 – Projeto Edifício de Apoio do Cais 6

O valor do projeto é de 23.950,00 euros.

6.2.3. Elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais da Empreitada de Reabilitação do Cais do Paul do Mar

Para evitar a provável destruição a curto prazo do cais do Paul do Mar, tendo em conta a forte agitação marítima que ali acontece frequentemente, durante 2019 executou-se o projeto de reabilitação do Cais do Paul do Mar, consistindo o projeto em:

- Reconstrução do muro cortina;
- Reforço do manto de proteção;
- Pavimentos, reparação de elementos de betão e acessórios de cais, nomeadamente guardas metálicas, cabeços de amarração.

O valor dos contratos de prestação de serviços para a elaboração deste projeto foi de 16.763,50 €, incluindo realização de ensaios ao muro cortina do Cais do Paul do Mar.

PCSP

IF



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados



Foto 13 – Reabilitação do Cais do Paul do Mar

6.3 PROJETOS COFINANCIADOS

6.3.1. ECOMARPORTS

Programa de Cooperação Espanha-Portugal (MAC 2014-2020)/COOPERAÇÃO, que tem por objetivo promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, desenvolvimento de redes e sinergias entre empresas, centros de I & D e ensino superior, especialmente no desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas piloto, ações de validação antecipada de produtos, capacidades avançadas de fabricação e primeira produção em tecnologias facilitadoras essenciais e disseminação de tecnologias multiuso. A participação da APRAM, S.A. visa a aquisição de sensores que permitam a monitorização da bacia do porto do Funchal em diversos parâmetros que serão depois coordenados com a ARDITI. Este projeto tem 100% de execução financeira, apesar de ter sido prorrogado por mais um ano.

6.3.2. GAINN

Projeto de cooperação transnacional com vários parceiros (Espanha, Itália, França, Eslovénia, Croácia, Portugal).

Este projeto terá 2 vertentes, uma mais administrativa e regulatória designada "Green Cid" e outra industrial/comercial/de implementação física no terreno, incluindo as RUP, e a

PCh

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

importância do fornecimento do LNG, criando uma energia limpa e alternativa às tradicionais.

JF

A APRAM mantém a parceria acompanhando o desenvolvimento dos trabalhos.



6.3.3. ATLANTIC BLUE PORTS

Projeto de cooperação transnacional com 28 parceiros (Espanha, Holanda, França, Reino Unido, Irlanda, Portugal), integrado no Interreg Atlantic Area – European Regional Development Fund. Tem por objetivo a avaliação do risco ambiental e da qualidade, designadamente nas áreas portuárias, serviços de localização e reservas, bem como o tratamento de águas de lastro de navios em porto para evitar a contaminação das águas por espécies invasivas.

No ano de 2019, a APRAM participou em duas reuniões tendo concluído que não se justificava a sua participação na demonstração do equipamento móvel de tratamento de águas de lastro. Tal conclusão prende-se com o facto de que nos portos da Região Autónoma da Madeira, não se verificarem grandes quantidades de trocas de água de lastro. No entanto, poderia a APRAM utilizar a verba disponível (70.000,00€) para efetuar a monitorização da qualidade das águas dos seus portos, em particular no que diz respeito à introdução de espécies invasivas oriundas das trocas de águas de lastro efetuadas esporadicamente.

6.3.4. PCV 2019

Candidatura ao Plano de Comercialização e Venda (PCV), da responsabilidade do Turismo de Portugal, coordenado na Região pela AP Madeira.

Foram executados os projetos inseridos no PCV e aprovados pela AP Madeira.

6.3.5. 4PORTS

O projeto 4pOrt trabalhará na estratégia do Ports 4.0, para preparar a comunidade portuária da Macaronésia e da África Ocidental para as mudanças que ocorrem nos processos de digitalização e o surgimento disruptivo de novas tecnologias, a fim de superar

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

os novos desafios apresentados nos portos nos próximos anos como eixos-chave do comércio mundial.

Este Projeto foi aprovado em setembro de 2019, na segunda convocatória do programa de Cooperação Territorial INTERREG V-A MAC (Madeira-Açores-Canárias) 2014-2020, financiado pelo fundo FEDER.

O chefe de fila do 4P0rts é a Fundação Canaria Puertos de Las Palmas e para além da Madeira (APRAM e ACIF-CCIM) o projeto inclui parceiros de países terceiros (Mauritânia, Senegal e Cabo verde).

O orçamento previsto para a APRAM neste projeto é de 66.641,95€ distribuídos em iguais partes entre 2020 e 2021.

6.3.6. OCEANLIT

OCEANLIT – Gestão de espaços naturais protegidos costeiros dos arquipélagos insulares afetados por lixo marinho, é um projeto de cooperação territorial entre as regiões dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo verde, que tem como objetivo, reduzir os resíduos marinhos através da criação de conhecimento, da melhoria da gestão de resíduos e sensibilização do público em geral, favorecendo a conservação e recuperação dos espaços naturais protegidos costeiros e marinhos nos arquipélagos.

O Projeto OCEANLIT foi aprovado em setembro de 2019, na segunda convocatória do programa de Cooperação Territorial INTERREG V-A MAC (Madeira-Açores-Canárias) 2014-2020, financiado pelo fundo FEDER. Este programa INTERREG MAC é o principal instrumento com o que contam as RUPs de Espanha e Portugal para oferecer uma resposta eficaz aos desafios comuns dos que se enfrentam em matéria da inovação, competitividade, internacionalização e desenvolvimento sustentável.

OCEANLIT está a ser coordenado por Gran Canária e participam 14 parceiros das regiões dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo verde.

Para a consecução dos objetivos, o projeto estrutura-se em torno de 3 objetivos específicos:

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

- **Conhecimento:** Gerar conhecimento sobre a problemática e as soluções para favorecer a tomada de decisão de forma a conseguir a redução do lixo marinho e o seu impacto;
- **Gestão de resíduos:** Planear e implementar melhorias no sistema de gestão de resíduos insulares que incorpore o lixo marinho em todas as fases do sistema: Recolha, seleção, tratamento e reciclagem;
- **Sensibilização:** Aumentar a divulgação sobre o problema e transmitir conhecimento e boas práticas de gestão que ajudem a minimizar o lixo marinho mediante a sensibilização dos utilizadores, dos profissionais do mar e do público em geral.

IF


A APRAM, S.A. tem uma verba disponível para aquisição de equipamento de combate à poluição e recolha de lixo marinho de 35.473,79€ sendo distribuído da seguinte forma:

2020 (17.146,79€); 2021 (12.300,00€) e 2022 (6.027,00€).

6.4 EQUIPAMENTOS E VIATURAS

6.4.1. Aquisição de defesa

Dentro da estratégia definida pela APRAM, S.A., atenta à imprescindibilidade de garantir a operacionalidade com equipamento mínimos, deu-se início à aquisição de defensas cilíndricas.



Foto 14 – Defesa

PCM.

TF



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

Procedeu-se à aquisição de uma defesa Yokohama 2.54 x 5.5 High Protection para o Porto do Funchal.

O valor de aquisição da defesa foi de 24.400,00 euros.

6.4.2. Aquisição de portalós

Para manter os níveis de qualidade e segurança na operação com navios de cruzeiros de grande porte e em particular dando resposta às solicitações do operador do navio AIDANOVA, a APRAM,SA adquiriu dois portalós adaptáveis e adequados àquela operação e adaptabilidade a outras operações para embarque e desembarque de passageiros.

O investimento global foi de 101 376,60 euros.



Foto 15 – Portaló

6.4.3. Aquisição de viaturas

A APRAM debate-se com o envelhecimento da sua frota automóvel, tendo elaborado um plano para a renovação da frota, em 2017.

Em 2018 deu início à renovação da frota, adquirindo duas viaturas, afetando ao porto do Funchal e ao porto do Porto Santo.

Em 2019, dando continuidade ao plano, adquiriu mais duas viaturas, sendo uma adstrita ao serviço da administração e outra, tipo furgoneta Elétrica para serviços gerais para o porto do Porto Santo.

O valor investido na renovação da frota em 2019 foi de 48 164,13 euros.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados



Foto 16 – Viatura Ligeira Furgoneta, Elétrica



Foto 17 – Viatura Ligeira de Passageiros Elétrica/Híbrida com 5 lugares

6.4.4. Grande reparação no Travelift – Centro Náutico de São Lázaro

O travelift ao serviço do Centro Náutico de São Lázaro para retirar e colocar as embarcações no mar, encontrava-se em estado avançado de degradação, incluindo as respetivas cintas.

A APRAM abriu procedimento para a sua reparação, tendo procedido à intervenção em 2019.

O investimento foi de 51 221,70 euros.

IF PCH
PCH

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados



Foto 18 – Travelift

6.4.5. Aquisição de um empilhador

Foi decidido adquirir um empilhador elétrico para apoio aos serviços do porto do Porto Santo, necessidade que vinha a ser sentida desde há largos anos.

O processo de aquisição iniciou-se em 2019, tendo a entrega do equipamento sido efetuada em janeiro de 2020. O investimento foi de 52 528,39 euros.



Foto 19 - Empilhador



PORTOS DA MADEIRA

DCM.

IF



7. CONCESSÕES/LICENÇAS



No âmbito das atribuições conferidas à APRAM, S.A. compete-lhe a atribuição do uso privativo e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão.

In: art. 3.º dos estatutos da APRAM, S.A.

40 Anos
18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



pcck.
JF


7. Concessões/Licenças

7. CONCESSÕES/LICENÇAS

Neste capítulo são enumerados os contratos de concessão e licenças em vigor a 31 de dezembro de 2019, de acordo com a sua área de localização geográfica.

7.1 Licenças

- Licença para o exercício de atividade de Empresa de Trabalho Portuário:
 - ✓ Alvará n.º 1, de 14 de outubro de 2008, atribuído à ETP - RAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda;
 - ✓ Alvará n.º 2, de 19 de junho de 2019, atribuído à ETPMAR- Empresa de Trabalho Portuário - ETP, Lda
- Licença para o exercício de atividade de operador portuário:
 - ✓ Licença atribuída à OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.¹²
- Licença para o exercício de atividade de Agentes de Navegação:
 - ✓ Blatas, Lda.;
 - ✓ Funchal Marítima – Agentes de Navegação, Lda.;
 - ✓ J.M. Ferraz Simões, Lda.;
 - ✓ JFM Shipping, Lda.;
 - ✓ João Silvério Pires, Lda.;
 - ✓ Marfrete – Transitários e Navegação, Lda.;
 - ✓ PMAR – Navegação, Lda.;

¹² Pela Resolução n.º 270/2017, foi revogada a Resolução n.º 509/2008, na qual foi reconhecido o interesse estratégico para a economia regional na aplicação do regime de licenciamento nos Portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo. A Resolução n.º 284/2017, “Determina que se proceda à notificação da sociedade denominada OPM - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, para, querendo, se pronunciar, por escrito, no prazo de 10 dias, relativamente ao teor do Projeto de Decisão de revogação da licença emitida”, situação que ocorreu. A OPM interpôs uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal, que corre os seus trâmites.

7. Concessões/Licenças

- ✓ Portmar – Agência de Navegação, Lda.;
- ✓ Transinsular (Madeira) – Transportes Marítimos Insulares, Lda..

7.2 Concessões e licenças diversas por área de jurisdição da APRAM, S.A.

FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para instalação de um quiosque com esplanada destinado a cafetaria e gelataria nos pontões das fozes da ribeira de Santa Luzia e de João Gomes	MLE – Madeira Leisure Entertainment, Restauração e Animação, Lda.	Quiosques nos pontões das ribeiras
Licença precária para o exercício de atividade dentro da área de jurisdição da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. - Porto do Funchal (Prorrogação)	Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	Hop on Hop Off
Licença precária para o exercício de atividade dentro da área de jurisdição da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. - Porto do Funchal (Prorrogação)	Welcome Madeira- Transportes, Turismo, Restauração, Lda.	Hop on Hop Off
Licença precária para o exercício de atividade dentro da área de jurisdição da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. - Porto do Funchal	Empresa de Automóveis do Caniço, Lda.	Hop on Hop Off
Contrato de concessão de prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, n.º 3, Funchal, exploração de todo o edifício para a atividade de bar-discoteca e snack-bar	Rebelos & Camacho, Lda.	Discoteca "Vespas"
Contrato de concessão de exploração dos pipelines e respetivos tanques para abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal	Repsol Portuguesa, S.A.	Abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal
Licença de Ocupação colocação e exploração de Mupis no Porto do Funchal)	Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.	Mupis - Porto do Funchal

7. Concessões/Licenças

IF

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de Ocupação a oeste do Forte de Nossa Senhora da Conceição instalação de uma estação telefónica celular	Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.	Antena Telecel - Forte Nossa Senhora da Conceição
Licença de Ocupação de uma área e fachada do "Forte de Nossa Senhora da Conceição", instalação de uma Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN	OMTEL, Estruturas de Comunicações, S.A.	Antena MEO - Forte Nossa Senhora Conceição
Licença Precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao estacionamento de 1 veículo pesado de passageiros no âmbito do exercício da atividade de animação turística	Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Lote 1 - Estacionamento Welcome Madeira
Licença Precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao estacionamento de 1 veículo pesado de passageiros no âmbito do exercício da atividade de animação turística	Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Lote 2 - Estacionamento Welcome Madeira
Licença de área destinada a estacionamento, no máximo 4 veículos motorizados, movidos unicamente por fontes não poluentes, utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação	City Bubbles – Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Lote 3- Estacionamento City Bubbles
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a estacionamento de veículos motorizados de combustão utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística	Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Lote 4 - Estacionamento City Bubbles
Licença de área delimitada destinada a exposição e aluguer de viaturas, motociclos e ciclomotores, permitindo-se a presença simultânea, no máximo, 4 veículos	Francisco Menezes Unipessoal, Lda.	Lote 5 - Estacionamento Francisco Menezes
Autorização para instalação de um armário NOS, junto ao atual posto da PSP, localizado à entrada do Porto do Funchal	NOS Madeira Comunicações S.A.	Armário "NOS"
Licença de ocupação e utilização do forte de Nossa Senhora da Conceição para núcleo cultural/museológico e espaço de restauração	NINI - Design Center, Lda.	Design Center 10 lugares de estacionamento
Contrato de concessão de uso privativo para construção e exploração de um espaço de exposições e museológico, reperfilamento da praça do mar e integração de PT	MUSSARA - Gestão de Espaços e Eventos, Lda.	Museu Praça do Mar (Praça CR7)

PCSE
IF

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação da parcela de terreno localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro, Praça do Mar (Praça CR7)	Abreu Gouveia & Gouveia Similares Hotelaria, Lda.	Destina-se exclusiv. à esplanada do "Sete Mares".
Licença de ocupação da parcela de terreno localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro, Praça do Mar (Praça CR7)	Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A.	Destina-se exclusivamente à esplanada do Hotel "Pestana CR7".
Licença de ocupação da parcela de terreno destinada à instalação de um reservatório de gás e respetiva conduta junto à rampa do parque de estacionamento na praça do mar	Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A.	Reservatório de gás - Pestana CR7
Licença de ocupação e utilização do hangar C3 no CNSL	Sanas Madeira - Associação Madeirense para Socorro no Mar	Hangar C3 - CNSL
Licença precária para ocupação e utilização do Hangar A1 no Centro Náutico São Lázaro	Associação Náutica da Madeira	Hangar A1 - CNSL
Licença precária para ocupação e utilização do Hangar A2 no Centro Náutico São Lázaro	Centro de Treino Mar	Hangar A2 - CNSL
Licença precária para ocupação e utilização do Hangar A3 no Centro Náutico São Lázaro	Clube Naval do Funchal	Hangar A3 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A4 e área descoberta no CNSL destinado às atividades náuticas	Associação Regional de Canoagem da Madeira	Hangar A4 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A8 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Associação Náutica da Madeira	Hangar A8 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A5 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Associação Regional de Vela	Hangar A5 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A7 e área descoberta no CNSL e destinado ao exercício de atividades náuticas	Clube Força 5	Hangar A7 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A10 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Clube Naval do Funchal	Hangar A10 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A9 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Centro de Treino Mar dos Escuteiros Marítimos	Hangar A9 - CNSL

7. Concessões/Licenças

PCd.
JF


Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação e utilização do hangar A6 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas (Escuteiros Marítimos)	Corpo Nacional de Escutas - Junta Regional da Madeira	Hangar A6 - CNSL
Licença de ocupação e utilização dos hangares C1 e C2 no CNSL	Marinha - Direcção-Geral da Autoridade Marítima	Hangares C1 e C2 - CNSL
Licença Centro Náutico São Lázaro	Associação MarinaFunchal	Armazém oficina
Licença precária para ocupação e utilização do Hangar C5 no Centro Náutico São Lázaro	Associação Regional de Jet Ski e Motonáutica da Madeira	Hangar C5 - CNSL
Licença de ocupação e utilização de 1 lugar de estacionamento destinado a veículos pesados de passageiros utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística novo cais de cruzeiros do Funchal	WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Estacionamento de 1 veículo pesado no novo cais (Lote 1)
Licença de ocupação e utilização de 1 lugar de estacionamento destinado a veículos pesados de passageiros utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizado na zona de acesso ao novo cais de cruzeiros do Funchal	WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Estacionamento de 1 veículo pesado no novo cais (Lote 2)
Licença de ocupação e utilização de 2 lugares de estacionamento destinados a triciclos no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizados no novo cais de cruzeiros do Funchal	TUKXI MADEIRA - Turismo Unipessoal, Lda.	Estacionamento de 2 triciclos no novo cais (Lote 3)
Licença de ocupação e utilização de 2 lugares de estacionamento destinados a triciclos no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizados no novo cais de cruzeiros do Funchal	WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Estacionamento de 2 triciclos no novo cais (Lote 6)
Licença precária de exploração das casas de banho públicas localizadas à entrada do cais 8 do porto do Funchal	Eduardo Lucindo Gonçalves Sousa Gouveia	WC Público
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	Rogério Maria Gonçalves Santos	Moto Piaggio de Street Food (Woodys Waffles Shop) – Lote 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	Apetecível Etapa - Unipessoal, Lda.	Moto Piaggio de Street Food (My Way) – Lote 3
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	Ricardo António Telo Freitas Maia	Moto Piaggio de Street Food (Maia Coffee Shop) – Lote 5

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para venda de castanhas localizada na praça do povo [na zona em frente à capitania]	José Francisco de Vasconcelos	Venda de Castanhas Assadas
Licença para venda de castanhas no cais 8	Paulo Alexandre Rodrigues Gaivotas	Venda de Castanhas Assadas
Licença para parque de diversões localizado no terreno anexo ao cais 8 do porto do Funchal	Rui Alberto Araújo Carvalho	Parque de Diversões
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Empresa Automóvel do Caniço, Lda.	Ocupação de 10 metros lineares - Lote 1- n.º 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Aléxis Freitas, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 1 - n.º 2
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Graham Sutherland, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1- n.º 3
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Splendidepisode, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1- n.º 4
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Tukxi Madeira-Turismo, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 1- n.º 5
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Gustavo José Quintal Castro da Fonseca	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 1- n.º 6
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Luís Miguel Camacho Luís	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1 - n.º 7
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Fátima & Aléxio, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1 - n.º 9
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Tukxi Madeira-Turismo, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 2 - A

PCF
JF


7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Prospermanuever, Lda.	Ocupação de 7 metros lineares - Lote 2 – B
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Rui Filipe Sousa, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 2 – C
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Bruno José Ornelas da Costa	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 2 – D
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Fátima & Aléxio, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 2 – E
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Francisco Menezes, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 3 metros lineares - Lote 2 – F
Licença precária de utilização de 2 estacionamentos na doca da avenida Sá Carneiro para instalação e operação de um ponto público de carregamento de veículos elétricos,	EMACOM - Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda.	Ponto público de carregamento para veículos elétricos
Licença precária para ocupação de espaços no cais 8 para aluguer de bicicletas	LOVELYWORLD, Lda.	Ocupação de espaço para aluguer de bicicletas
Autorização para colocação no muro de cortina do Porto do Funchal de 1 lona com publicidade do "La Vie"	CentroNovoFunchal, S.A.	Painel de publicitário "La Vie"
Autorização para colocação no muro de depósito de combustível à entrada do porto de 1 painel com publicidade aos Teleféricos da Madeira	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 lona no muro de cortina do Porto do Funchal com publicidade aos Teleféricos da Madeira	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 2 painéis na parede do elevador da Av. Sá Carneiro	Teleféricos da Madeira, S.A.	2 Painéis publicitários "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do " Museu CR7" no muro de cortina do Porto do Funchal	Museu CR7	Lona "Museu CR7"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Autorização para colocação de uma lona com publicidade da marca "David Rosas"	David Rosas, Lda.	Lona "David Rosas"
Autorização para colocação de lona no muro de cortina à entrada do Porto com mensagem publicitária	Land & Sea, Onthemoove, Lda.	Lona publicitária de venda de serviços online
Autorização de venda ambulante de publicações através de balcão amovível no porto do Funchal	João Pequeno Guilherme da Silva	Balcão para venda de publicações
Autorização para colocação de 2 painéis na parede do elevador da Av. Sá Carneiro	Rent-Car do Futuro - Carros de Aluguer sem Condutor, Lda.	2 Painéis publicitários na parede do elevador da Av. Sá Carneiro
Licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à passagem de um cabo de fibra ótica	NOS Madeira Comunicações, S.A.	Porto do Funchal
licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à passagem de um cabo de fibra ótica	NOS Madeira Comunicações, S.A.	Porto do Funchal
licença de uso privativo de um espaço na parede exterior do edifício contíguo ao Forte de Nossa Senhora da Conceição, destinado à afixação de publicidade	Bálsamo Supremo – Importação e Exportação de Produtos Alimentares, Unipessoal, Ld ^ª	Porto do Funchal
licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à venda de castanhas assadas	António Florentino Franco Figueira	Porto do Funchal
licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à venda de castanhas assadas	Paulo Alexandre Rodrigues Gaivotas	Porto do Funchal
licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à afixação de publicidade (muro de cortina)	HPM – Hospital Particular da Madeira, S.A.	Porto do Funchal

7. Concessões/Licenças

DCR,
TF

GARE MARÍTIMA DA MADEIRA

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja na Gare Marítima da Madeira destinada ao exercício da atividade de Cafeteria e/ou Snack-Bar	Talentos & Ternuras - Unipessoal, Lda.	Loja n.º 2 - Cafeteria e/ou Snack-Bar - Gare
Licença de Ocupação e Utilização de lojas na Gare Marítima da Madeira destinadas ao Clube de Entusiastas de Navios	Clube de Entusiastas de Navios	Loja n.º 3 e 4 CEN
Licença de ocupação e utilização de loja para atividade de agência de câmbios, localizada no edifício junto ao Ilhéu de Nossa Senhora da Conceição	UNICÂMBIO - Instituição de Pagamento, S.A.	Loja UNICÂMBIO
Licença de ocupação e utilização de espaços destinados à colocação de 3 caixas multibanco, localizados no Funchal e no Caniçal	UNICÂMBIO - Instituição de Pagamento, S.A.	Multibancos UNICÂMBIO
Autorização para colocação de 1 painel publicitário no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade ao "Casino da Madeira"	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Casino da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade ao "Casino da Madeira"	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Casino da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel Publicitário na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade ao "Casino da Madeira"	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Casino da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade dos "Teleféricos da Madeira"	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Carristur"	Carristur Portugal, Lda.	Painel "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão no exterior da Gare Marítima da Madeira para venda de bilhetes da "Carristur"	Carristur Portugal, Lda.	Balcão "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão no exterior da Gare Marítima da Madeira para venda de bilhetes da "Douro Acima"	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	Balcão "Douro Acima"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Autorização para colocação de 1 painel publicitário no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Douro Acima"	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	1 Painel " Douro Acima"
Autorização para colocação de 2 painéis publicitários na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Douro Acima"	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	2 Painéis " Douro Acima"
Autorização para colocação de 1 painel no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Multiópticas"	Grand Vision Portugal Unipessoal, Lda.	Painel publicitário "Multiópticas"
Autorização para colocação de 1 painel no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade dos "Carreiros do Monte"	Carreiros do Monte	Painel publicitário "Carreiros do Monte"
Autorização para colocação de 1 painel no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade do "Instituto do Vinho"	Instituto do vinho, bordado e do artesanato da Madeira, I.P.	Afixação de painel publicitário na GMM
Autorização para a colocação de publicidade numa coluna no interior da Gare Marítima da Madeira do "Fórum Madeira"	Multi Mall Management Portugal	2 Painéis publicitários "MY SELFIE IN MADEIRA"
Autorização para a colocação de um painel publicitário, amovível, no interior da Gare Marítima da Madeira da "Horários do Funchal"	Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.	1 Painel publicitário "Horários do Funchal"
Autorização para colocação no interior da Gare de máquina dispensadora de moedas com imagens do Porto do Funchal	National Tokens Madeira	Máquina dispensadora de moedas
Autorização para colocação no interior da Gare de um stand up com publicidade da marca "Pizza Hut"	Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Stand up "Pizza Hut"
Licença precária para colocação de duas máquinas de vending no lounge da Gare Marítima da Madeira	Ponto do Café & Snacks – Vending e Assistência Técnica Lda.	2 Máquinas de vending (com snacks e bebidas frias e outra de bebidas quentes)
licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à afixação de publicidade na segunda coluna (nascente) da Gare Marítima da Madeira)	HPM – Hospital Particular da Madeira, S.A.	Porto do Funchal

7. Concessões/Licenças

LOJAS NA MARINA DO FUNCHAL:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de Snack Bar e Restaurante	Caldeira, Pestana & Almeida, Lda.	Loja n.ºs 1 e 2 - "Marina Terrace"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de promoção e venda de atividades turísticas	Santa Maria – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja n.º 3 "Santa Maria"
Licença de ocupação de loja destinada à exploração de um Restaurante/Bar	Gouveia, Neto e Freitas, Lda.	Loja n.º 4 - "Solar da Santola"
Licença de ocupação de loja destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	João Filipe Saldanha Cardoso	Loja n.º 5 - "Marítimo-turística"
Licença de ocupação de loja destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	Blue Adventure - Unipessoal, Lda.	Loja n.º 6 - "Marítimo-turística"
Licença de ocupação de lojas destinadas a "Loja de Conveniência"	Mastersecret - Unipessoal, Lda.	Loja n.ºs 7 e 8 - "Loja de Conveniência"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Bom Farol - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja n.º 9 - "Prazer do Mar"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Loja n.º 10 - "Ventura do Mar"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de Restaurante	Chaves e Martins, Lda.	Loja n.º 11 - "Mar Azul"
Cedência de loja para instalação da sede social da Associação Náutica da Madeira	Associação Náutica da Madeira	Loja n.º 12 - "Associação Náutica"
Licença de ocupação de Lojas destinadas a: náutica e souvenir shop; Bar/snack-bar; venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística; restaurante/ take away/fast food)	Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja n.º 13 - " náutica, souvenirs, snack-bar, venda bilhetes"
		Loja n.º 14 - "Restaurante/Take-away/Fast food"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de Cafeteria	Marla Sofia Pestana Barros	Loja n.º 17 – "Cafeteria"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício das atividades de animação turística, animação turístico-ambiental, marítimo-turística e aluguer de veículos	RDT, Unipessoal, Lda.	Loja n.º 18 - "Madeira Radical"

PKL.
IF


7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação loja destinada a venda de bebidas e petiscos regionais	O Barrilinho - Sociedade de Exploração de Restaurantes, Lda.	Loja n.º 20 - "Barrilinho"
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno para instalação de um posto de venda de combustível líquido à Navegação	Repsol Portuguesa, S.A.	Loja n.º 24 - "Repsol"
Autorização para ocupação de espaço para atuação musical no terraço da Marina do Funchal em frente ao estabelecimento denominado "Vermelhinho"	João Lino Pereira Gonçalves, Lda.	Espaço para atuação musical - "Vermelhinho"
Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal	Associação MARINAFUNCHAL	Concessão Marina do Funchal
Ocupação de uma área destinada à colocação de armários, e espaço destinado à instalação de um mastro de suporte a antenas e respetivas cablagens de interligação, localizada na Marina do Funchal	OMTEL, Estruturas de Comunicações, S.A.	Antena MEO na marina do Funchal
Alvará de Licença para o exercício da atividade de restauração e similares bem como para a fabricação de cerveja	Cervejolândia, Lda.	Restaurante "Beer House"
		Esplanada

QUIOSQUES NA MARINA DO FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque/Designação
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Albatroz do Mar - Atividades de Animação Turística, Unip., Lda.	Quiosque n.º 3 Embarcação "Margarita"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Nautisantos - Atividades Desportivas, Lda.	Quiosque n.º 4 - Embarcações "Seaborn", "Seaborn II" e "Lara Jade"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Gavião - Viagens Turísticas, Lda.	Quiosque n.º 5 - Embarcação "Gavião"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Madeira Big Game Fishing - Atividades Náuticas, Lda.	Quiosque n.º 6 - Embarcação "Our Mary"

PCH.
IF

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque/ Designação
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Lda.	Quiosque n.º 7 - Embarcações "Ventura do Mar" e "Tiger"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Emanuel Gomes Henriques	Quiosque n.º 8 - Embarcação "Dragão"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Oceano Pioneiro Unipessoal, Lda.	Quiosque n.º 9 - Embarcação "Seaborn Júnior"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Ema de Freitas & Can, Lda.	Quiosque n.º 10 - Embarcação "Bonita da Madeira"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Câmara Municipal do Funchal	Quiosque na entrada do Cais CMF

QUIOSQUES NO CAIS DE RECREIO DO PORTO DO FUNCHAL:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque/ Designação
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque n.º 1 "Nau Santa Maria" e "Manuela"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	OCEAN LIMIT, Lda.	Quiosque n.º 2 "Pilar de Banger"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	MW MADEIRA WATERSPORTS, Unipessoal, Lda."	Quiosque n.º 3 "MadeiraWatersports"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	MAGICDOLPHIN - Atividades Marítimas, Lda.	Quiosque n.º 5 "Golfinho Mágico" e "Sea Safaris"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	PRAZER DO MAR – Atividades Marítimo Turísticas, Lda."	Quiosque n.º 6 "Sea The Best", "Sea Pleasure", "Sea Nature" e "Wahoo"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	GOGOAWAY	Quiosque n.º 10 "Atlantic Pearl"

PCH.

IF



7. Concessões/Licenças

FUNDEADOURO:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Autorização para fundear - Funchal	Maria Zita França, Unipessoal, Lda.	"Tamisa"

PRAÇA DO POVO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à colocação de uma mota Piaggio de Street Food	Duarte Rosário Mendes Câmara Abreu	Porto do Funchal (Praça do Povo)

ESTACIONAMENTO DE EMBARCAÇÕES NO CAIS DE RECREIO DO PORTO DO FUNCHAL:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Licença para uso do posto de atracação junto às primeiras escadas sul/norte do Cais da Cidade, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Ema de Freitas & Can, Lda.	"Bonita da Madeira"
Licença para uso do posto de atracação n.º 19 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Santa Maria - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Nau Santa Maria de Colombo"
Licença para uso do posto de atracação n.º 20 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Ocean Limit, Lda.	"Pilar de Banger"

7. Concessões/Licenças

PCR.

IF



Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Licença para uso do posto de atracação n.º 21 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	MW Madeira Waterasport, Unip,Lda	"Madeira Watersport"
Licença para uso do posto de atracação n.º 22 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Magic Dolphin Atividades, Lda. (Bruce Hobley)	"Golfinho Mágico"
Licença para uso do posto de atracação n.º 23 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Nautisantos - Atividades Desportivas, Lda.	"Celtus"
Licença para uso do posto de atracação n.º 24 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Melhor do Mar"
Licença para uso do posto de atracação n.º 25 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Prazer do Mar"
Licença para uso do posto de atracação n.º 26 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Natureza do Mar"
Licença para uso do posto de atracação n.º 28 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de	Investivários, S.A.	"S. PICA"

PCP.

IF


7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.		
Licença para uso do posto de atracação n.º 29 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Douro Acima-Transportes Turismo e Restauração, Lda.	"Alexandra Manuela"
Licença para uso do posto de atracação n.º 31 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Wahoo I"
Licença para uso do posto de atracação n.º 32 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	MW Madeira Waterasport, Unip,Lda	"Parasail"
Licença para uso do posto de atracação n.º 33 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Magic Dolphin Atividades, Lda. (Bruce Hobley)	"Magic Dolphin Sea Safaris"
Licença para uso do posto de atracação n.º 35 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	On Tales, Ida.	"Miranda"
Licença para uso do posto de atracação n.º 37 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Ricardo Quintal Calisto Gouveia	"Chelasmar"

7. Concessões/Licenças

PCH.

IF

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Licença para uso do posto de atracação n.º 27 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Gogoaway, Lda.	"Atlantic Pearl"
Licença para uso do posto de atracação n.º 39 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Oceano Pioneiro-Unipessoal, Lda.	"Ultimate"
Licença para uso do posto de atracação n.º 40 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Manuela"

ZAL – ZONA DE APOIO LOGÍSTICO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para ocupação de plataforma localizada na zona de apoio logístico do Porto Novo	Hipersucata, Lda.	Plataforma n.º 1 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada ao apoio logístico no âmbito da atividade exercida pela titular e ocupação das instalações fixas existentes na plataforma n.º 1	Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A.	Plataforma n.º 2 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada à armazenagem de contentores e ao estacionamento de veículos no âmbito do exercício da atividade exercida pela titular	Daniel Freitas Alves & Filhos, Lda.	Plataforma n.º 3 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada à armazenagem de contentores e estacionamento de viaturas	LOGISLINK - Terminal de Logística, Lda.	Plataforma n.º 4 - ZAL

DCM.
IF
R

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de utilização de plataforma destinada ao estacionamento de viaturas e contentores no âmbito da atividade exercida pelo titular	Reboques Avelino, Lda.	Plataforma n.º 4 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada ao apoio logístico no âmbito da atividade exercida pelo titular	ARINERTE - Sociedade de Exploração e Comercialização de Inertes da Madeira, Lda.	Plataforma n.º 5 - ZAL
Licença para construção e manutenção de um edifício, para o exercício da atividade de Centro de Inspeções Automóveis	MADINSP - Inspeção de Veículos, S.A.	Plataforma n.º 6 - ZAL - Centro de Inspeções
Ocupação de área no Porto Novo	AFAVIAS - Engenharia & Construções, S.A.	Rebocador "AFAMAR" e Pontão "Ponta do Paul"

CANIÇAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para utilização de Loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal com o fim de dar apoio administrativo à atividade desenvolvida pelo titular	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Loja n.º 1
Licença para ocupação de loja no edifício de autoridades do porto do Caniçal	Daniel Freitas Alves e Filhos, Lda.	Escritório n.º 2
Licença para ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	Reboques Avelino, Lda.	Loja n.º 4
Licença para ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	GSLines – Transportes Marítimos Lda.	Loja n.º 5
Licença para ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	Freitas & Caires, Lda.	Loja n.º 9
Licença para ocupação de loja para instalações técnicas no âmbito do exercício da atividade de mergulho profissional exercida pelo titular	TSM – Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda.	Loja A - instalações técnicas da TSM

7. Concessões/Licenças

PC&F

IF



Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para ocupação de loja no edifício G do edifício de autoridades do porto do Caniçal Sindicato nacional dos estivadores, trabalhadores do tráfego, conferentes marítimos e outros	SEAL (Sindicato)	Edifício G - Sede da delegação regional do SEAL
Licença ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	MARINHA - Direcção-Geral da Autoridade Marítima	Loja F
Licença de ocupação de espaço destinado ao exercício da atividade de restauração no edifício de autoridades do porto do Caniçal	Joaquim de Sousa Coelho,	Restaurante Caniçal
Contrato de Concessão de Exploração do Estaleiro Naval para Embarcações em Madeira do Caniçal	J. S. Vieira & Gouveia, Lda.	Estaleiro Naval de Embarcações
Contrato Administrativo Concessão de uma parcela de terreno no Porto de Pesca para construção/instalação de posto de gasóleo abastecimento a embarcações de pesca	Repsol Portuguesa, S.A.	Repsol - Porto de Pesca - Caniçal
Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal	CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	CLCM - Terminal Marítimo de Combustíveis
Alvará de Licença destinado à utilização de instalações amovíveis, destinadas, provisoriamente ao controlo de entrada e saída de mercadorias do Terminal de Carga	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Quiosque - Controlo de entrada e saída de viaturas
Alvará de Licença destinado à colocação de instalações amovíveis destinadas à oficina provisória da OPM	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona C - Oficina provisória
Alvará de licença destinada á utilização da Zona A para colocação de cinco estruturas para ligação de contentores frigoríficos à energia elétrica, a ser fornecida a partir do PT instalado na Zona B	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona A Colocação contentores frigoríficos
Alvará de licença destinada á utilização da Zona B para implantação de um posto de transformação (PT) - alimentar contentores frigoríficos da Zona A e guias	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona B - Contentores frigoríficos
Alvará de licença destinada á utilização da Zona C para os cabos de passagem de energia elétrica	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona C - cabos de passagem de energia elétrica

7. Concessões/Licenças

IF



Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
para alimentar as gruas e os contentores frigoríficos da Zona A		
Licença de ocupação de terraplano no porto do caniçal para criação de zona de lavagem de equipamentos portuários	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	OPM - Lavagem de equipamentos portuários
Licença de ocupação de instalações fixas que se destinam ao exercício da atividade desenvolvida pela ETP	ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.	Escritórios ETP
Ocupação de parcela dominial destinada a 1 conduta subterrânea para (des)carga de cimento no porto do Caniçal	Cimentos Europa	Conduta subterrânea
Ocupação de parcela dominial destinada a 1 conduta subterrânea para carga de asfalto no porto do Caniçal	Comperitrans - Comércio e Serviços Integrados, Lda.	Conduta subterrânea
Ocupação de parcela dominial destinada a um tapete rolante subterrâneo para (des)carga de cereais no porto do Caniçal	Silomad – Silos da Madeira, S.A.	Tapete rolante subterrâneo
Ocupação de parcela dominial destinada a 2 condutas subterrâneas para fornecimento de vapor no porto do Caniçal	Atlantic Island Electricity, S.A.	2 condutas subterrâneas
Ocupação de parcela dominial destinada a 1 conduta subterrânea para (des)carga de asfalto no porto do Caniçal	AECO - Asfalto, Emulsões e combustíveis, Lda.	Conduta subterrânea
Licença precária para ocupação e utilização de terraplano localizado no estaleiro do porto do Caniçal	Etermar – Engenharia e Construção, S.A.	Estaleiro no âmbito da “Empreitada de Reabilitação do Cais de Machico”

PORTO SANTO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Alvará de Licença destinado à manutenção de uma cabine de alumínio para venda de bilhetes de transportes públicos	MOINHO - Rent-a-Car, Lda.	Quiosque no porto

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Alvará de Licença destinado à manutenção do "Entrepasto Cimenteiro" para realização de operação de descarga e movimentação de cimento a granel do navio atracado para o estabelecimento	Cimentos Madeira, Lda.	Cimentos Madeira, Lda.
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo para construção e armazenagem para um posto de venda de gasóleo à navegação	GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	GALP
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restaurante no porto do Porto Santo	José Oliveira Gomes de Sousa	Restaurante
Licença de utilização privativa de parcela dominial para o apoio à atividade de mergulho e guarda dos respetivos equipamentos	Rhea Dive, Lda.	Rhea Dive
Alvará de Licença de uma área de terreno no porto do Porto Santo para implantação de uma unidade de produção de biocombustível a partir do cultivo e transformação termoquímica de microalgas marinhas	EEM & BFS - Energy, S.A. (faturado à Empresa Electricidade da Madeira, S.A.)	Implantação de uma unidade de produção de biocombustível
Utilização de espaço no porto do Porto Santo	Auto Acessórios Colombo - Unipessoal, Lda.	Rent-a-car
Autorização para afixação de mensagem publicitária no Porto Santo	Obvious Seletion Unipessoal, Lda.	Lona "pxo Grill"
Licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à passagem de um cabo de fibra ótica.	NOS Madeira Comunicações, S.A.	Porto do Porto Santo

IF


7. Concessões/Licenças

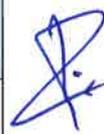
PEQUENOS PORTOS: Câmara de Lobos, Socorridos, Machico, Seixal e Ribeira Brava

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Contrato Administrativo de Concessão de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos destinada à manutenção/ instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação	GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.	Posto de abastecimento - GALP - Câmara de Lobos
Contrato Administrativo de Concessão de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos para instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação	Repsol Portuguesa, S.A.	Posto de venda de combustíveis (motor, escritório e depósito)
Contrato de concessão de uso privativo de parcelas do domínio público sob jurisdição da APRAM, S.A.	Cimentos Madeira, Lda.	Terminal dos Socorridos - Cimentos Madeira
Contrato de concessão de exploração do Porto de Recreio de Machico	Município de Machico	Porto de Recreio de Machico
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais do Seixal e do barracão existente no mesmo	Clube Naval do Seixal	Serviços de carga e descarga de embarcações (todos os potenciais utilizadores)
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais da Ribeira Brava	Aquilha – Aquacultura, Lda.	Guincho no Cais da Ribeira Brava
Licença de uso privativo de 1 parcela dominial, localizada no terraplano do Cais da Ribeira Brava (inclui a ocupação das instalações existentes) para apoio à atividade de aquacultura desenvolvida pelo titular da Licença.	Aquabaía- Sociedade de Aquacultura das Ilhas Lda.	Parcela dominial no terraplano do Cais da Ribeira Brava
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	JOÃO ÓSCAR ABREU DOS SANTOS	Embarcação FRAGATA UM,
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	IGOR FABIANO GOMES FERREIRA	Embarcação ARLINDO
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	ELISABETE RUBINA PEREIRA ROQUE REIS	Embarcação CHAREU

JK
JF

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	FRANCISCO JOSÉ DE ABREU FREITAS	Embarcação CRISTALINA
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	RUI NUNES OLIVEIRA	Embarcação ORCA
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona F do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	JORGE NUNES DE OLIVEIRA	Embarcação O BAILHINHO
licença ocupação da parcela dominial integrada no domínio público marítimo, para colocação de material pirotécnico para lançamento de fogo de artifício, no âmbito da "Festividade em Honra de Nossa Senhora da Conceição	PIROTÉCNIA MINHOTA, LDª	Cais de Câmara de Lobos





PORTOS DA MADEIRA

8. SEGURANÇA

PCH,
JF
P.



O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica da organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.

40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



8. Proteção

PCR.

8. PROTEÇÃO

IF

8.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica da organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.



De modo a ser possível dar cumprimento ao estipulado no referido diploma, no ano de 2018 foi dada continuidade à implementação e monitorização de diversas medidas na área da proteção marítima e patrimonial para que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos, obtida em 2009 e emitida pela Autoridade Nacional, de acordo com as regras do Código ISPS (International Ships and Ports Security).

Assim, são de destacar as seguintes principais ações:

- Implementação dos Planos de Proteção nos termos da certificação ISPS (International Ships and Ports Security) e respetiva monitorização, com destaque especial a implementação do controlo por Raios X do acesso de passageiros aos navios Aida Prima e Aida Nova;
- Avaliação de proteção pela CERTITECNA – Engenheiros Consultores, S.A. à instalação portuária do Funchal com vista à elaboração de um novo Plano de Proteção;
- Adequação das estruturas necessárias ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de proteção das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;
- Continuação da formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo;
- Articulação da atuação com as restantes Autoridades, através do Centro Coordenador de Proteção do Porto nomeadamente com a Capitania, as restantes forças e serviços de Segurança, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira e a Autoridade

8. Proteção

Regional de Saúde, designadamente através da realização de exercícios conjuntos entre as entidades envolvidas;

- Especial articulação com o SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para implementação de procedimentos que permitam cumprir as novas obrigações Frontex (Agência que gere as fronteiras externas da EU), incluindo a alteração do posicionamento das boxes;
- Monitorização dos serviços da empresa de vigilância, que, conjuntamente com a requisição de serviços à PSP, agentes da Polícia Marítima e da Guarda Nacional Republicana – Brigada Fiscal e os Oficiais de Proteção, asseguram a proteção portuária, a todo o tempo;
- Aplicação das novas Diretrizes e matriz nacional para os Planos de Proteção;
- Participação no desenvolvimento da Plataforma JUL (Janela Única Logística), no módulo ISPS;
- Desenvolvimento de um novo regulamento de trânsito para o Porto do Funchal;
- Introdução de nova sinalética de trânsito;
- Desenvolvimento de novos procedimentos de apoio à atividade turística de transporte de passageiros dos navios de cruzeiro (shorex);
- Desenvolvimento de nova metodologia de processamento dos registos de acessos para permitir uma maior eficiência na faturação;
- Desenvolvimento e exercício dos procedimentos de Resgate em Larga de Escala para salvamento e Proteção de passageiros de navios de cruzeiro;
- Desenvolvimento dos procedimentos para operações de Turnaround de média escala (1000 a 1500 passageiros) no Porto do Funchal;
- Desenvolvimento da 1.ª operação de “Fuelling” a gás natural de um navio de cruzeiros no Porto do Funchal, onde se incluem o desenvolvimento dos processos de

8. Proteção

licenciamento, regulamentos de segurança, formação, treino, alteração e implementação de procedimentos;

- Participação no desenvolvimento das “guidelines” para implementação dos LNG (Liquified Natural Gas) nos portos, sob a direção da EMSA (European Maritime Safety Agency);
- Participação no grupo de trabalho da MedCruise, para a abordagem e estudo da implementação de LNG nos portos desta Associação.

PC81.

IF



Foto 20 – Segurança portuária



PORTOS DA MADEIRA

PCR.

JF

9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS



Seatrade Cruise Global – Miami (EUA)



Seatrade Europe – Hamburgo (Alemanha)

40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



9. Marketing e Relações Públicas

PCR.
JF


9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

9.1 Ações de Promoção/Área Comercial

No ano de 2019 as ações desenvolvidas pela APRAM, S.A. ao longo do ano englobaram:

- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as Ilhas Canárias, no âmbito do projeto Cruise Atlantic Islands (CAI), com a participação nos dois grandes eventos mundiais do segmento turismo de cruzeiros Seatrade Cruise Global (EUA – abril) e Seatrade Europe (Alemanha – setembro);
- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as autoridades portuárias portuguesas, no âmbito da marca “Cruise Portugal”;
- Conjunto de reuniões preparatórias para o desenvolvimento da operação de *turnaround* com a TUI Cruises (incluindo *site inspection*); com os representantes da companhia na Região, nomeadamente, o agente de navegação (JFM Shipping), com a agência de shorex (Intercruises), ANA Aeroportos, bem como reuniões com as entidades oficiais, com os serviços envolvidos nesta operação, que movimenta mais de 3000 passageiros em embarque e desembarque por escala, num total de 6 escalas na época de 2019/20, sendo que a operação de 5 de dezembro foi cancelada, realizando-se a primeira em 26 de dezembro;
- Participação da APRAM, S.A. num jantar que juntou na Madeira os agentes de viagem franceses da EDV – Entreprises du Voyages, promovido pela APM (janeiro);
- Participação da APRAM, S.A. em duas reuniões na CMF, no âmbito do “PAMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável”, com o vereador Arq.º Bruno Martins, bem como análise e validação do documento final, na parte que compete aos aspetos identificados no estudo sobre as acessibilidades entre porto/cidade, nos seus pontos fortes e pontos críticos;

9. Marketing e Relações Públicas

- Acolhimento e reunião projeto EcoMarPort, que reuniu na Gare Marítima da Madeira os parceiros OOM – Observatório Oceanográfico da Madeira e PLOCAN – Plataforma Oceanográfica de Canárias (março);
- Participação da APRAM, S.A. na 54.ª Assembleia-Geral da MedCruise e respetivo congresso, em Ege Port Kusadasi, Turquia (maio), e 55ª Assembleia-Geral da MedCruise e respetivo congresso, em Juan-les-Pins, França (outubro).
- Assinatura do protocolo LREC/ APRAM, no salão nobre do Governo Regional (maio)
- Representação institucional da APRAM na EXPOMADEIRA 19, dentro do stand do Governo Regional;
- Participação na ICS – International Cruise Summit 2019, organização Cruise News Media Group, que reúne anualmente em Madrid os *stakeholders* e *trade* do turismo de cruzeiro (novembro);
- Acolhimento ao turista de cruzeiros nas épocas festivas do Carnaval e Festa da Flor, com iniciativas em parceria com clientes de publicidade “La Vie” e parceiros como os Carreiros do Monte;
- Celebração do Dia Mundial do Turismo, em parceria com a DRT, com ofertas aos passageiros de navios de cruzeiro no porto do Funchal (setembro);
- Elaboração de plano para o desenvolvimento de ações promocionais coordenadas ao longo do ano com a AP Madeira, reforço das ações promocionais;
- Reuniões ao longo do ano com os agentes de navegação, numa perspetiva de dinamização do segmento de cruzeiros e discussão dos pontos críticos para o desenvolvimento de ações conjuntas e de interesse para todas as partes;
- Organização de diversas reuniões para o desenvolvimento das operações com os navios da Fred Olsen Cruise Lines para o evento “4Fred’s in Funchal”, que terá lugar no porto do Funchal em abril de 2020;

9. Marketing e Relações Públicas

- Ações de promoção junto dos tripulantes e da companhia, nomeadamente com a vertente de dar a conhecer a gastronomia regional. Num total de 3 ações realizadas em parceria com a APM e focadas com a companhia Fred Olsen, uma vez que se projetava o evento referido no ponto anterior;
- Desenvolvimento de parceria/ protocolo com a CTP – Confederação do Turismo de Portugal, para a participação anual da APRAM no estudo desenvolvido sobre o setor do Turismo, nomeadamente no que concerne ao envio de informação estatística sobre os portos da Madeira;
- Desenvolvimento e apoio ao inquérito desenvolvido pela APM, para o passageiro de turismo de cruzeiro americano, que escala a Madeira em transatlântico, para a perceção das suas necessidades e perceber como destino o pode captar para visitar a Região;
- Apoio ao inquérito desenvolvido pela HF, no âmbito do projeto “Madeira: Civitas Destination”;
- Participação da APRAM no congresso da APAVT, que teve lugar na Madeira, de 14 a 16 de novembro;
- Ação de promoção junto dos navios de cruzeiro no dia 31 de dezembro, para simbolizar as festas de Fim-de-Ano e dar a conhecer produtos da gastronomia madeirense.

Destaque para as primeiras escalas de navios emblemáticos nos portos da Madeira em 2019:

- Novo Mein Schiff 2 (TUI Cruises)
- AIDA Perla (Aida Cruises)
- “Le Dumont d’Urville” (Le Ponant)
- “Hanseatic Nature” e “Hanseatic ” (Happag-Lloyd)
- “Marella Explorer 2” (Marella Cruises)

PCM:
IF


9. Marketing e Relações Públicas

- “Spirit of Discovery” (Saga Cruises)
- “Azamara Pursuit” (Azamara Cruises)
- “Sky Princess” (Princess Cruises)
- “World Explorer”, navio com registo Madeira e de um empresário português (Nicko Cruises)
- Despedida do navio “Oriana” (P&O Cruises), que sai de operação.

9.2 Coordenação dos espaços sob jurisdição da APRAM, S.A.

- Dinamização e cedência dos espaços na Praça do Povo e arredores para eventos, da iniciativa de entidades públicas e privadas (ao longo de todo o ano);
- Autorizações e coordenação de pareceres dos serviços da APRAM sobre os pedidos de associações e clubes para competições náuticas;
- Organização das comemorações do “Dia do porto”, em julho, evento que, em 2019, teve o habitual espetáculo dos rebocadores da APRAM, S.A. com o lançamento de jatos de água na baía do Funchal, a assinatura do protocolo entre a APRAM e a HF, a atribuição de placas comemorativas aos Clubes Náuticos e a entrega de diplomas aos funcionários com mais de 35 anos de serviço;
- Organização do colóquio sobre os “40 Anos da Regionalização dos Portos da RAM”, com intervenções do primeiro Diretor Regional dos Portos e do então Vice-Presidente e Presidente do Governo Regional da Madeira;
- Homenagem aos Diretores e Presidentes dos Portos da Madeira;
- Criação do “Meu Selo” alusivo aos 40 anos da Regionalização dos Portos da Madeira;
- Criação e apresentação de um vídeo sobre os momentos mais decisivos desta Autoridade Portuária;

9. Marketing e Relações Públicas

P.C.P.

- Colocação de uma lona no exterior do edifício da gare, evocando os 40 anos da Regionalização dos Portos da Madeira IF
- Organização e coordenação das festas de Natal da APRAM, onde se inclui o Cocktail de Natal alargado à Família Portuária, sessão de circo para os funcionários e respetivas famílias (dezembro) e Festa dos Reis (janeiro), este último um momento de proximidade e identidade corporativa, entre os colaboradores da APRAM, S.A.; P.C.P.

9.3 Atividades na Gare Marítima da Madeira

- Criação de um espaço de Lounge na Gare Marítima da Madeira, no porto do Funchal, para apoio aos passageiros e tripulantes;
- Continuação da catalogação e recolha de espólio documental para o núcleo histórico dos portos, situado na gare;
- Acolhimento a visitas de estudo:
 - Escola Santana 12.º da disciplina de Geografia (fevereiro);
 - Curso Profissional, Técnico de Secretariado, 10.º ano, da Escola Básica e Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva (março);
 - Universidade de Canárias visita ao Porto do Caniçal, no âmbito de “Master Interuniversitario de Ingeniería de Puertos y Costas” (julho);
 - Visita ao porto do Caniçal de professores holandeses que fazem parte da formação “Teacher Network Transportation and Logistics” (outubro);
 - Visita ao porto do Funchal por grupo de alunos da Escola Gonçalves Zarco, no âmbito do projeto “Clube Europeu” (novembro).

9.4 Comunicação

O ano de 2019 foi uma continuidade dos objetivos definidos e realizados, nos anos anteriores, de acordo com o Plano de Comunicação da APRAM:

9. Marketing e Relações Públicas

- Procedeu-se regularmente à atualização da comunicação institucional, no site e na página do Facebook;
- Elaboração da newsletter mensal e manutenção de informação atualizada nas newsletters e boletins das associações que a APRAM, S.A. integra, nomeadamente a APP – Associação dos Portos de Portugal;
- A página do Facebook foi a principal plataforma de interação nas redes sociais, em estreita ligação com o trabalho editorial concretizado na newsletter e no site. A página tem 8 276 seguidores;
- A atuação nas redes sociais, sobretudo no Facebook, tem sido uma forma de aproximação aos principais grupos de interesse, não só da comunidade portuária como do público, em geral, dentro e fora da Madeira;
- O objetivo editorial é não só divulgar as estatísticas, os contextos, as conjunturas e a evolução dos diferentes setores portuários, como também dar visibilidade às histórias de quem trabalha ou trabalhou nos portos e a sua relação próxima com estas infraestruturas e o mar, num conceito de storytelling;
- Fomento de um bom relacionamento com os media. Envio de press releases sempre que se justifique;
- Clipping e Media Training;
- Recolha de dados, elaboração de textos e assessoria, algumas vezes, em colaboração com os serviços homólogos da tutela;
- Garantir, por intermédio das relações públicas, a formação da identidade da APRAM, S.A., a nível interno e externo;
- Assegurar todas as ferramentas de comunicação institucional: relações públicas, protocolo, assessoria de imprensa, edição editorial, identidade corporativa, marketing público.



PORTOS DA MADEIRA

Rese -

IF

10. CLCM - CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA



40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



10. CLCM – Centro Logístico de Combustíveis da Madeira

FCB.
IF


10. CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA

A APRAM, S.A. vem dirimindo desde 2007 com a CLCM um diferendo na interpretação de cláusulas do contrato celebrado com aquela empresa, com vista à exploração do centro de logística de combustíveis da Madeira, implantado parcialmente em área sob jurisdição da APRAM, S.A..

Por via dessa ocupação, foi celebrado o referido contrato que previa o pagamento de uma taxa mensal pela ocupação de área dominial sob a jurisdição da APRAM, S.A..



Imagem terminal CLCM Caniçal (imagem site oficial Ordem dos Engenheiros)

Após 33 meses de cumprimento regular e, conseqüente do contrato celebrado, a CLCM deixou de pagar as taxas mensais previstas no contrato. A APRAM, S.A. tem vindo a pugnar desde sempre pela periodicidade mensal das referidas taxas, faturando-as nessa mesma periodicidade à CLCM, tendo procurado seguir as vias contratualmente previstas para a resolução de litígios de interpretação do contrato: a tentativa de conciliação, que terminou sem acordo, e a constituição de um tribunal arbitral, que avaliou as posições de ambas as

10. CLCM – Centro Logístico de Combustíveis da Madeira

partes, ouviu testemunhas e peritos e, após audiência de julgamento, proferiu a sua decisão em Julho de 2014, decisão essa que foi favorável às pretensões da APRAM, S.A..

Na verdade, o referido tribunal arbitral concluiu que a periodicidade da taxa era mensal, tendo condenado a CLCM ao pagamento das taxas devidas desde 2007, acrescidas de juros de mora e demais custos fixados no Regulamento de Tarifas.

Interpelada para pagamento no cumprimento dos ditames da sentença arbitral, retorquiu a CLCM com a interposição de um recurso nos tribunais comuns da decisão arbitral, o que impediu que a decisão arbitral tivesse transitado em julgado.

A APRAM, S.A., porque estava munida de uma sentença arbitral, a cujo eventual recurso havia sido apenas atribuído efeito devolutivo, emitiu certidão de dívida que remeteu à Repartição de Finanças de Machico para que esta procedesse à cobrança coerciva da dívida através de processo de execução fiscal.

A CLCM deduziu oposição à referida execução, resguardando-se no facto de não existir ainda trânsito em julgado da decisão arbitral.

A APRAM, S.A. continua a emitir mensalmente as faturas que entende serem devidas, do mesmo modo que periodicamente atualiza o montante que considera ser devido em sede de cobrança coerciva, emitindo certidões de dívida adicionais.

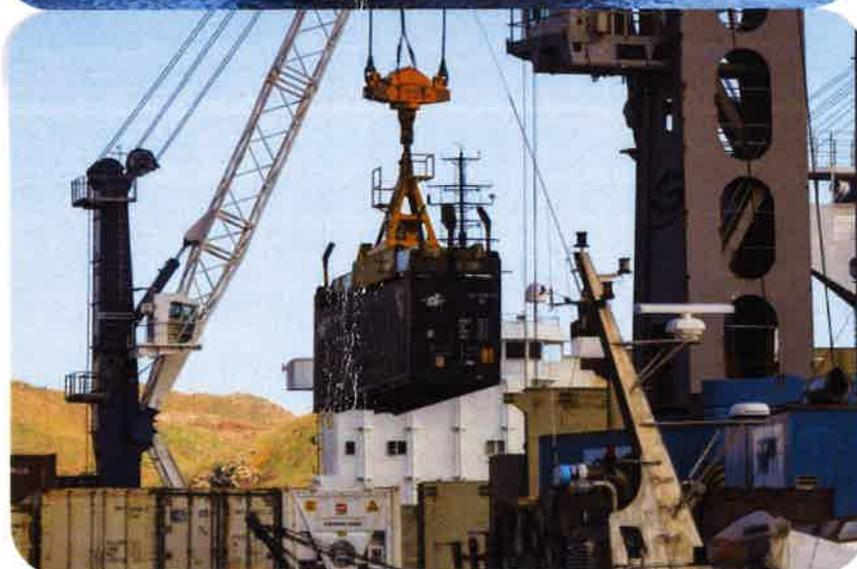


PORTOS DA MADEIRA

11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

PCh,

IF



40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



11 Análise Económica e Financeira

PCe.
TF


11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2019 a APRAM, S.A. apresentou um EBITDA positivo de 3,846 M€, o que representa uma margem bruta de 25%.

Para a formação deste resultado não foram consideradas as imparidades, bem como os aumentos/reduções de justo valor. Foram consideradas as verbas recebidas a título de indemnizações compensatórias, resultantes da entrada em vigor da Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, que eliminou a TUP/Carga e que se traduziu numa redução substancial da faturação da APRAM, S.A, cuja receita é indispensável ao seu normal funcionamento.

Resumidamente, os Rendimentos e Gastos de exploração são os constantes no mapa infra, obtendo-se uma margem bruta de exploração de 3.846.254,11 euros, correspondendo a 25% dos rendimentos de exploração.

Quadro 9 - Depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)

Descrição	Exercícios	
	2019	2018
Rendimentos de exploração	15 404 980,36	15 629 501,05
Gastos de exploração	11 558 726,25	11 014 410,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	3 846 254,11	4 615 090,72
Margem EBITDA (%)	25%	30%

Fonte: APRAM, S.A.

O Ativo Líquido atingiu os 285,345 M€ e registou uma diminuição de 10,985 M€ face ao ano anterior.

Esta diminuição verificou-se em quase todas as rubricas do ativo. Contribuíram para esta redução, as depreciações do ativo, que anualmente refletem nas contas de resultados o desgaste dos bens do ativo fixo tangível e intangível da empresa e a diminuição do saldo

11 Análise Económica e Financeira

PC&L.
IF


e caixa e bancos, visto que este ano a maior parte do saldo transitado do ano 2018 foi utilizado para o pagamento de parte do serviço da dívida do ano 2019.

Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de Instituto Público, que sucedeu à Direção Regional de Portos, o ativo líquido tem vindo a crescer fruto dos elevados investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários, pese embora, e conforme já explanado, a tendência será a oposta: o ativo líquido a decrescer porque o investimento já está consolidado por força do efeito das amortizações e depreciações.

No entanto, a médio e longo prazo o ativo líquido poderá vir a decrescer menos e mesmo vir a aumentar, devido à possibilidade de recuperação ou reabilitação de infraestruturas portuárias que sofrem frequentemente danos significativos em períodos de condições meteo oceanográficas desfavoráveis e ondulação excessivas, a qual só será concretizável com medidas de apoio ao investimento, nomeadamente, o financiamento de fundos comunitários (POVT), do Fundo de Coesão Nacional, da Lei de Meios

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 13.042.872,22 euros, pesando fortemente as amortizações e depreciações do exercício ao que acrescem os resultados da função financeira.

O Passivo Corrente atingiu os 25,738 M€, registando-se assim um decréscimo de 65,424 M€, por força da diminuição das dívidas de curto prazo de “Financiamentos obtidos”, ou seja, onde são registados os valores a amortizar dos empréstimos de médio e longo prazo no próximo ano (2020) e os contratos de mútuo, celebrados com o acionista para fazer face ao serviço da dívida.

Por deliberação da Assembleia Geral de 28 de março, deu-se a conversão dos contratos de mútuo, celebrados nos termos das resoluções do Conselho do Governo Regional n.º 8/2016, de 14 de janeiro e 148/2017 de 16 de março, no valor de 44.422.065,33€, em aumento do capital social, o que contribuiu para a diminuição expressa no parágrafo anterior. Deste modo, o capital realizado da APRAM, S.A. passou a ser de 103.551.570€,

11 Análise Económica e Financeira

representado por 20.710.314 ações de valor nominal de 5€ cada, totalmente subscrito e realizado pelo seu acionista único (Região Autónoma da Madeira).

De um modo geral, todas as rubricas do passivo corrente apresentam uma diminuição, com exceção das dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, onde se registam os valores a entregar em janeiro de 2020, por contas das retenções dos vencimentos de dezembro de 2019, bem como o valor do IVA a pagar em janeiro e fevereiro de 2020 e referente aos períodos de novembro e dezembro de 2019.

As dívidas a fornecedores em conta corrente apresentam um ligeiro aumento, que sendo estas inexpressivas nas contas da APRAM, S.A. quase não tem peso na composição do balanço. Resulta do esforço que a empresa tem feito para não deixar valores em dívida no final do ano económico, facilmente comprovado na análise das dívidas a fornecedores de investimentos.

Os passivos financeiros detidos para negociação, onde são registados os valores de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, apresentam também uma redução, que vai tendencialmente diminuindo, na “proporção” da amortização dos empréstimos bancários a que estão associados.

Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, são positivos, atingindo o valor de 4,939 M€. Este facto deve-se ao registo do impacto financeiro nas contas das operações de cobertura de risco de taxa de juro, onde se registou em 2019 uma variação positiva e um ligeiro aumento das rubricas de impostos e taxas e das prestações de serviços. Por outro lado, o facto da empresa reconhecer anualmente nos seus resultados o valor dos subsídios ao investimento na mesma proporção das amortizações do exercício, resulta numa melhoria dos resultados da empresa.

Associado a estes resultados, também se encontra uma política de gestão, criteriosa e rigorosa, com procura constante de novos rendimentos, no sentido da APRAM, S.A. conseguir ganhos acrescidos com a sua atividade operacional.

11 Análise Económica e Financeira

Apesar das orientações do acionista que originaram uma quebra de receita efetiva, plasmadas na Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto, que aboliu a TUP carga na exportação de mercadorias e a emissão de certificados de isenção de pilotagem aos comandantes dos navios da linha regular que operam nos portos do Caniçal e Porto Santo, receita esta não compensada pelo Governo Regional através de indemnizações compensatórias, verificou-se um aumento nas receitas provenientes das prestações de serviços.

Rendimentos de Exploração

Os rendimentos de exploração decresceram globalmente 1%, quando comparado com ano anterior, apenas circunstanciais à ocorrência do aumento extraordinário nas rubricas de subsídios ao investimento no ano 2018. Se não fosse por este motivo, os rendimentos de exploração teriam uma variação positiva neste ano.

Na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, a variação negativa (-23%) prende-se com o facto da empresa no ano anterior (exercício económico de 2018) ter corrigido os valores recebidos dos contratos programa em vigor e que se iniciaram em anos anteriores 2016 e 2017, devido aos investimentos necessários para a reposição/reparação de algumas infraestruturas, bens e equipamentos que foram fortemente danificados pelo temporal do dia 10 de dezembro de 2013 e que afetaram diversos portos, nomeadamente o porto do Funchal, do Caniçal, o cais de Machico, o terminal de inertes do Porto Novo, bem como os valores recebidos com indemnizações/sinistros.

Quadro 10 - Rendimentos de Exploração

Un.: Euros

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2019	2018	%	Valor
Impostos, contribuições e taxas	1 877 128,30	1 721 288,73	9%	155 839,57
Prestações de serviços	6 142 969,70	9 748 567,83	- 37%	-3 605 598,13
Subsídios à exploração	4 481 155,36	370 051,48	1111%	4 111 103,88
Outros rendimentos e ganhos	2 903 727,00	3 789 593,01	- 23%	-885 866,01
Total	15 404 980,36	15 629 501,05	- 1%	-224 520,69

Fonte: APRAM. S.A.

11 Análise Económica e Financeira

Gastos de Exploração

Verifica-se este ano que o total das rubricas de exploração da empresa, tiveram um acréscimo de gastos na ordem dos 5% (0,544 M €). As principais rubricas deste agrupamento são: fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal.

Note-se que:

- Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um ligeiro acréscimo de 0,160 M€, sendo que a rubrica de trabalhos especializados é a que apresenta um maior acréscimo decorrente da imputação à APRAM, S.A. da quota parte das responsabilidades assumidas pela APP no âmbito do projeto JUL – Janela Única Logística, bem como da implementação dos planos de emergência e segurança nos portos da RAM e do estudo de viabilidade técnica e económica financeira das atividades de reboque e amarração.
- Importa referir que os maiores gastos da rubrica de fornecimentos e serviços externos, prendem-se com a conservação e reparação de equipamentos marítimo portuários e infraestruturas portuárias, a limpeza, higiene e conforto (recolha de resíduos a navios), com o combustível para as embarcações, viaturas e máquinas de apoio à operação portuária, com a energia elétrica e a água que também é abastecida aos navios que demandam os portos da RAM, com a vigilância e segurança, com os trabalhos especializados, nomeadamente com os gastos com os honorários de advogados, associados aos processos judiciais em curso. Saliente-se também o peso dos seguros dos equipamentos marítimos e terrestres, bem como ao aumento nas áreas cobertas e do risco de cobertura do seguro de riscos de exploração, que veio onerar um pouco os gastos desta rubrica;
- Os gastos com o pessoal apresentam uma ligeira descida. Durante o exercício de 2019, foram para a reforma dois efetivos da APRAM, S.A. que se encontravam no topo da carreira, pese embora estes fatos terem ocorrido no último semestre deste exercício. Contribui, igualmente, para esta redução o cômputo das horas extraordinárias no âmbito da prestação de serviço na marina do Porto Santo.

PCL
IF


11 Análise Económica e Financeira

Todas as variações dos gastos com o pessoal (aumentos ou diminuições) com obrigações de descontos legais (segurança social e caixa geral de aposentações), refletem-se nos encargos com remunerações.

De referir ainda que, em 2019 foi alterada a nomenclatura de contabilização dos gastos respeitantes à formação dos recursos humanos, na nova interpretação da convenção do SNC, contribuindo para a redução dos gastos desta rúbrica.

- Na rubrica “Outros gastos e perdas” estão refletidos os gastos com os resíduos sólidos, e demais impostos que registaram um aumento, comparativamente ao ano anterior. De salientar que alguns gastos associados a esta rúbrica têm correspondência nas receitas da APRAM, S.A., pois estão diretamente ligados à atividade da empresa.

Quadro 11 - Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2019	2018	%	Valor
Fornecimentos e serviços externos	2 978 967,03	2 819 078,56	6%	159 888,47
Gastos com pessoal	7 802 731,08	7 780 938,92	0%	21 792,16
Outros gastos e perdas	777 028,14	414 392,85	88%	362 635,29
Total	11 558 726,25	11 014 410,33	5%	544 315,92

Fonte: APRAM, S.A.

Estrutura dos Gastos de Exploração

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso continua a centrar-se nos “Gastos com o pessoal”, com 67,51%, seguindo-se os “Fornecimentos e serviços externos”, com 25,77% e os “Outros gastos e perdas” com 6,72%.

Quadro 12 - Estrutura dos Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2019	2018
Fornecimentos e serviços externos	25,77%	25,59%
Gastos com pessoal	67,51%	70,64%
Outros gastos e perdas	6,72%	3,77%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
 Gare Marítima da Madeira • Terminal Sul do Porto do Funchal • 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
 TEL: 351 291 20 86 00 • FAX: 351 291 22 01 96
 portosdamadeira@apram.pt • www.apram.pt

11 Análise Económica e Financeira

Fundos Libertos

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se positiva devido ao valor dos “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” serem suficientes para cobrir o resultado líquido negativo, gerando fundos libertos.

ACK -
IF


Quadro 13 - Fundos Libertos

Rubricas	Exercícios	
	2019	2018
Resultado líquido do exercício	(13 042 872,22)	(12 550 647,92)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13 744 331,55	13 654 040,54
Provisões do exercício	(1 875,03)	60 000,00
Fundos Libertos	699 584,30	1 163 392,62
Investimento	5 899 905,02	1 047 044,77
Cobertura do investimento por autofinanciamento	0.011,86%	0.111,11%

Fonte: APRAM, S.A.

Situação Financeira e Patrimonial

O quadro que se segue evidencia a evolução da situação patrimonial no período de 2019/2018.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 98% do ativo líquido total, sendo a parcela com maior representatividade nas contas da APRAM, S.A., o que reflete o volume de investimento efetuado, de acordo com as orientações de gestão do acionista.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um decréscimo de 2,985 M€, representando 1,44% do ativo líquido total.

Este decréscimo é justificado essencialmente pela diminuição da rubrica de caixa e bancos, visto que este ano a maior parte do saldo transitado do ano 2018 foi utilizado para o pagamento de parte do serviço da dívida de 2019.

Importa referir que, para o ligeiro aumento das dívidas de clientes da APRAM, S.A. contribui a dívida da CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, SA. Esta empresa recusa-se a pagar a faturação mensal da APRAM, S.A., procedendo recorrentemente à sua

11 Análise Económica e Financeira

contestação nas instâncias próprias. Acresce ainda aqui informar que, mesmo tendo sido condenada em sede de tribunal arbitral, recusou-se ao pagamento das quantias devidas à APRAM, SA. e interpôs recurso jurisdicional da decisão do tribunal arbitral que segue os seus trâmites.

Quadro 14 – Situação Financeira e Patrimonial (1)

ATIVO	EXERCÍCIOS		
	31-12-2019	31-12-2018	%
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	281 241 891,65	289 234 647,96	-2,76%
Ativos intangíveis	6 892,43	14 161,31	-51,33%
Total do ativo não corrente	281 248 784,08	289 248 809,27	-2,77%
ATIVO CORRENTE			
Inventários	10 000,00	10 000,00	0,00%
Clientes	2 023 189,23	1 944 373,47	4,05%
Estado e outros entes públicos	76 027,71	99 097,70	-23,28%
Outras contas a receber	282 611,09	425 595,03	-33,60%
Diferimentos	347 911,06	81 949,81	324,54%
Caixa e depósitos bancários	1 356 986,70	4 521 399,30	-69,99%
Total do ativo corrente	4 096 725,79	7 082 415,31	-42,16%
TOTAL DO ACTIVO	285 345 509,87	296 331 224,58	-3,71%

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um acréscimo no Património Líquido, influenciado, em especial, pelo aumento de capital no montante de 44.422.065,33, resultante da conversão dos contratos de mútuo, celebrados entre a Região Autónoma da Madeira e a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 2016 e em 2017.

Este aumento veio trazer uma maior solidez à empresa em virtude da diminuição significativa do passivo corrente, bem como da melhoria do património líquido, uma vez que veio esbater o efeito dos Resultados líquidos que têm sido negativos (cobertura de prejuízos), bem como o decréscimo das “Outras variações no património líquido”, que vai diminuindo à medida que vai sendo imputado parte do valor dos subsídios ao investimento na proporção das depreciações do exercício.

11 Análise Económica e Financeira

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a APRAM, S.A. considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza, tendo sido apenas reconhecidos impostos diferidos passivos sobre os subsídios ao investimento.

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se um acréscimo (para os 90,98%), que decorre por um lado pelo aumento do património líquido (pelos motivos explanados nos parágrafos anteriores) e por outro pelo aumento do “Passivo Não Corrente” em virtude da transferência dos valores em dívida associados aos contratos de mútuo celebrados com o acionista (Governo Regional da Madeira) para “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo, apesar da dívida à Banca Comercial de médio e longo prazo, que vem diminuindo progressivamente, na medida das amortizações dos financiamentos bancários.

No que respeita ao “Passivo Corrente”, os “Financiamentos obtidos” de curto prazo, apresentam um decréscimo pelos motivos explicados nos parágrafos anteriores, e a sua redução foi na ordem dos 64,245 M€, representando 5,93% do Património Líquido e passivo. Nesta rubrica estão registados os valores a reembolsar em 2020 e referentes a empréstimos contraídos junto do BEI, Commerzbank, Déxia Crédit Local e ao acionista (empréstimo de mútuo). O decréscimo verificado nesta rubrica, respeita aos empréstimos de mútuo com o acionista, que foram convertidos em aumento do património/capital, no presente exercício económico.

Tal como no ano anterior, procedeu-se ao registo do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, contemplado na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”. Este valor veio contribuir para a diminuição do passivo corrente e a expectativa é que este valor venha a ser tendencialmente menor, em função da amortização dos empréstimos bancários a que as operações de *Swap* de taxa de juro estão associadas.

A par do ano anterior, este ano verifica-se também uma diminuição da rubrica “Outras contas a pagar” devido, sobretudo, à diminuição das dívidas a outros credores.

PCh
IF


11 Análise Económica e Financeira

Quadro 15 – Situação Financeira e Patrimonial (2)

PATIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	EXERCÍCIOS		
	31-12-2019	31-12-2018	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	103 551 570,00	59 129 505,00	75,13%
Reservas	3 458 448,87	3 458 448,87	0,00%
Excedentes de revalorização de ativos fixos			
Outras variações no património líquido	74 428 262,54	72 226 414,11	3,05%
Resultados transitados	(50 451 077,88)	(37 341 385,96)	35,11%
Resultado líquido do exercício	(13 042 872,22)	(12 550 647,92)	3,92%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	117 944 331,31	84 922 334,10	38,89%
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	162 107,04	197 510,30	-17,92%
Financiamentos obtidos	122 873 307,09	101 971 945,71	20,50%
Passivos por impostos diferidos	18 627 140,43	18 076 678,33	3,05%
Total do passivo não corrente	141 662 554,56	120 246 134,34	17,81%
Capitais permanentes	259 606 885,87	205 168 468,44	26,53%
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18 785,32	18 580,36	1,10%
Adiantamentos de clientes	165,65		
Estado e outros entes públicos	497 101,02	366 506,56	35,63%
Financiamentos obtidos	16 928 381,96	81 174 366,00	-79,15%
Fornecedores de investimentos	19 188,13	95 892,98	-79,99%
Outras contas a pagar	1 296 234,72	1 388 726,44	-6,66%
Outros passivos financeiros	6 688 188,16	8 118 683,80	-17,62%
Outros passivos financeiros	290 579,04		
Total do passivo corrente	25 738 624,00	91 162 756,14	-71,77%
TOTAL DO PASSIVO	167 401 178,56	211 408 890,48	-20,82%
TOTAL DO PATRIM. LÍQUIDO + PASSIVO	285 345 509,87	296 331 224,58	-3,71%

Fonte: APRAM, S.A.

Fundo de Maneio

O fundo de maneio apresenta-se positivo (1,995 M€), pelo que as dívidas de clientes e os inventários são suficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

11 Análise Económica e Financeira

Ph.
IF
P

De salientar, neste exercício económico, o aumento das dívidas de clientes e a diminuição das dívidas a fornecedores, na ordem dos 0,078 M€ e -0,076 M€, respetivamente.

Quadro 16 – Fundo de Maneio

Rubricas	Exercícios		Variação
	2019	2018	%
Dívidas de clientes + Inventários (1)	2 033 189,23	1 954 373,47	4,03%
Fornecedores (2)	37 973,45	114 473,34	-66,83%
Fundo de maneio (3) = (1) - (2)	1 995 215,78	1 839 900,13	8,44%

Fonte: APRAM, S.A.

Rácios de Natureza Económica

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) e ao desempenho das prestações de serviços obtidas no exercício, os indicadores económicos da APRAM, S.A. em 2019 apresentam-se semelhantes às dos anos anteriores.

A rentabilidade das prestações de serviços decresceu (mais negativa), devido à variação negativa dos Resultados de Exploração da empresa, apesar do ligeiro aumento nas prestações de serviços.

A rendibilidade do Património Líquido melhorou ligeiramente, apesar do Resultado líquido mais negativo, sendo este compensado com a melhoria no Património líquido.

Quadro 17 – Rácios de Natureza Económica

Rubricas	Exercícios	
	2019	2018
Vendas e prestações de serviços / Ponto crítico (1)	0,96	0,92
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-0,85	-0,78
Rendibilidade do ativo (ROI) (3)	-0,05	-0,04
Rendibilidade do património líquido (ROE) (4)	-0,11	-0,15

Fonte: APRAM, S.A.

- Notas: (1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)
 (2) Resultados operacionais / Prestações de serviços
 (3) Resultados líquidos / Ativo total líquido
 (4) Resultados líquidos / Património líquido

11 Análise Económica e Financeira

Rácios de Natureza Financeira

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado próximo do ano anterior, com ligeiras melhorias, apesar do resultado líquido negativo e dos resultados transitados que, paulatinamente, vão “consumindo” o património líquido da empresa.

O aumento no capital social, que ocorreu este ano e em 2016, por força da conversão dos contratos de mútuo em capital social, veio contribuir para uma maior solidificação do património líquido.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi positiva, passando de 8% para 16%.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se um ligeiro aumento, evidenciando, deste modo, os factos acima expostos (Aumento de capital/património e diminuição das dívidas de “Financiamentos obtidos” de curto prazo, apesar do aumento dos resultados transitados negativos).

O prazo médio de cobrança neste exercício foi de 61 dias e o prazo médio de pagamento foi de 2 dias. No entanto de salientar que, sendo estes prazos calculados em função dos saldos apresentados no final do ano, não têm grande significado para a gestão, devendo ser considerados meramente indicativos. Efetivamente, na prática corrente de crédito/pagamentos a fornecedores, estes rondam em média os 45 dias.

Quadro 18 – Rácios de Natureza Financeira

Rubricas	Exercícios	
	2019	2018
Liquidez Geral (1)	0,16	0,08
Autonomia Financeira (2)	0,41	0,29
Solvabilidade (3)	0,70	0,40
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,92	0,71
Capacidade de endividamento (5)	1,83	1,71
<i>Debt-to-equity</i> (6)	1,19	2,16
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	61	62
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	2	2

Fonte: APRAM, S.A.

PCH.
IF


11 Análise Económica e Financeira

- Notas: (1) Ativo corrente / Passivo corrente
(2) Património líquido/Ativo total líquido
(3) Património líquido/Passivo total
(4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos
(5) Capitais permanentes/Passivos não correntes
(6) Passivo financeiro/ Património líquido
(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias) / Vendas + Prestação de serviços
(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias) / Fornecimentos e serviços externos + Compras

Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 13.042.872,22 euros, propondo-se que este valor seja levado à conta de Resultados Transitados.

Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal

A APRAM, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

Perspetivas Futuras

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com as orientações de gestão e com o plano de atividades e orçamento, prevê-se a continuação e conclusão de várias empreitadas em curso bem como a execução de novos investimentos, designadamente:

- Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal;
- Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal;
- Reparação dos danos causados pelo temporal do dia 10 de dezembro de 2013 no cais de Machico;
- Dragagem do porto do Funchal;
- Reparação do porto do Porto Santo;
- Reconstrução do cais da Ribeira Brava;
- Substituição dos cabeços Funchal;

PCP.

IF



11 Análise Económica e Financeira

- Aquisição de equipamentos de movimentação e veículos automóveis (viaturas, gruas e empilhadores);
- Reparação e requalificação de pequenos portos e cais;
- Reparação das mangas de embarque e desembarque de passageiros do porto do Funchal;
- Aquisição/aluguer de equipamentos de raio X para o porto do Funchal;
- Reparação de defensas e fornecimento de defesa para o porto do Funchal;
- Aquisição de um portaló para o porto do Porto Santo;
- Substituição da rede de abastecimento de águas e reparação da rede de esgotos do porto do Funchal;
- Reparação e reabilitação do edifício do gabinete de recursos e ambiente e do edifício da portaria, no porto do Funchal;
- Reabilitação e requalificação do forte de Nossa Senhora da Conceição;
- Empreitada de alteração das áreas de diversas entidades e impermeabilização da cobertura da Gare Marítima;
- Reformulação do projeto existente do arruamento de ligação entre a praça CR7 e a rampa RO-RO no porto do Funchal;
- Reparação e manutenção da marina do porto do Porto Santo;
- Consolidação da falésia e construção da rampa varadouro do cais da Ribeira Brava.

O financiamento, deverá ser efetuado através do recurso a verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional e da Lei de Meios, contratualizadas através de contratos programa de investimentos com o Governo Regional e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

11 Análise Económica e Financeira

PCP.
IF


Nesta fase, e face à conjuntura económica e financeira, continua a ser necessária a assunção pelo acionista dos valores a pagar por conta do serviço da dívida, no sentido de desonerar a APRAM, S.A. desse encargo, libertando assim os fundos da empresa para a sua atividade de exploração/corrente, facto que ocorreu ao longo do ano de 2019 e que, aliado a uma melhor performance da cobrança a clientes, permitiu salvaguardar e melhorar a tesouraria da empresa.

Em 2019 foi celebrado um contrato de mútuo de curto prazo, para o pagamento do serviço da dívida, cujo montante ascendeu no exercício a 16.684.230,00 €, vencendo-se as primeiras prestações em 2022.

De salientar que desde janeiro de 2014, a APRAM, S.A. está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

A APRAM, S.A. atenta à gestão criteriosa e rigorosa da sua tesouraria, tem por objetivo conseguir fazer face aos compromissos com os fornecedores e manter uma atividade saudável e viável. A não acontecer, as dívidas a fornecedores/contas a pagar, tenderão a crescer significativamente no futuro, com as inerentes responsabilidades.

Em 2020 e no contexto da pandemia provocada pelo novo coronavírus, foram tomadas pelo Estado e pelo Governo Regional da Madeira uma série de medidas destinadas a conter a sua propagação. Tais medidas tiveram um forte impacto a nível económico, financeiro e social, afetando profundamente todos os agentes económicos, pelo que o Governo adotou então uma série de medidas excecionais de apoio às famílias, empresas e empresários, por forma a minimizar os prejuízos sofridos, tal como resumidamente se abordará no ponto 11 das notas explicativas do anexo às Demonstrações Financeiras, do presente Relatório.

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aos 4 de junho de 2020

11 Análise Económica e Financeira

O Conselho de Administração,

A Presidente,



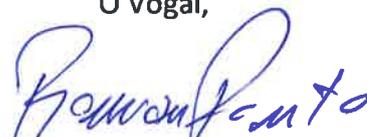
(Paula Cristina Araújo Dias
Cabaço Silva)

A Vogal,



(Isabel Alexandra Vieira de
Brito Figueiroa)

O Vogal,



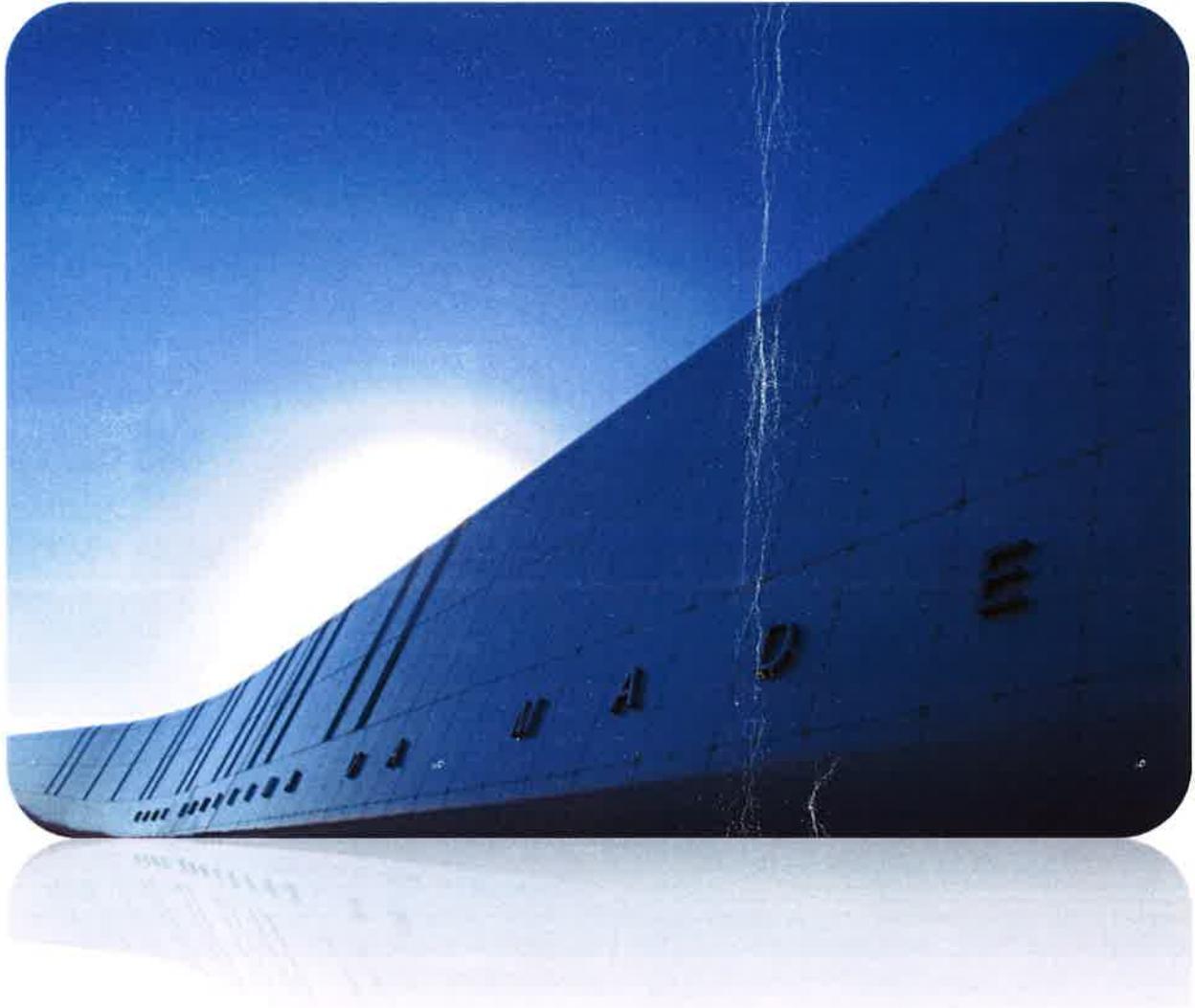
(Roman Feliciano
Neto Pinto)



PORTOS DA MADEIRA

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

PCB
JF
[Handwritten signature]
4



40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



12 Demonstrações Financeiras e Anexos

POA.
JF
P.
A

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

DE 01.01.2019 A 31.12.2019

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.1 Balanço Individual em 31 de dezembro de 2019

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	281 241 891,65	289 234 647,96
Ativos intangíveis	3	6 892,43	14 161,31
		281 248 784,08	289 248 809,27
Ativo corrente			
Inventários	7	10 000,00	10 000,00
Clientes, contribuintes e utentes		2 023 189,23	1 944 373,47
Estado e outros entes públicos	16	76 027,71	99 097,70
Outras contas a receber		282 611,09	425 595,03
Diferimentos		347 911,06	81 949,81
Caixa e depósitos bancários	14	1 356 986,70	4 521 399,30
		4 096 725,79	7 082 415,31
Total do ativo		285 345 509,87	296 331 224,58
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/ Capital	12	103 551 570,00	59 129 505,00
Reservas		3 458 448,87	3 458 448,87
Resultados transitados		(50 451 077,88)	(37 341 385,96)
Outras variações no Património Líquido	9	74 428 262,54	72 226 414,11
Resultado líquido do período		(13 042 872,22)	(12 550 647,92)
Total do Património Líquido		117 944 331,31	84 922 334,10
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	10	162 107,04	197 510,30
Financiamentos obtidos	12	122 873 307,09	101 971 945,71
Passivos por impostos diferidos	9	18 627 140,43	18 076 678,33
		141 662 554,56	120 246 134,34
Passivo corrente			
Fornecedores		18 785,32	18 580,36
Adiantamentos de clientes		165,65	
Estado e outros entes públicos	16	497 101,02	366 506,56
Financiamentos obtidos	12	16 928 381,96	81 174 366,00
Fornecedores de investimentos		19 188,13	95 892,98
Outras contas a pagar		1 296 234,72	1 388 726,44
Passivos financeiros detidos para negociação	12	6 688 188,16	8 118 683,80
Outros passivos financeiros		290 579,04	
		25 738 624,00	91 162 756,14
Total do passivo		167 401 178,56	211 408 890,48
Total do Património Líquido e Passivo		285 345 509,87	296 331 224,58

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

JCh.
IF
[Handwritten signature]

12.2 Demonstração individual de resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2019	31/12/2018
Impostos e taxas	8	1 877 128,30	1 721 288,73
Vendas e serviços prestados	8	6 142 969,70	9 748 567,83
Transferência correntes e subsídios à exploração obtidos		4 481 155,36	370 051,48
Fornecimentos e serviços externos	15	(2 978 967,03)	(2 819 078,56)
Gastos com o pessoal	13	(7 802 731,08)	(7 780 938,92)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	(339 188,68)	(357 542,76)
Provisões (aumentos/reduções)	10	1 875,03	(60 000,00)
Aumentos/reduções de justo valor		1 430 495,64	1 837 348,70
Outros rendimentos e ganhos	8	2 903 727,00	3 789 593,01
Outros gastos e perdas		(777 028,14)	(414 392,85)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 939 436,10	6 034 896,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	(13 744 331,55)	(13 654 040,54)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(8 804 895,45)	(7 619 143,88)
Juros e rendimentos similares obtidos	8	5 216,32	8 266,51
Juros e gastos similares suportados	6	(4 795 422,97)	(5 514 854,33)
Resultado antes de impostos		(13 595 102,10)	(13 125 731,70)
Imposto sobre o rendimento do período	16	552 229,88	575 083,78
Resultado líquido do período		(13 042 872,22)	(12 550 647,92)

Handwritten signatures and initials: A, IF, DM

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.3 Demonstração das alterações do Património Líquido

Demonstração das Alterações do Património Líquido no período 2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL								
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIÁÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	(6)	59.129.505,00	3.458.448,87	(23.530.953,56)	0,00	76.215.332,98	(13.231.085,12)	102.041.248,17	0,00	102.041.248,17
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos				(579.347,28)				(579.347,28)		(579.347,28)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				(13.231.085,12)		(3.988.918,87)	13.231.085,12	(3.988.918,87)		(3.988.918,87)
	(7)	0,00	0,00	(13.810.432,40)	(0,00)	(3.988.918,87)	13.231.085,12	(4.568.266,15)	0,00	(4.568.266,15)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(8)						(12.550.647,92)	(12.550.647,92)		(12.550.647,92)

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL								
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIACÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
RESULTADO INTEGRAL (9) = (7) + (8)		0,00	0,00	(13.810.432,40)	(0,00)	(3.988.918,87)	680.437,20	(17.118.914,07)	0,00	(17.118.914,07)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2018										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
(10)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018 (11) = (6) + (7) + (8) + (10)		59.129.505,00	3.458.448,87	(37.341.385,96)	0,00	72.226.414,11	(12.550.647,92)	84 992 334,10	0,00	84 992 334,10

Handwritten signatures and initials: P, TI, and another signature.

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

Demonstração das Alterações do Património Líquido no período 2019

DESCRIÇÃO	NO TAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL								
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZA ÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2019	(1)	59 129 505,00	3 458 448,87	(37 341 385,96)	0,00	72 226 414,11	(12 550 647,92)	84 922 334,10	0,00	84 922 334,10
ALTERAÇÕES NO ANO 2019										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos				(559 044,00)		(550 462,11)		(1 109 506,11)		(1 109 506,11)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				(12 550 647,92)		2 752 310,54	12 550 647,92	2 752 310,54		2 752 310,54
	(2)	0,00	0,00	(13 109 691,92)	0,00	2 201 848,43	12 550 647,92	1 642 804,43	0,00	1 642 804,43
RESULTADO LÍQUIDO DO ANO 2019	(3)						(13 042 872,22)	(13 042 872,22)		(13 042 872,22)

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

DESCRIÇÃO	NO TAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL								
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZA ÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)	0,00	0,00	(13 109 691,92)	0,00	2 201 848,43	(492 224,30)	(11 400 067,79)	0,00	(11 400 067,79)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2019										
Realizações de capital		44 422 065,00						44 422 065,00		44 422 065,00
Realizações de prémios de emissão								0,00		0,00
Distribuições								0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00		0,00
Outras operações								0,00		0,00
	(5)	44 422 065,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44 422 065,00	0,00	44 422 065,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019		103 551 570,00	3 458 448,87	(50 451 077,88)	0,00	74 428 262,54	(13 042 872,22)	117 944 331,31	0,00	117 944 331,31
(6) = (1)+(2)+(3)+(5)										

Handwritten signature and initials: PCH. IF

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

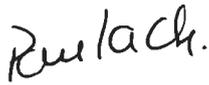
12.4 Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 301 778,83	11 851 609,22
Pagamentos a fornecedores		(3 550 616,17)	(3 516 772,63)
Pagamentos ao pessoal		(7 616 816,46)	(7 240 328,29)
Caixa gerada pelas operações		(2 865 653,80)	1 094 508,30
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(4 263,50)	
Outros recebimentos / pagamentos		3 935 336,36	34 198,61
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 065 419,06	1 128 706,91
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6 009 339,16)	(1 041 289,40)
Ativos intangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			12 322,00
Subsídios ao investimento		5 547 530,51	525 438,74
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(461 808,65)	(503 528,66)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		16 684 230,00	21 145 513,34
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15 606 787,33)	(15 606 786,33)
Juros e gastos similares		(4 845 465,68)	(5 505 321,18)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		(3 768 023,01)	33 405,83
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
		(3 164 412,60)	658 584,08
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 521 399,30	3 862 815,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 356 986,70	4 521 399,30

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

O Conselho de Administração,

A Presidente,



(Paula Cristina de Araújo Dias
Cabaço da Silva)

A Vogal,



(Isabel Alexandra V. de Brito
Figueiroa)

O Vogal,



(Roman Feliciano Neto Pinto)

A Contabilista Certificada,



(Priscila Maria Martins Candelária)



PORTOS DA MADEIRA

PCH.
IF
[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

13. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO DE 2019



40 Anos

18-08-1979

REGIONALIZAÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA
MADEIRA PORTS REGIONALIZATION - 40 YEARS



PCd.
IF
J.F.
Q

13. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade:

- (a) **Designação da entidade:** APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.
- (b) **Endereço:** Gare Marítima da Madeira – Molhe da Pontinha – Porto do Funchal, 9004-518 Funchal.
- (c) **Código da classificação orgânica:** 5055 - APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.; CAE: 52220-R3; NIPC: 511 137 753
- (d) **Tutela:** Vice-Presidência da Região Autónoma da Madeira e Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares.
- (e) **Legislação que criou a APRAM, S.A. e principal legislação aplicável:** Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M de 23 de agosto; Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9; Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12; Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24/07; Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07; Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03; Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11; Lei n.º 58/2005, de 29/12; Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05; Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08; Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10; Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2/06; Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08; Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira.
- (f) **Natureza da Atividade:** A APRAM, S. A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o SERAM com obrigações de serviço público e dedica-se à prestação de serviços inerentes à atividade portuária, bem como à gestão e fiscalização dos espaços dominiais sob a sua jurisdição, na Região Autónoma da Madeira.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

- (g) Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

1.2 Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

- (a) **Indicação que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC - AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, regulamentado pela portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, aplicando-se, ainda, o nível de normalização contabilística correspondente às 27 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as consequentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa, nomeadamente a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho. Foi tida, ainda, em consideração a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que altera os Decretos-Leis n.º 158/2009, de 13 de julho e 36-A/2011, de 9 de março.

Justificação das disposições do SNC-AP que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade: Não existem casos excecionais que impliquem a derrogação de qualquer disposição do SNC-AP.

Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2018.

2. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

(a) **Ativos fixos tangíveis:** Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. O custo de aquisição inclui todas as despesas atribuíveis à aquisição do bem.

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens próprios e do domínio público, que foram inventariados e avaliados em 1999, por avaliadores independentes e integrados nas contas da APRAM, S.A. no exercício de 2000. O efeito líquido das avaliações que estava reconhecido nos “Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis” foi transferido para “Resultados transitados”.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo registadas por duodécimos, de forma a reintegrarem o valor dos bens durante a vida útil esperada.

A partir do ano 2011, passaram a ser utilizadas as taxas mínimas para todos os bens, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro de 2009, No entanto, de realçar que no ano 2007 foram alteradas as taxas de amortização das infraestruturas marítimo-portuárias para a taxa mínima, em virtude de se ter considerado que a taxa utilizada (taxa máxima), não era a que melhor evidenciava a durabilidade deste tipo de infraestruturas, aplicando-se uma taxa de 2,5%, em vez da que estava a ser até então aplicada (5%).

Em 2018, os bens passaram a ser classificados de acordo com o classificador complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições de funcionamento/utilização, pelo que passarão a ser depreciados a



13

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso ou nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela empresa.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas respetivas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

As despesas correntes com a reparação e manutenção do ativo fixo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de valor significativo, que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas, de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

- (b) **Acordos de concessão de serviços: Concedente.** Nos acordos de concessão de serviços é utilizado o modelo de atribuição de um direito onde a APRAM, S.A. concede a terceiros o direito de obter rendimentos pelo uso do ativo.
- (c) **Ativos intangíveis:** Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.
- (d) **Custos dos empréstimos obtidos:** Os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.
- (e) **Inventários:** As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o que for mais baixo.

- (f) **Rendimento de transações com contraprestação:** Os rendimentos com contraprestação resultam da prestação de serviços a terceiros.

Os rendimentos são reconhecidos quando cumprem as seguintes condições:

- A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluirão para a APRAM, S.A.;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos suportados com a transação e os custos totais para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento associado às prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poder ser recebido em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As prestações de serviços são apresentadas líquidas de devoluções e de descontos comerciais.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e de acordo com a taxa de juro aplicável.

- (g) **Rendimento de transações sem contraprestação:** Os rendimentos de transações sem contraprestação recebidos pela APRAM, S.A. são subsídios.

Os subsídios ao investimento a fundo perdido, contratualizados com o Governo Regional através de Contratos Programa e por conta de verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional, destinados ao financiamento de investimentos em ativos fixos, são reconhecidos anualmente na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis que foram objeto de financiamento. São registados na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

- PCF.
TF
[Handwritten signature]
- (h) **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal como resultado de um acontecimento passado e que seja provável que a APRAM, S.A. tenha de pagar essa obrigação, podendo ser feita uma estimativa fiável da quantia da mesma.

As provisões referem-se a processos judiciais em curso, e foram constituídas de acordo com as análises de risco feitas pela APRAM, S.A. e pelos seus consultores legais.

A APRAM, S.A. não reconhece passivos nem ativos contingentes.

- (i) **Acontecimentos após a data de relato:** Os eventos ocorridos após a data de relato que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do relato que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- (j) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros, encontram-se mensurados, em cada data de relato, ao custo menos qualquer perda por imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade, isto é, perde benefícios económicos futuros, sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Em cada data de relato é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

PCJ.
IF



13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

- (k) **Benefícios de empregados:** As obrigações decorrentes dos benefícios de empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o seu pagamento.

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, do subsídio de férias e respetivos encargos a pagar são contabilizados nos gastos do exercício a que dizem respeito, independentemente da data do respetivo pagamento.

- (l) **Imposto sobre o rendimento:** A APRAM encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%.

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se, ainda, sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.



13

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, quando aplicável, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza e tendo sido apenas reconhecidos impostos diferidos passivos sobre subsídios ao investimento.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes: Não aplicável.

2.3 Julgamentos que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras: Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro: As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

pch.
IF
[Handwritten signature]

3. Ativos intangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2018	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 2018
ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	95 198,00				95 198,00
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(73 701,93)	(7 334,76)			(81 036,69)
Propriedade industrial e outros direitos					0,00
	21 496,07	(7 334,76)	0,00	0,00	14 161,31

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2019	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL 2019
ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	95 198,00	119,00			95 317,00
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(81 036,69)	(7 392,58)		4,70	(88 424,57)
	14 161,31	(7 268,88)	0,00	0,00	6 892,43

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

(a) Descrição do contrato	(b) Período (início - fim)
Contrato de concessão de prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, n.º 3, freguesia da Sé, Concelho do Funchal, constituído por 2 pisos - exploração de todo o edifício para a atividade de bar-disco e snack-bar	07/02/2013 - 31/12/2042
Contrato de concessão de exploração dos pipelines e respetivos tanques para abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal	30/04/2014 - 31/03/2024
Contrato de concessão de uso privativo para construção e exploração de um espaço de exposições e museológico, reperfilamento da praça do mar e integração de PT	21/09/2019 - 20/09/2045
Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal	03/06/2015 - 02/06/2025
Contrato de Concessão de Exploração do Estaleiro Naval para Embarcações em Madeira do Caniçal	17/01/2013 - 16/01/2023
Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal	03/01/2005 - 02/01/2035
Contrato de concessão de uso privativo de parcelas do domínio público sob jurisdição da APRAM.	01/01/1997 - 31/12/2031
Contrato de concessão de exploração do Porto de Recreio de Machico	05/09/2004 - 04/09/2024

PCM.
IF
P.
P.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

(a) Descrição do contrato	(b) Período (início – fim)
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação	02/01/2000 – 03/11/2024

5. Ativos Fixos Tangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2018	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 2018
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	2 280 144,21				2 280 144,21
Edifícios e outras construções	527 407 714,00			61 374,23	527 469 088,23
Equipamento básico	29 688 206,39	123 993,65	(174 579,26)	28 820,00	29 666 440,78
Equipamento de transporte	559 356,64	40 961,30			600 317,94
Equipamento administrativo	2 449 494,00	328,00			2 449 822,00
Outros ativos fixos tangíveis	1 157 121,01				1 157 121,01
Ativos fixos tangíveis em curso	53 913,93	881 761,82		(92 664,23)	843 011,52
Adiantamentos por conta de investimentos					
Ativo tangível bruto	563 745 589,55	1 047 044,77	(174 579,26)	(2 470,00)	564 465 945,69
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(261 908 810,58)	(13 646 705,78)	174 579,26		(275 231 297,73)
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					0,00
Total do ativo fixo tangível líquido	301 836 778,97	(12 599 661,01)	0,00	(2 470,00)	289 234 647,96

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2019	AUMENTOS	ALIEN AÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 2019
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	2 280 144,21				2 280 144,21
Edifícios e outras construções	527 469 088,23			2 149 190,04	529 618 278,27
Equipamento básico	29 666 440,78	132 305,70			29 798 746,48
Equipamento de transporte	600 317,94	39 478,80			639 796,74

PCR.
IF

13

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019



RUBRICAS	SALDO INICIAL 2019	AUMENTOS	ALIEN AÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 2019
Equipamento administrativo	2 449 822,00	1 867,41			2 451 689,41
Outros ativos fixos tangíveis	1 157 121,01	19 601,50			1 176 722,51
Ativos fixos tangíveis em curso	843 011,52	5 706 532,61		(2 149 190,04)	4 400 354,09
Adiantamentos por conta de investimentos					
Ativo tangível bruto	564 465 945,69	5 899 786,02	0,00	0,00	570 365 731,71
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(275 231 297,73)	(13 736 938,97)	0,00	(155 603,36)	(289 123 840,06)
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					0,00
Total do ativo fixo tangível líquido	289 234 647,96	(7 837 152,95)	0,00	(155 603,36)	281 241 891,65



Ao longo do ano foram executados os projetos de investimento aprovados no Plano e Orçamento de 2019, com o intuito de reabilitar e preservar várias estruturas portuárias e também garantir a segurança dos seus visitantes e utentes. Destacamos assim, a reconstrução do cais da Ribeira Brava e de Machico, a reparação do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal, a substituição dos cabeços existentes por outros de maior capacidade, nos portos da Madeira, contabilizados na rubrica ativos fixos tangíveis em curso.

Dos ativos que se encontravam em curso, foram transferidos para a rubrica do ativo fixo “edifícios e outras construções”, o cais da Ponta do Sol e o reforço do manto de proteção do terraplano nascente do porto do Caniçal.

Foram adquiridos alguns ativos necessários à atividade, tais como, defensas, um portaló, carros de bagagem, viaturas e computadores, verificando-se assim um acréscimo no ativo tangível bruto.

Em relação ao ativo fixo tangível líquido, confirma-se um decréscimo na ordem dos 3%, para o qual contribuiu o efeito das amortizações dos investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários, realizados em anos anteriores, e que em 2019 já se encontram consolidados.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

6. Custo dos Empréstimos Obtidos

- (a) **Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos:** De um modo geral, os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.
- (b) **Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:** No decorrer do exercício de 2019, a APRAM, S.A. suportou 4.795.422,97 € de juros e gastos similares, respeitantes a empréstimos obtidos.
- (c) **Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização:** A taxa de juro utilizada para o cálculo dos juros bancários, está de acordo com os valores efetivamente cobrados pelas respetivas entidades bancárias. Na maior parte dos casos, está a ser indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de um spread bancário.

RUBRICAS	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÃO
<u>JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS</u>			
Juros suportados de empréstimos bancários	4 723 469,11	5 424 539,03	-12,92%
Outros gastos e perdas de financiamento	71 953,86	90 315,30	-20,33%
TOTAL DE JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	4 795 422,97	5 514 854,33	-13,05%

7. Inventários

As mercadorias e os materiais de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

O valor do Inventário apresentado é de 10.000 euros, sendo que o valor bruto de aquisição é de 104.480,88 €, com uma perda por imparidade associada no valor de 94.480,88 euros.

Em 31 de Dezembro de 2019 os valores registados na contabilidade são os seguintes:

13

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019



MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATERIAIS DE CONSUMO
Saldo inicial		10.000,00
Regularização de existências		
Saldo Final	0,00	10.000,00

8. Rendimento de transações com contraprestação

Quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação reconhecida durante o período, incluindo o rendimento proveniente de:

RUBRICAS	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÃO
<u>IMPOSTOS E TAXAS</u>			
Concessões e alugueres diversos	1 877 128,30	1 721 288,73	9,05%
<u>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</u>			
TUP Navio	1 379 885,40	1 246 848,66	10,67%
TUP Carga Geral	218,05	69 420,75	-99,69%
Armazenamento de contentores	176 360,64	206 424,99	-14,56%
Serviços Diversos	80 382,28	31 822,94	152,59%
Amarração / desamarração	489 252,34	483 685,69	1,15%
Serviço de reboques	541 062,20	627 787,19	-13,81%
Serviço de lancha	7 460,00	8 494,00	-12,17%
Serviço de pilotagem	818 529,43	780 720,85	4,84%
Serviço de báscula / pesagem	10 722,65	10 060,85	6,58%
Fornecimento de mão-de-obra	94 024,30	107 531,95	-12,56%
Serviço de guindagem	95 351,16	79 885,34	19,36%
Fornecimento de água	118 243,36	128 335,88	-7,86%
Fornecimento de energia elétrica	60 111,87	39 892,08	50,69%
TUP granéis sólidos	76 661,34	225 916,88	-66,07%
TUP granéis líquidos	130 113,37	264 471,48	-50,80%
TUP contentores	87 044,15	3 039 066,95	-97,14%
TUP veículos	47 260,00	574 008,50	-91,77%

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

RUBRICAS	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÃO
Tráfego de passageiros	1 374 069,19	1 304 292,05	5,35%
Fundeadouro de navios		17 841,51	-100,00%
Taxa de resíduos	482 007,05	441 660,60	9,14%
Taxa de ISPS	74 210,92	60 398,69	22,87%
TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	6 142 969,70	9 748 567,83	-36,99%
TOTAL DOS IMPOSTOS E TAXAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	8 020 098,00	11 469 856,56	-30,08%
<u>TRANSFERÊNCIA CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS</u>			
Subsídios	324 355,36	370 051,48	-12,35%
Indemnizações compensatórias	4 156 800,00		
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIA CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	4 481 155,36	370 051,48	1110,95%
<u>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</u>			
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		10 100,00	
Correções relativas a exercícios anteriores	58 758,35	743 839,04	-92,10%
Subsídios para investimentos	2 795 219,98	2 758 796,59	1,32%
Outros rendimentos e ganhos	49 748,67	276 857,38	-82,03%
TOTAL DOS OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2 903 727,00	3 789 593,01	-23,38%
<u>JUROS</u>			
Outros juros	5 216,32	8 266,51	-36,90%
TOTAL DOS JUROS	5 216,32	8 266,51	-36,90%
TOTAL	15 410 196,68	15 637 767,56	-1,46%

Em 2019, a rubrica “prestação de serviços” verificou um crescimento nos serviços associadas à navegação, tais como, TUP navio, amarração e desamarração, pilotagem e

PCH.

IF



13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

taxa de resíduos. Este acréscimo deve-se, essencialmente, ao aumento do número de escalas, dado que tivemos mais cinco navios de cruzeiro a visitarem os portos da Madeira comparativamente com o ano 2018. Além disso, o incremento no tráfego de passageiros também é justificado pela passagem de alguns navios com maior capacidade hoteleira em relação ao ano transato.

Por outro lado, verificou-se um decréscimo nas rubricas de receita da prestação de serviços à carga, consequência da entrada em vigor da resolução n.º 295/2018, de 16 de maio e da portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, as quais isentaram e eliminaram as taxas de uso do porto (TUP) associadas à carga. A referida eliminação foi compensada através do recebimento de indemnizações compensatórias no montante de 4.156.800,00 euros. No total, a rubrica de prestação de serviços teve um decréscimo na ordem dos 37%.

9. Rendimento de transações sem contraprestação

Os subsídios atribuídos à APRAM, S. A., a fundo perdido, a coberto da outorga de Contratos-Programa entre a empresa e o Governo Regional da Madeira, para financiamento de investimentos, são registados como outras variações no património líquido, e reconhecidos anualmente na demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Manteve-se em 2019 o critério adotado em 2018 acerca da valorização e avaliação da natureza dos subsídios existentes na empresa e pelo historial dos mesmos, foi efetuada uma alteração ao critério de registo dos mesmos, passando os mesmos a serem registados pelo recebimento e não pela sua atribuição, uma vez que não é possível garantir com exatidão os valores a receber em cada período.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem os gastos associados.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÃO
<u>OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO</u>			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(80 299,17)	(80 299,17)	0,00%
Sub-total (1)	(80 299,17)	(80 299,17)	0,00%
Molhe exterior do porto do Caniçal	30 672 529,03	31 480 177,51	-2,57%
Remate nascente da plataforma marítima	175 235,10	183 058,14	-4,27%
Molhe exterior da pontinha	670 354,12	705 832,48	-5,03%
Apoio náutico do Porto Santo	390 704,83	409 309,99	-4,55%
Ampliação do cais de Machico	243 164,24	261 869,12	-7,14%
Ampliação do cais da Calheta	309 978,98	324 739,82	-4,55%
Berço de estacionamento de navios	146 438,55	164 720,55	-11,10%
Estaleiro naval do porto de pesca	405 147,93	426 471,57	-5,00%
Sistema de guiamento de embarcações	102 129,14	106 992,38	-4,55%
Embarcações de madeira	183 308,61	192 037,53	-4,55%
Ampliação do cais do Paúl do Mar	1 464 172,73	1 522 467,41	-3,83%
Aquisição de rebocador polivalente	28 650,66	42 896,34	-33,21%
Ligação viária da avenida Sá Carneiro	19 078,84	38 157,88	-50,00%
Ampliação do cais do Porto Moniz	5 930 387,97	6 158 479,77	-3,70%
Fundo de coesão do porto do Funchal	8 408 896,79	8 727 106,07	-3,65%
POVT do porto do Porto Santo	14 450 521,89	14 904 823,29	-3,05%
Contrato programa de investimentos	1 411 437,84	1 488 041,16	-5,15%
POVT - Zona acostável norte do porto do Funchal	20 357 643,35	20 927 905,43	-2,72%
Contrato programa - Fundo coesão do Porto do Caniçal	1 745 550,84	1 795 423,68	-2,78%
51461 - Reforço manto proteção molhe sul Porto do Funchal	482 560,23	43 700,40	1004,25%
51463 - Reparação do porto do Porto Santo	12 785,60	12 785,60	0,00%
51466 - Reparação danos temporal 10 dezembro 2013 cais Machico	1 511 049,48	14 219,10	10526,90%
51568 - Apetrechamento marina leste cais cidade	60 169,39	60 169,39	0,00%
51805 - Reparação terminal de contentores Porto do Caniçal	72 696,61	72 696,61	0,00%
51800 - Requalificação e reabilitação do cais da Ponta do Sol	528 674,28	16 843,05	3038,83%

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

IF



Descrição	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÃO
51553 - Otimização frente de proteção marítima depósito inertes criada a nascente do cais Funchal	529 286,40	227 127,34	133,04%
51903 - Reparação dos cabeços nos portos da RAM	654 074,83	75 340,00	768,16%
51796 - Aquisição de equipamento de movimentação e veículos	91 388,61		
51799 - Reconstrução do cais da Ribeira Brava	701 271,11		
51806 - Diversas ações manutenção porto Caniçal	149 556,57		
52027 - Reparação e requalificação de pequenos portos e cais	58 556,21		
51807 - Reforço do manto de proteção do terraplino nascente do Porto do Caniçal	1 168 301,38		
Subtotal (2)	93 135 702,14	90 383 391,61	3,05%
Impostos Diferidos	(18 627 140,43)	(18 076 678,33)	3,05%
TOTAL DAS OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (1) + (2)	74 428 262,54	72 226 414,11	3,05%

Para além dos subsídios anteriores (ao investimento), a APRAM, S.A. participa num conjunto de projetos transnacionais ou outros, comparticipados pela Comunidade Europeia, designadamente:

- Ecomarports;
- JUL – Janela Única Logística;
- GAINN - LNG Green CID;
- INTERREG - Atlantic Blue Port.

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para riscos e encargos				
Provisões	197 510,30	43 125,00	(78 528,26)	162 107,04
Provisões para riscos e encargos	197 510,30	43 125,00	(78 528,26)	162 107,04

13

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

O reforço da provisão para riscos e encargos refere-se à impugnação do concurso público para a prestação de serviços de docagem de algumas embarcações.

A anulação da provisão concerne à desistência das seguintes ações:

- **Processo n.º 56/17.7BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Autora: PARTIDO SOCIALISTA

Espécie: Ação Administrativa

Valor: € 5 000,01

Data de Autuação: 24.02.2017

Estado em 31.12.2019: Pendente [fase de articulados]

Descrição Sumária: Ação interposta pelo PARTIDO SOCIALISTA e em que este pede, em resumo, a condenação da APRAM, S.A. a recolocar o cartaz da propaganda política em causa e respetivo suporte, propriedade do A., no local de onde o mesmo foi removido.

- **Processo n.º 6553/18.0T8FNC - Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal**

Autor: Nelson Filipe Melim de Vasconcelos

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 5 000,01

Data de Autuação: 24.11.2018

Estado em 31.12.2019: Pendente [fase de Recurso]

Descrição Sumária: Ação interposta contra a APRAM, S.A. por Nelson Filipe Melim de Vasconcelos, em que este, em síntese e entre o mais, pede a condenação da APRAM, S.A. a proceder à sua reintegração no seu posto de trabalho.

- **Processo n.º 5854/15.3T8FNC - Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal**

Autora: Sónia Maria de Oliveira de Sousa

Espécie: Espécie: Ação de Processo Comum

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

Valor: € 5 000,01

Data de Autuação: 20.10.2015

Estado em 31.12.2019: Pendente [fase de recurso]

Descrição Sumária: Ação interposta contra a APRAM, S.A. e contra a sociedade TRINTA E TRÊS BARRA DEZASSEIS – ASSISTÊNCIA NAÚTICA, S.A. por Sónia Maria de Oliveira de Sousa, em que esta, em síntese e entre o mais, pede a sua reintegração na APRAM, S.A., em consequência da cessação do “Contrato de Conceção, Construção e Exploração de infraestruturas de apoio a atividades náuticas de recreio, no terraplano do porto do Poto Santo”.

Estão em curso processos judiciais, em que a APRAM, S.A. é parte e que a seguir se enumeram:

- **Processo n.º 271/15.8BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Impugnante: MADMAR – Movimentação e Comercialização de Inertes, Lda.

Ré: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Descrição do litígio: Impugnação Judicial de Ato de Indeferimento de Revisão Oficiosa de Atos de Liquidação de Taxas

Valor: € 396.681,51

- **Processo n.º 11752/14, 2.º Juízo — 1.ª Secção (Contencioso Administrativo) Tribunal Central Administrativo Sul**

Impugnante: CLCM — COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA, S.A.

Ré: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Descrição do litígio: A APRAM, S.A. deu início a uma ação arbitral contra a ("CLCM"), relativa à cláusula 4-ª do contrato administrativo de concessão do uso privativo de uma parcela localizada no domínio público marítimo, celebrado entre aquelas sociedades em 3 de Janeiro de 2004, tendo esta como objeto saber se a taxa prevista na referida cláusula é devida pela CLCM tinha uma periodicidade mensal ou anual. A CLCM interpôs recurso do Acórdão proferido pelo Tribunal Arbitral em 15 de julho de 2014, que deu razão à APRAM, S.A.,

- **Impugnações Judiciais contra liquidações de taxas efetuadas pela APRAM, S.A.**

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

N.º de Processo: 267/14.7BEFUN

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Funchal (ex-Tribunal Tributário de Lisboa)

Objeto da ação: Liquidação de taxas efetuada pela APRAM, S.A. no montante de € 2.308.952,06, correspondente às faturas Bol. Faturas com referência aos meses de outubro de 2007 a julho de 2014.

Posição processual da APRAM, S.A.: Impugnada

Contraparte: CLCM – COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA, SA

Valor da ação: € 2.308.952,06

Estado do processo: A sociedade CLCM — COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA, SA deduziu impugnação judicial contra a liquidação de taxas efetuada pela APRAM, S.A., no montante de € 2.308.952,06, correspondente ao valor da certidão de dívida extraída para efeitos de promoção de execução fiscal e que determinou a instauração do Processo de Execução Fiscal n.º 2828201401070681, pelo Serviço de Finanças de Machico.

- **Por despacho judicial de 27 de outubro de 2017, o juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal determinou a apensação aos presentes autos dos processos de impugnação n.ºs 320/14.7BEFUN, 57/15.OBEFUN, 286/15.6BEFUN, 342/15.OBEFUN, 470/15.2BEFUN, 123/16.4BEFUN, 235/16.4BEFUN e 313/16.OBEFUN.**

Para além destes existem, com o mesmo objeto, os processos com os números 21/17.4BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 165/17.2BEFUN (Valor da ação 76.172,70), 278/17.OBEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 348/17.5BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 40/18.3BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 163/18.9BEFUN (Valor da oposição: € 76.172,70), 348/18.8BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70).

- **Oposições às execuções tributárias de taxas liquidadas pela APRAM, S.A.**

Processo n.º: 286/15.6BEFUN.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Objeto da ação: Oposição à execução fiscal instaurada para cobrança das taxas liquidadas pela APRAM, S.A.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

IF




Posição processual da APRAM, S.A.: Entidade emitente da certidão de dívida

Contraparte: CLCM — Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.

Com o mesmo objeto, nomeadamente os Processos n.ºs 337/15.4BEFUN, 106/16.4BEFUN, 136/17.9BEFUN, 3/18.9BEFUN, 166/18.3BEFUN

- **Proc.: 360/18.7BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Tipo de Processo: Processo de contencioso pré-contratual

Autor: TECNOVIA MADEIRA – Sociedade de Empreitadas, S.A.

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Contrainteressados: NAVALTAGUS – Reparação e Construção Naval, S.A. e ENP – Estaleiros Navais de Peniche, S.A.

Descrição do litígio: Trata-se de uma ação de contencioso pré-contratual que tem por objeto a impugnação do ato de adjudicação do lote 2 praticado no Concurso Público para Prestação de Serviços de Docagem das embarcações da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., “Boqueirão”, “Ilhéu de Cima” e “Comandante Valério de Andrade”.

- **N.º de Proc.: 395/18.0BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Tipo de Processo: Processo de contencioso pré-contratual

Autor: ENP – Estaleiros Navais de Peniche, S.A (ENP).

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A (APRAM, S.A.).

Contrainteressados: NAVALTAGUS – Reparação e Construção Naval, S.A. (NAVALTAGUS) e TECNOVIA MADEIRA – Sociedade de Empreitadas, S.A (TECNOVIA MADEIRA).

Descrição do litígio: Trata-se de uma ação de contencioso pré-contratual que tem por objeto a impugnação do ato de adjudicação do lote 1 praticado no Concurso Público para Prestação de Serviços de Docagem das embarcações da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., “Boqueirão”, “Ilhéu de Cima” e “Comandante Valério de Andrade”.

- **Processo de injunção n.º 53051/18.8YIPRT**

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

Requerimento de injunção apresentado pelo Advogado David Gomes Nunes para cobrança de honorários no montante de 67.375,00 € por serviços prestados no âmbito do Processo n.º 234/11.2TCFUN, que correu os seus termos no Tribunal da Comarca da Madeira, Funchal – Inst. Central – Secção Cível – J1 (inicialmente 1.ª Secção das Varas de Competência Mista do Funchal).

- **Proc. n.º 1857/09.5BELSB, 1.ª UO do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa**
Autoras: AAMC – Associação de Armadores da Marinha de Comércio, VIEIRA & SILVEIRA – Transportes Marítimos, S.A. e BOX LINES – Navegação, S.A..

Espécie: 3.ª Espécie - Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos – Impugnação de Atos Administrativos [processo principal apenso ao cautelar findo, que correu termos pelo mesmo Tribunal e UO, sob o n.º 1436/09.7BELSB].

Valor: € 30 000,01.

Data de Autuação: 11.09.2009

- **Processo n.º 5154/15.9T8FNC – Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal [atualmente Proc. n.º 6577/15.9T8FNC-A]**

Requerentes: Diva Manuela Lourenço, Duarte Miguel da Silva Drumond e Maria Lúcia Melim.

Espécie: Procedimento Cautelar de Suspensão de Despedimento convolado em Procedimento Cautelar Comum

Valor: € 30 000,01

Data de Autuação: 16.09.2015

Descrição Sumária: Procedimento cautelar em que os Autores pedem, entre outras coisas, o reconhecimento cautelar da APRAM, S.A. como sua entidade empregadora, em consequência da resolução levada a cabo por esta entidade do “Contrato de Conceção, Construção, e Exploração de Infraestruturas de Apoio a Atividades Náuticas de Recreio, no Terraplano do Porto do Porto Santo” e do “Contrato Relativo à Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo”.

13

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

PCP,
IF


Este Procedimento Cautelar foi apensado ao **Proc. N.º 6577/15.9T8FNC**, apenso cautelar que passou a tramitar sob **Proc. N.º 6577/15.9T8FNC-A**.

A requerida providência cautelar convolada foi decretada, por Sentença já transitada em julgado.

- **Processo n.º 5831/15.4T8FNC – Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal**

Autor: Marco Assunção Rodrigues da Silva

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 5 000,01

Data de Autuação: 19.10.2015

Descrição Sumária: Ação interposta contra a APRAM, S.A. e contra a sociedade TRINTA E TRÊS BARRA DEZASSEIS – Assistência Náutica, S.A., por Marco Assunção Rodrigues da Silva, em que este, em síntese e entre o mais, pede a reintegração do seu posto de trabalho na APRAM, S.A., em consequência da cessação do “Contrato de Conceção, Construção, e Exploração de Infraestruturas de Apoio a Atividades Náuticas de Recreio, no Terraplano do Porto do Porto Santo” e do “Contrato Relativo à Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo”.

- **Processo n.º 391/15.9BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Autora: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO MADEIRENSE, Lda.

Espécie: Ação Administrativa Comum

Valor: € 53 982,03

Data de Autuação: 21.10.2015

Estado em 31.12.2018: Pendente [fase de articulados]

Descrição Sumária: Ação interposta pela sociedade EMPRESA DE NAVEGAÇÃO MADEIRENSE, Lda., através da qual esta pede a condenação da APRAM, S.A. no pagamento de uma indemnização do valor de € 53 982,03, acrescido de juros de mora calculados à taxa legal desde a data da citação até integral pagamento, por danos alegadamente sofridos no navio “FUNCHALENSE 5”, no dia 10.12.2013, pelas 15:00 horas, no porto do Caniçal.

13

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

• **Processo n.º 5771/17.2T8FNC do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira - Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 2**

Autora: Inês Sousa dos Reis

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 629 515,52

Data de Autuação: 09.11.2017

Descrição Sumária: Ação interposta por Inês Sousa dos Reis, contra Duarte Vieira Dias, ETPRAM – Empresa de Trabalho Portuário, ETP, Lda., OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda., e FIDELIDADE - Companhia de Seguros, S.A., tendo sido admitida a Intervenção Acessória da APRAM, S.A., como auxiliar dos Réus, em virtude do eventual direito de regresso que estes poderão ter contra aquela, e em que a Autora pede que os Réus sejam condenados no pagamento duma indemnização do valor global de € 629 515,52, acrescido de juros à taxa legal até pagamento, custas e procuradoria, pelos alegados danos por si sofridos em consequência do acidente ocorrido no dia 24.03.2014, no porto do Caniçal, de que foi vítima. Em 04.05.2018, a APRAM, S.A., apresentou contestação, na qual, entre o mais, requereu a Intervenção Acessória provocada da LUSITÂNIA - Companhia de Seguros, S.A., por ter transferido para esta seguradora a responsabilidade pelos prejuízos em causa, intervenção que já foi deferida.

• **Processo n.º 4052/18.9T8FNC do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira - Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 2**

Autora: LUSITÂNIA – Companhia de Seguros, S.A.

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 120 943,07

Data de Autuação: 08.08.2018

Descrição Sumária: Ação instaurada por LUSITÂNIA – Companhia de Seguros, S.A., contra a APRAM, S.A., OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda., ETPRAM – Empresa de Trabalho Portuário, Lda., Duarte Vieira Dias, e a FIDELIDADE - Companhia de Seguros, S.A., e em que pede que os Réus sejam solidariamente

FCH.
IF

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019




condenados a pagar à Autora a quantia de € 120.943,07, acrescida dos juros de mora vincendos bem como de outras quantias que venham a ser liquidadas e por conta da Trabalhadora Inês Sousa dos Reis em data posterior à data da entrada da presente ação, a liquidar em execução da sentença.

- **Processo Executivo n.º 6577/15.9T8FNC.1 e Proc. de Embargos de Executado n.º 6577/15.9T8FNC-C, do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira - Juízo do Trabalho do Funchal**

Exequentes/Embargados: Diva Manuela Lourenço, Maria Lúcia de Melim e Duarte Miguel da Silva Drumond.

Espécie: Ação Executiva e correspondentes Embargos de Executado.

Valor: € 136 180,61

Data de Autuação: 28.09.2018

Descrição Sumária: Processo Executivo tendo por título a Sentença proferida no âmbito do Proc. N.º 6577/15.9T8FNC, do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal, e através do qual os Exequentes pedem a sua reintegração coerciva na APRAM, S.A. [Executada/Embargante], bem como o pagamento coercivo da importância de € 136 180,61, a título das retribuições que deixaram de auferir desde o seu despedimento, em 09.09.2015, até o trânsito em julgado da decisão que declarou a ilicitude daquele despedimento.

11. Acontecimentos após a data de relato

Em 2020, fruto da pandemia causada pelo novo Coronavírus e do elevado risco de propagação da doença COVID-19 à escala global, foi aprovado, quer a nível nacional, quer regional, um conjunto de medidas e recomendações de natureza excecional e temporária, no intuito de se poder conter os seus efeitos, o que causou um forte impacto a nível económico-financeiro e social.

Assim, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 101/2020, de 12 de março e em matéria de acessibilidade marítima à Região, foi determinada a suspensão das

13

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

autorizações para a atracação de navios de cruzeiro e iates nos portos e marinas, salvo algumas exceções devidamente justificadas.

Posteriormente, pela Resolução n.º 137/2020, de 27 de março, retificada pela Resolução n.º 196/2020, de 14 de abril, Governo Regional, com o objetivo de minimizar o impacto económico-financeiro provocado pela pandemia, adotou um conjunto de medidas temporárias e excecionais de apoio aos vários agentes económicos, sendo que algumas delas tiveram por destinatários as entidades que operam em áreas sob a jurisdição da APRAM, S.A.. Tais medidas resumem-se na atribuição de isenções no pagamento de taxas e rendas durante 3 meses, na prorrogação por 30 dias dos prazos de pagamentos das faturas emitidas pela APRAM, S.A. a partir de 1 de março de 2020, sem penalizações, na suspensão de planos de pagamentos ou de acordos de regularização de dívidas durante 3 meses e ainda na atribuição de isenções de penalizações que fossem devidas pelo cancelamento de escalas de navios de cruzeiro devido à COVID-19.

Por força da medida de suspensão das autorizações para atracação de navios e iates, a atividade operacional da APRAM, S.A. ficou praticamente reduzida aos serviços destinados a assegurar a movimentação de navios de carga nos portos do Caniçal e do Porto Santo.

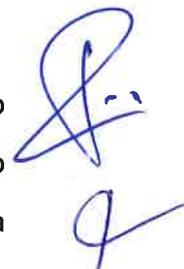
Também por determinação do Governo Regional, os serviços que não foram considerados como imprescindíveis foram encerrados ou reduzidos ao mínimo indispensável, todos os funcionários que poderiam exercer as suas funções em teletrabalho foram encaminhados para esse regime (num total de 22 pessoas) e os restantes foram divididos em duas equipas que se alternavam a cada semana, cumprindo um horário das 10.00 horas às 16.00 horas.

Posteriormente, parte destas medidas foram sendo gradualmente retiradas, nomeadamente a retoma normal do funcionamento dos serviços e o regresso dos trabalhadores que estavam em teletrabalho, com exceção daqueles que tiveram de permanecer nesse regime por terem filhos menores ou por serem portadores de doenças que os integram em grupos de risco face ao COVID-19.

PC

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

IF



No entanto, paralelamente a estas medidas graduais de desconfinamento, o Governo fez ainda publicar outras medidas de apoio aos agentes económicos regionais, tendo algumas delas tido influência, mais uma vez, na atividade da APRAM, S.A.. Foi o caso da possibilidade de prorrogação, dos prazos de pagamento das taxas devidas pelos proprietários das embarcações marítimo-turísticas existentes no cais de recreio do porto do Funchal e na marina do Porto Santo, respeitantes aos meses de junho a dezembro de 2020, mediante requerimento dos interessados e apresentação de um plano de pagamentos (Resolução n.º 358/2020, de 28 de maio). Tal medida acabou por ser estendida a todos os titulares de licenças ou concessões na marina do Funchal e às atividades de restauração, venda de bebidas e comidas, hotelaria, animação turística e promoção/publicidade existentes na área de jurisdição do porto do Funchal, através da Resolução n.º 387/2020, de 5 de junho.

As medidas acima referidas provocaram uma perda de receita e um diferimento nos recebimentos, com impacto significativo nas contas da APRAM, S.A. No entanto, esta empresa, atendendo à relevância da sua atividade, possui obrigações de serviço público e integra--se no âmbito das empresas de interesse económico geral. Não serão postas em causa as operações necessárias à prossecução do seu objeto, nomeadamente a manutenção da atividade portuária da Região, sendo expetável o auxílio do acionista único, através do Governo Regional, para se poder superar estas contingências.

As medidas implementadas, não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 20 de abril de 2018 a APRAM, S.A. celebrou com o Governo Regional da Madeira um contrato de mútuo, no montante total de 21.154.514 euros, cujo primeiro pagamento está previsto em 1 de junho de 2020 (no valor de 661.079 euros). Atendendo ao facto de a APRAM não dispor das verbas necessárias para o reembolso deste empréstimo, solicitou em 19 de maio de 2020 ao acionista único (Governo Regional da Madeira) que fossem desenvolvidas diligências no sentido de ser obtida a anuência para a dispensa de reembolso, pelo que a APRAM, S.A. aguarda a decisão do acionista.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

12. Instrumentos financeiros

12.1 - Instrumentos financeiros de capital próprio

O capital social é de 103.551.570,00 euros, representado por 20.710.314 ações, no valor nominal de 5 euros por ação.

No dia três de abril de 2019 foi efetuado o aumento de capital no montante de 44.422.065,33, resultante da conversão dos contratos de mútuo, celebrados entre a Região Autónoma da Madeira e a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 2016 e em 2017.

A APRAM, S.A. tem obrigações de serviço público, os portos são um setor de interesse geral no transporte de mercadorias e mobilidade de pessoas e bens, a sua sobrevivência económica financeira não pode ser colocada em causa sob pena de estrangular toda a economia regional. A Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, que eliminou a TUP/Carga, traduz uma redução substancial da receita da APRAM, S.A, indispensável ao seu normal funcionamento, que foi considerado aquando da elaboração do plano de atividades e orçamento para 2019 e integrado no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

A atribuição das indemnizações compensatórias visam compensar a empresa da perda de receita no âmbito da TUP/Carga.

O capital social foi subscrito e integralmente realizado pela Região Autónoma da Madeira, sendo as ações detidas pelo Governo Regional da Madeira.

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

12.2 – Imparidade de clientes

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA				
Clientes cobrança duvidosa	4 879 074,85	356 894,02	(6 227,92)	5 229 740,95
Perdas por imparidades acumuladas	(4 627 909,52)	(345 403,00)	6 214,32	(4 967 098,20)

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

PCP.
IF
[Handwritten signature]

O reforço da rubrica clientes cobrança duvidosa é composto essencialmente pela dívida do cliente CLCM — Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A..

12.3. Financiamentos Obtidos e passivos financeiros detidos para negociação

Os financiamentos obtidos e passivos financeiros detidos para negociação que a APRAM, S.A. tem ao seu dispor, são os seguintes:

DESCRIÇÃO	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÃO
<u>FINANCIAMENTOS OBTIDOS MLP</u>			
Banco Europeu de Investimento	20 588 235,54	22 375 565,64	-7,99%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	26 200 000,00	32 000 000,00	-18,13%
Déxia Sabadell, S. A.	39 576 922,84	47 596 380,07	-16,85%
Região Autónoma da Madeira	36 508 149,38	-	
Total dos financiamentos MLP	122 873 307,76	101 971 945,71	20,50%
<u>FINANCIAMENTOS OBTIDOS CP</u>			
Banco Europeu de Investimento	2 352 941,17	2 352 941,17	0,00%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	5 800 000,00	5 800 000,00	0,00%
Déxia Sabadell, S. A.	7 453 846,16	7 453 846,16	0,00%
Região Autónoma da Madeira	1 321 594,58	65 567 578,67	-97,98%
Total dos financiamentos CP	16 928 381,91	81 174 366,00	-79,15%
<u>PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</u>			
Outros passivos financeiros: Outros passivos financeiros:			
Swap de taxa de juro Societe Generale - 63 ME	3 745 209,00	4 481 702,00	-16,43%
Swap de taxa de juro Societe Generale - 30 ME	1 650 322,00	2 007 254,00	-17,78%
Swap de taxa de juro Royal Bank of Scotland - 28 ME	1 292 657,16	1 629 727,80	-20,68%
Total dos passivos financeiros	6 688 188,16	8 118 683,80	-17,62%
TOTAL	146 489 877,83	191 264 995,51	-23,41%

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

Foram celebrados contratos de mútuo, com o intuito de regularizar o serviço da dívida, no montante de 21.145.513,34 euros em 2018 e 16.684.230,00 em 2019, com prazos de reembolso em 2020 e 2022 respetivamente, sendo a primeira prestação do empréstimo contraído em 2018, no montante de 1.321.594,58 euros.

A rubrica de financiamentos obtidos de curto prazo espelha os valores a pagar no próximo ano às instituições financeiras e à Região Autónoma da Madeira.

Verificou-se na rubrica de financiamentos obtidos de médio e longo prazo uma variação negativa em relação ao ano anterior, justificada pela amortização dos empréstimos efetuada ao longo do ano.

No que se refere à rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”, os valores apresentados nas demonstrações financeiras correspondem ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que foram negociadas pela APRAM, S.A., com o aval da Região Autónoma da Madeira, e que à luz do normativo (SNC), corresponde na prática ao valor que a empresa teria de suportar para fechar a operação junto das entidades credoras.

Saliente-se que este valor oscila diariamente, na medida em que as taxas de juro do mercado são ajustadas, podendo atingir valores de cotação bastante positivos ou bastante negativos, consoante a conjuntura e comportamento dos mercados internacionais.

Início do contrato	Fim do contrato	Valor contratado	Banco	Avalista
19/11/2003	15/09/2028	30 000 000,00 €	BEI - Banco Europeu de Investimento	Governo Regional da Madeira e Estado
25/11/2005	25/11/2025	63 000 000,00 €	Dexia Crédit Local	Governo Regional da Madeira
19/07/2006	25/11/2025		Societe Generale - Swap taxa de juro do empréstimo de 63.000.000,00 €	Governo Regional da Madeira
27/05/2005	27/05/2025	30 000 000,00 €	Commerzbank, S.A. (contrato inicial ao Barclays Bank plc Frankfurt Branch)	Governo Regional da Madeira
17/11/2006	27/05/2025		Societe Generale - Swap taxa de juro do empréstimo de 30.000.000,00 €	Governo Regional da Madeira
10/12/2004	10/12/2024	28 000 000,00 €	Commerzbank, S.A. (contrato inicial ao Barclays Bank plc Frankfurt Branch)	Governo Regional da Madeira

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

Início do contrato	Fim do contrato	Valor contratado	Banco	Avalista
28/11/2006	10/12/2024		Royal Bank of Scotland - swap taxa de juro do empréstimo de 28.000.000,00 €	Governo Regional da Madeira
19/01/2007	15/12/2031	10 000 000,00 €	BEI - Banco Europeu de Investimento	Governo Regional da Madeira e Estado
28/12/2007	28/12/2027	15 000 000,00 €	Dexia Crédit Local	Governo Regional da Madeira
TOTAL		176 000 000,00 €		

13. Benefícios dos empregados

No ano 2019, a APRAM, S.A. tinha ao seu serviço 162 pessoas. Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

RUBRICAS	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÃO
<u>GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS</u>			
Remunerações dos órgãos sociais	158 701,77	169 264,71	-6,24%
Encargos com as remunerações	37 462,83	36 501,45	1,82%
Total dos gastos com os órgãos sociais	195 867,39	205 766,16	-4,81%
<u>GASTOS COM O PESSOAL</u>			
Remunerações do pessoal	6 018 514,93	5 889 495,76	2,19%
Outros gastos com o pessoal	200 128,31	220 831,00	-9,37%
Encargos com as remunerações	1 388 220,45	1 464 846,00	-5,23%
Total dos gastos com o pessoal	7 606 863,69	7 575 172,76	0,42%
<u>TOTAL DOS BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS</u>	7 802 731,08	7 780 938,92	0,28%

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com a medicina do trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

14. Fluxos de Caixa

14.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, que nos dá informação acerca das principais componentes dos recebimentos e dos pagamentos brutos, obtidos com base nos registos contabilísticos.

RUBRICAS	CONTA	2019	2018
CAIXA 111 E 118:			
Caixa Funchal	11110100	300,00	478,12
Caixa Caniçal	11110200	-	95,40
Caixa Porto Santo	11110300	164,70	-
Fundo de maneoio - Tesouraria	11810100	0,31	-
Total de caixa (1)		465,01	573,52
DEPÓSITOS BANCÁRIOS 112:			
DO IGCP - Dep. Ordem	1210500	547 244,52	482 471,90
DO IGCP - Caniçal e Porto Santo	1210600	3 426,66	24 320,32
DO IGCP - Fundo de coesão Porto Caniçal	1210800		3 148 134,02
DO IGCP - Projetos de cooperação INTERREG/ MAC	1210900	200 590,38	511 990,88
DO IGCP - Marina do Porto Santo	1211100	19 105,06	143 657,39
DO IGCP - POVT Porto Santo	1211200	57 754,19	13 417,23
DO IGCP - Reforço caução de empreitadas	1211300	288 871,72	168 778,69
DO IGCP -GAINN-LNG Green CID	1211700	15 555,60	15 555,60
DO IGCP - LSW - Logistical Single Window	1211800	1 590,51	553,51
DO IGCP - Projeto ECOMARPORT	1211900	604,44	
DO IGCP - Projeto Cais da Ponta do Sol	1212000	221 778,61	11 946,24
Total de depósitos bancários (2)		1 356 521,69	4 520 825,78
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS = (1) + (2)		1 356 986,70	4 521 399,30

15. Fornecimento e serviços externos

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Trabalhos especializados	425 234,67	245 166,62	73,45%
Publicidade e propaganda	79 080,13	68 146,95	16,04%
Vigilância e segurança	336 386,62	331 515,96	1,47%
Conservação e reparação	1 017 358,45	1 245 060,17	-18,29%
Materiais	67 322,25	68 343,77	-1,49%
Energia e fluidos	529 917,79	509 274,17	4,05%
Deslocações, estadas e transportes	42 255,33	46 610,20	-9,34%
Rendas e alugueres	82 686,46	4 948,52	1570,93%
Comunicação	48 589,76	51 466,29	-5,59%
Seguros	107 715,14	110 578,41	-2,59%
Contencioso e notariado	29 117,45	43 857,46	-33,61%
Despesas de representação	1 003,45	1 792,63	-44,02%
Limpeza, higiene e conforto	176 244,80	72 879,79	141,83%
Outros serviços	36 054,73	19 437,62	85,49%
Total	2 978 967,03	2 819 078,56	5,67%

O aumento verificado na rubrica “trabalhos especializados” é justificado, essencialmente, por:

- Imputação à APRAM, S.A. da quota parte das responsabilidades assumidas pela APP no âmbito do projeto JUL;
- Implementação dos planos de emergência e segurança nos portos da RAM;
- Estudo de viabilidade técnica e económica financeira das atividades de reboque e amarração.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

Em virtude de os navios de cruzeiro terem vindo a deixar de possuir sistemas de Raio X instalados a bordo e visto que estes destinam-se ao controlo de bagagens e pessoas, foi necessário proceder à locação de equipamentos de RX para a Gare Marítima. Em consequência, verifica-se um acréscimo significativo na rubrica “rendas e alugueres”.

Observa-se também, uma variação positiva na “limpeza, higiene e conforto”, resultado do aumento do GT dos navios e do número de escalas efetuadas nos nossos portos, dado que é nesta rubrica que é contabilizada os gastos referentes a recolha de resíduos aos navios.

No total, a rubrica “fornecimentos e serviços externos” teve um incremento nos gastos na ordem dos 5%.

16. Sector Público Estatal

RUBRICAS	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÃO
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			
Pagamento especial por conta	82 841,82	103 361,20	-19,85%
Estimativa de imposto (IRC)	(6 814,12)	(4 263,50)	59,82%
Total	76 027,70	99 097,70	-23,28%
Retenções de impostos sobre rendimentos (IRS)	(133 240,25)	(138 335,43)	-3,68%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(176 697,08)	(53 245,50)	231,85%
Contribuições para a segurança social e outros sistemas complementares	(187 163,68)	(174 925,57)	7,00%
Total	(497 101,01)	(366 506,50)	35,63%

RUBRICAS	31/12/2019	31/12/2018	VARIAÇÃO
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERIODO			
Estimativa de imposto (IRC)	(6 814,12)	(4 263,50)	59,82%
Imposto diferido	559 044,00	579 347,28	-3,50%
TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)	552 229,88	575 083,78	3,97%

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2019

17. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

O presente relatório contém os elementos que caracterizam a situação económica e financeira da APRAM, S.A. e demais informações a que se refere o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de agosto.

18. Honorários faturados pelo revisor oficial de contas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram faturados 11.940,00 euros, acrescidos de IVA, pelos serviços de revisão legal de contas.

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aos 4 de junho de 2020

O Conselho de Administração,

A Presidente,



(Paula Cristina de Araújo
Dias Cabaço da Silva)

A Vogal,



(Isabel Alexandra V. de Brito
Figueiroa)

O Vogal,



(Roman Feliciano Neto
Pinto)

A Contabilista Certificada,



(Priscila Maria Martins Candelária)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
E
RELATÓRIO E PARECER
DO
FISCAL ÚNICO

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 285.345.510 euros e um total de património líquido de 117.944.331 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 13.042.872 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1., 2. e 3, da secção “Base para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Não se encontram ainda formalizadas por parte do Governo Regional as contrapartidas relativas ao ingresso no domínio público da Região Autónoma da Madeira, do terreno da área de jurisdição da APRAM, em frente à antiga sede. Deste modo, não é possível quantificar os impactos decorrentes dessas contrapartidas.
2. Conforme mencionado no ponto 10 do relatório de gestão, o Tribunal Arbitral proferiu sentença favorável à APRAM, S.A. relativamente ao litígio com o cliente CLCM – Companhia Logística da Madeira, S.A., no que respeita aos montantes faturados desde outubro de 2007. Em 31 de dezembro de 2019, os registos contabilísticos da APRAM apresentam o valor de 4.082.515 euros a receber desta entidade, relativamente ao qual se encontram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 3.560.187 euros. Dado que a CLCM interpôs recurso da decisão do Tribunal Arbitral, e até à data este processo não se encontra

concluído, não é possível quantificar o eventual impacto que a decisão final possa vir a ter nas contas apresentadas.

3. Tal como referido na secção “Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares”, a Entidade não preparou as demonstrações orçamentais, para cumprimento dos requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, motivo pelo qual não foi possível a sua auditoria e, consequentemente, a emissão da nossa opinião sobre as mesmas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme mencionado no ponto 11 do Relatório de gestão e na nota 11 do Anexo às contas, os recentes desenvolvimentos relacionados com o surto de COVID-19, estão a ter impactos nos mercados financeiros e na atividade económica de todo o mundo. Como consequência desta situação foi aprovado, quer a nível nacional, quer regional, um conjunto de medidas e recomendações de natureza excecional e temporária que tiveram impacto na APRAM, nomeadamente, ao nível da atribuição de isenções no pagamento de taxas e rendas, prorrogação de pagamento das faturas emitidas pela APRAM, a partir de 1 de março, sem penalizações, suspensão de planos de pagamentos ou de acordos de regularização de dívidas e atribuição de isenções de penalizações que fossem devidas pelo cancelamento de escalas de navios de cruzeiro devido à COVID-19. Foram, ainda, publicadas outras medidas de apoio aos agentes económicos regionais, com impacto na APRAM, designadamente a possibilidade de prorrogação, até ao 2.º semestre de 2021, dos prazos de pagamento das taxas devidas pelos (i) proprietários das embarcações marítimo-turísticas; e (ii) titulares de licenças ou concessões na marina do Funchal e às atividades de restauração, venda de bebidas e comidas, hotelaria, animação turística e promoção/publicidade existentes na área de jurisdição do porto do Funchal. Estas medidas provocaram uma perda ou um diferimento da receita, com impacto significativo nas contas de 2020 da APRAM. No entanto, a Entidade, atendendo à relevância da sua atividade no âmbito das obrigações que possui de serviço público, considera que não está posta em causa a persecução das suas operações, sendo expetável o auxílio do acionista único, Governo Regional da Madeira, para poder superar estas contingências. Avaliámos a situação e as divulgações, acima mencionadas, efetuadas pelo órgão de gestão, e consideramos que as mesmas são adequadas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

A nossa abordagem de auditoria foi baseada na avaliação dos riscos ao nível do reporte financeiro e, além das matérias mencionadas na secção “Bases para a opinião com reservas” foram ainda identificadas as seguintes matérias relevantes de auditoria:

Riscos significativos de distorção material identificados**• Reconhecimento do rédito e contas a receber**

A ISA 240 presume a existência de risco de fraude no reconhecimento do rédito. Nesse sentido, focámo-nos nas transações que contribuem mais significativamente para o volume de negócios da Entidade e que envolvem o julgamento dos responsáveis pela governação.

O nosso trabalho considerou o risco de as prestações de serviços efetuadas poderem não ter sido todas faturadas, de a faturação poder não ter sido devidamente integrada na contabilidade e, ainda, o risco de todas as transações registadas como tal, poderem não ter ocorrido efetivamente.

No que respeita às contas a receber, nomeadamente de Clientes, foi identificado um risco suscetível de distorção nas demonstrações financeiras, quanto à recuperabilidade de saldos que apresentam valores significativos e/ou alguma antiguidade.

Sobre estas matérias, as Notas 8 e 12.2 às demonstrações financeiras fornece mais informações.

• Reconhecimento e mensuração de financiamentos e derivados

No que respeita a estas matérias de auditoria, atendendo às suas naturezas e à relevância dos montantes envolvidos, foi identificado o risco de liquidez no que se refere à capacidade de a Empresa satisfazer os seus compromissos, nomeadamente os que se relacionam com o serviço da dívida dos financiamentos.

A nota 12.3 do anexo às demonstrações financeiras, contem informações adicionais sobre estas matérias.

Síntese da abordagem de auditoria

A nossa abordagem a este risco consistiu numa resposta que incluiu um conjunto combinado de procedimentos relacionados com o controlo interno e substantivos, designadamente:

- Atualização dos procedimentos de controlo interno em vigor e realização de testes de conformidade, na extensão considerada adequada nas circunstâncias, no sentido de confirmar que os controlos implementados estão a ser cumpridos;
- Utilização de técnicas assistidas por computador para (i) reconciliar os documentos de faturação com os lançamentos efetuados no diário e nas contas de vendas e (ii) para identificar itens irregulares ou não usuais;
- Realização de testes substantivos, em base de amostragem, para verificação de que os termos que constam das faturas estão em conformidade com as condições acordadas;
- Obtenção de confirmações externas de clientes para verificação de que os valores faturados correspondem efetivamente a prestação de serviços, e que os montantes registados como ativo se referem efetivamente a valores a receber; e
- Análise do mapa de antiguidade de saldos, no sentido de confirmar que o registo de perdas por imparidade está adequado, face aos montantes que se prevê possam vir a não ser realizados em virtude da sua antiguidade, ou por outras razões.

A nossa abordagem a este risco consistiu, essencialmente, na realização de procedimentos substantivos, que incluíram designadamente:

- A obtenção de confirmações externas das respetivas entidades bancárias;
- A análise dos contratos de financiamento, sempre que aplicável, no sentido de confirmar a adequação dos cálculos e pressupostos relativos à mensuração ao custo amortizado, bem como a correta segregação por passivo corrente e não corrente;



Riscos significativos de distorção material identificados

Síntese da abordagem de auditoria

- Confirmação da correta contabilização dos instrumentos financeiros derivados (*swaps*) em conformidade com o *mark-to-market* disponibilizado pelas instituições bancárias.
- Verificação de que as divulgações efetuadas se encontram em conformidade com o referencial contabilístico utilizado pela Entidade.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

A Entidade não preparou as demonstrações orçamentais, para cumprimento dos requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, motivo pelo qual não foi possível a sua auditoria e, conseqüentemente, a emissão da nossa opinião sobre as mesmas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- O primeiro período para que fomos contratados pela Entidade para efetuar a revisão às contas e desempenhar as funções de Fiscal Único, corresponde ao mandato de 2017 a 2019, tendo a respetiva nomeação, por parte do acionista, ocorrido em 31 de julho de 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA, mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

Adicionalmente, informamos que, com base nas contas de 2019, deixou de ser necessária a nomeação de um Conselho Fiscal, ao contrário do que era requerido até àquele ano, procedimento que, no entanto, não foi seguido.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, no decurso do exercício de 2019, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor.

18 de junho de 2020



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes



Grant Thornton

An instinct for growth™

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ao Acionista da

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções:

- (i) auditámos o balanço em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras;
- (ii) não auditámos as demonstrações orçamentais, para cumprimento da NCP 26 – Contabilidade orçamental, dado que a Entidade não procedeu à sua preparação, com referência a 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2019, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui três reservas e uma ênfase.

Relativamente à derrogação da NCP 26, relacionada com a contabilidade orçamental, mencionada no parágrafo 3. da secção “Bases para a opinião com reservas” e referida na alínea (ii), acima, relacionada com o âmbito das nossas funções, a situação foi originada por dificuldades logísticas e do sistema informático utilizado pela APRAM, o qual, não se encontra ainda preparado para responder aos requisitos da informação a prestar, conforme consta do Relatório de Gestão.



Grant Thornton

An instinct for growth™

Adicionalmente, informamos que, com base nas contas de 2019, deixou de ser necessária a nomeação de um Conselho Fiscal, ao contrário do que era requerido até àquele ano, procedimento que, no entanto, não foi seguido.

Face ao exposto, somos de parecer que, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 1., 2. e 3. da secção “Bases para a opinião com reservas” da Certificação Legal das Contas e, tendo em conta o descrito naquele documento, na secção “Ênfase”, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação, em Assembleia Geral, pelo acionista único.

18 de junho de 2020

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes